

AC ACE

CNF

115320/78

1/1

023597 27OUT78

PROTOCOLO

FICHA DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS

ACE 115320

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

ORIGEM: ABH/SNI TIPO: INF. Nº 058/116 DATA: 26 Out 78
 CLASSIF: CONF. REF: Tlx nº1917/116/ABH/78
 ANEXOS: Exemplar de panfleto do CBA/MG e MFPA/MG
 ASSUNTO: PANFLETO SOBRE ANISTIA - CBA/MG e MFPA/MG

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL

SE-19

CÓPIAS	☐ CHEFE DO SNI	☐ CHEFE GAB/AC	☐ SC-2	☐ SC-5
	☐ CHEFE GAB/SNI	☐ SS-051	☐ SC-3	☐ SC-6
	☐ CHEFE DA SAD	☐ SC-1	☐ SC-4	☐ SC-7
OUTROS DESTINATÁRIOS				

3. ORIENTAÇÃO

TOMAR CONHECIMENTO

REGISTRAR

FALAR COM A CHEFIA

APROFUNDAR

PROCESSAR

INTEGRAR

ARQUIVAR

MONTAR INFÃO PARA:

DIFUNDIR PARA:

4. ORDENS PARTICULARES:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FICHA

5. PROVIDÊNCIAS:

SE-16

1. Prontuário

2. Lufas 780/16/AC/78

3. Ao Arq

INAT. 780/16/AC/78

NO

CAMPANHA PUBLICITARIA DESAPARECIMENTO
 TERRORISTAS SUBVERSIVOS

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



115320

INFORME N.º 058/116/SNI/ABH/78

(...../SS/...../.....)

AGÊNCIA CENTRAL

023597 27 OUT 78

PROTOCOLO

Data: - 26 de outubro de 1978
Assunto: - PANFLETO SOBRE ANISTIA - CBA/MG e MFPA/MG
Classificação: - "A-1"
Referência: - TELEX nº 1917/116/ABH/78
Difusão: - A C
ANEXO: - Exemplar de panfleto do CBA/MG e MFPA/MG

1. O Movimento Feminino Pela Anistia - Núcleo MG - e a Comissão Pró-Comitê Brasileiro pela Anistia/MG têm feito difundir em BELO HORIZONTE/MG, notadamente no meio estudantil universitário, um panfleto sobre exilados, presos "políticos" e banidos do território brasileiro (ANEXO).
2. Referido impresso é composto de quatro páginas, contendo na primeira uma série de quatorze fotografias abaixo do título "ESTES NÃO PRECISAM MAIS DE ANISTIA".
3. Na segunda página, sob a expressão "POR QUE ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA?" encontra-se um artigo contendo exposição sobre a necessidade de concessão de anistia.
4. A página três é utilizada com "DEPOIMENTOS DE FAMILIARES, EXILADOS E BANIDOS".
5. A última página do panfleto em questão contém o programa da "SEMANA PELA ANISTIA", referida no TELEX nº 1917/116/ABH/78.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO
ICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.

Art. 12 do RISMS, aprovado pelo Decreto n.º
79099 de 6 JAN 77.

CONFIDENCIAL

ESTES NÃO PRECISAM MAIS DE ANISTIA



ESTES SÃO ALGUNS DOS MINEIROS ASSASSINADOS PELOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO,
INDUZIDOS AO SUÍCIDIO OU MORTOS NO EXÍLIO.

MAS PARA ESTES A **ANISTIA** É UMA QUESTÃO DE VIDA

- 200 PRESOS POLÍTICOS ESPALHADOS POR VÁRIAS PRISÕES BRASILEIRAS;
- 10 MIL EXILADOS E 118 BANIDOS ESPALHADOS PELO MUNDO;
- 4.877 POLÍTICOS CASSADOS, REPRESENTANDO MAIS DE 6 MILHÕES DE VOTOS;
- 263 ESTUDANTES EXPULSOS DA UNIVERSIDADE PELO DECRETO 477.

Pela Anistia ampla, geral e irrestrita!

POR QUE ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA?

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA-MG e a COMISSÃO PRÓ-COMITÉ BRASILEIRO PELA ANISTIA-MG conclamam os brasileiros para se incorporarem na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

ANISTIA AMPLA porque deve abranger todos os atos e manifestações de oposição ao regime;

ANISTIA GERAL porque deve se estender a todas as vítimas dos atos de exceção;

ANISTIA IRRESTRITA porque deve ser concedida sem discriminações e sem restrições;

Lutamos por **ANISTIA** ampla, geral e irrestrita por entendermos ser esta a única forma conseqüente de anistia. É a única proposta que atende interesses de todos os setores e camadas sociais e não discrimina ninguém. Nesse sentido é um dos passos necessários para o restabelecimento das liberdades democráticas.

Mas a **ANISTIA** ampla, geral e irrestrita só terá os resultados que se pretende se ela for acompanhada de:

- FIM RADICAL E ABSOLUTO DAS TORTURAS;
- LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E VOLTA DOS CASSADOS, APOSENTADOS, BANIDOS, EXILADOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS;
- ELUCIDAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS DESAPARECIDOS;
- RECONQUISTA DO "HABEAS-CORPUS";
- FIM DO TRATAMENTO ARBITRÁRIO E DESUMANO CONTRA OS PRESOS POLÍTICOS; e
- REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E FIM DA REPRESSÃO E DAS NORMAS PUNITIVAS CONTRA A ATIVIDADE POLÍTICA.

Caso contrário, a nossa luta terá de ser renova-

da constantemente, pois permanecerá a repressão do regime. Além disso, aqueles aos quais se aplicaram os atos de exceção, e por isso estão presos, exilados ou banidos do país, foram punidos porque, por palavras ou atos, lutaram nos últimos 14 anos contra a exploração e a opressão do povo brasileiro: lutaram por melhores condições de vida e trabalho e por liberdades políticas. Assim sendo, não é possível pleitear anistia sem que sejam eliminados os problemas que levaram e ainda levam tantos a serem punidos pelo regime. Por isso mesmo também lutamos:

- POR MELHORES SALÁRIOS;
- CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA;
- POR MELHORES CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO, TRANSPORTE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, LAZER E PELA POSSE DA TERRA PELOS QUE NELA TRABALHAM;
- PELA PLENA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO;
- PELO PLENO DIREITO DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO, DEFENDENDO A LIVRE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SEUS SINDICATOS E LOCAIS DE TRABALHO E RESIDÊNCIA;
- PELO PLENO DIREITO DE GREVE;
- PELA AMPLA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS.

Nossas bandeiras são as do povo brasileiro. E só serão conquistadas com o fortalecimento de sua organização. Por essa razão, julgamos justo apoiar somente os candidatos a cargos públicos que se comprometam a defender também essas bandeiras e a assumir a luta pelas reivindicações que tornarão livre a sociedade brasileira e melhores as condições de vida do povo deste país.

**MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA(MG)
COMISSÃO PRÓ-COMITÉ BRASILEIRO
PELA ANISTIA-MG**

DEPOIMENTOS DE FAMILIARES, EXILADOS E BANIDOS.

No Chile eu havia prometido a ela, que quando ela voltasse para o Brasil eu a esperaria com uma braçada de rosas. Eu comecei a ficar desesperada porque era feriado e eu não sabia onde arrumar as rosas. Mas uma amiga, que trabalhava numa floricultura, mandou para mim quatro buquês de rosas. Quando o avião comercial chegou, todos os passageiros desceram, mas eu não tirava o olho. Nisto o carro funerário chegou, parou no avião e tirou a urna. Esperavam parentes e amigos. Não vi e nem me interessava ver se tinha alguma autoridade. Só me interessava ver a minha filha. Quando tiraram a urna, o que eu via, era minha filha descendo vinda do avião, alegre, com os cabelos soltos. Mas, quando vi a urna a realidade voltou. Eu fiquei com ela das 2h até o meio-dia do dia seguinte.

DONA CLÉLIA, mãe de Maria Auxiliadora Lara Barcelos (Dora), asilada que morreu na Alemanha.

●●●●

Até hoje, passados sete anos e meio, Jaime Freitas, 78 anos, pai de Carlos Alberto Soares Freitas, recusa-se a mudar de apartamento. "Não, o Beto tem a chave". E Dona Alice, a mãe, mantém o quarto arrumado exatamente como o filho o deixou no Natal de 1970.

ISTO É, 27/09/78.

●●●●

Agora, é doloroso para uma mãe ter um filho longe. Ele é inesquecível. Em todos os momentos, no Natal, dia das mães, em festas como casamentos dos irmãos dele, nestas ocasiões a primeira coisa que atinge a gente é a ausência dele.

DONA ONDINA NAHAS MÃE DO BANIDO JORGE NAHAS.

●●●●

"Mas isso é apenas uma definição, pois estou certo de que voltaremos, não tão breve como a gente pensava, mas muito mais cedo do que eles estão pensando.

JOSÉ MARIA RABELO (PARIS)

●●●●

A violência que me impede de estar agora com vocês, despedindo-me do pai querido, não é mais forte que o povo e a história.

APOLO HERINGER (ARGÉLIA)

●●●●

Minha família está no exterior por minha causa. Todos querem retornar, é claro. E a hora do regresso chegará sem dúvida.

SINVAL BAMBIRRA (ALEMANHA)

●●●●

"Seu corpo (Angelo Pezzuti) desapareceu mas os seus ideais continuam conosco e com o seu povo, para sempre.

Nós porém continuamos e emocionada sigo o desenrolar dos acontecimentos no Brasil no qual vejo na manifestação do povo da minha terra a continuação da luta que não se restringe somente na anistia ampla e irrestrita, mas também nas reivindicações pelas liberdades democráticas e pelo exercício dos direitos humanos.

CARMELA PEZZUTI E MURILO P. DA SILVA (PARIS)

●●●●

O mundo daí existe para ser combatido, é tudo muito pobre e muito injusto, e tem que ser mudado.

JORGE E MARIA JOSÉ NAHAS (ARGÉLIA)

●●●●

Aproveito para reafirmar. Todo o desenvolvimento do potencial que se encontra no meu interior é dedicado ao processo de transformação de nossa sociedade. Em nenhum momento, procurarei trabalhar ou estudar voltando-se para a minha individualidade — seja para acumular: bens, conhecimentos, etc. Me dedico de corpo inteiro ao plural e não ao singular.

No Brasil de hoje, está instalado o sistema de terror: a política repressiva e econômica de classe dominante (a minoria) contra a oprimida classe explorada (a maioria). Cabe a todos nós denunciar e esclarecer todo o povo (isento os que estão nadando nos lucros da opressão e da tortura), DO QUÃO CRUEL E DESUMANO É ESTE SISTEMA QUE IMPERA NO PAÍS.

MARCO ANTONIO MEYER — (LISBOA)

●●●●

Só ao nosso povo, mais que a ninguém, interessa a democracia. Democracia para se organizar livremente nas suas entidades de classe e nos partidos de sua escolha, democracia para se reunir e se manifestar. Nenhum profeta encontrará as soluções para os problemas do povo. Só o povo poderá encontrar, organizadamente, as soluções para os seus problemas. É nesse sentido que falo que a solução global passa pela anistia.

(MAURÍCIO VIEIRA DE PAIVA — LISBOA)

SEMANA PELA ANISTIA

PROGRAMAÇÃO

23/10

2a. FEIRA

MESA REDONDA SOBRE EXILADOS

FILME: Leucemia — Curta Metragem sobre Exilados

LANÇAMENTO DE LIVROS: Memórias de Exílio, Anistia Ontem Hoje e Amanhã,
Poesias de Alex Polari

Horário e local : Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, Rua Tamoios,
832, às 20 horas.

24/10

TERÇA FEIRA

MESA REDONDA SOBRE ANISTIA, REPRESSÃO E TERRORISMO

Horário e local : Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, Rua Tamoios,
832, às 20 horas.

26/10

QUINTA FEIRA

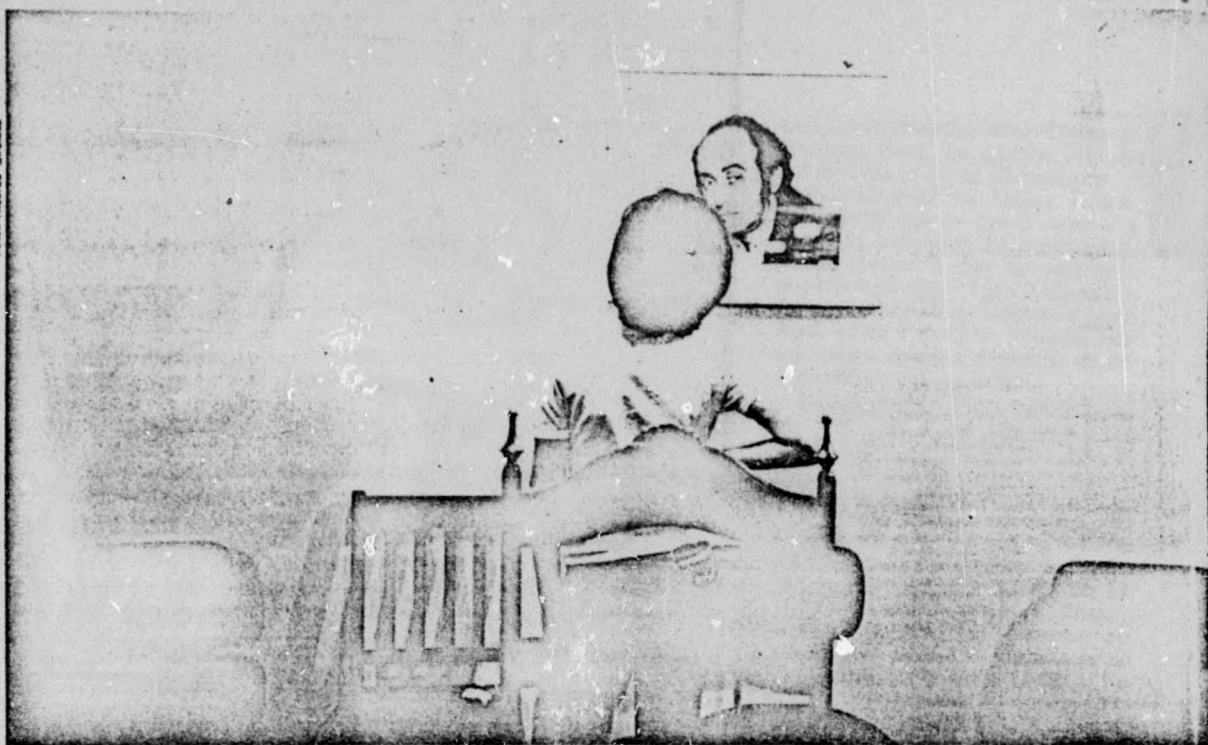
Assembléia de constituição do C.B. A./MG

Horário e local : Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, Rua Tamoios,
832, às 20 horas.

2/3/4/5
NOVEMBRO

CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA EM S.P.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA(MG)
COMISSÃO PRÓ-COMITÉ BRASILEIRO
PELA ANISTIA-MG



A MORTE DE VLADO

O governo é o culpado

A sentença do juiz Márcio de Moraes é apenas o começo

Wladimir Herzog, jornalista, 38 anos, foi preso ilegalmente e torturado nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. Durante três anos e um dia, essas duas verdades foram ditas e repetidas pela viúva Clarice, pelos jornalistas brasileiros e por inúmeros advogados. Sem conseqüências práticas. Até que, na sexta-feira, dia 27 de outubro de 1978, três anos e dois dias depois da morte de Wladimir Herzog, um juiz da Justiça Federal de São Paulo, Márcio José de Moraes, 32 anos, deu a sua sentença: Wladimir Herzog foi preso ilegalmente e torturado nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo.

E mais: "Embora este juízo não possa categoricamente afirmar que o suicídio de Wladimir Herzog não ocorreu, posto que não é onisciente, o certo é que União Federal positivamente não logrou comprová-lo nos presentes autos". Em outras palavras: está desmentido, por sentença judicial, o inquérito policial-militar instaurado à época e que concluiu pelo

suicídio do jornalista.

A sentença do juiz Márcio José de Moraes demonstra conclusivamente, em 67 laudas datilografadas:

1 — Que é incorreta a afirmação constante do parecer do consultor jurídico do Ministério do Exército, segundo a qual Wladimir Herzog não se encontrava preso nas dependências do DOI-CODI, "posto que ela contrapõe-se fraternalmente à prova dos autos". Dos outros que oferecem a contraprova constam não apenas depoimentos de testemunhas, mas também os laudos de "encontro de cadáver", elaborado pela Divisão de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública, e de "visita e exame de local", subscrito pelo general encarregado do IPM.

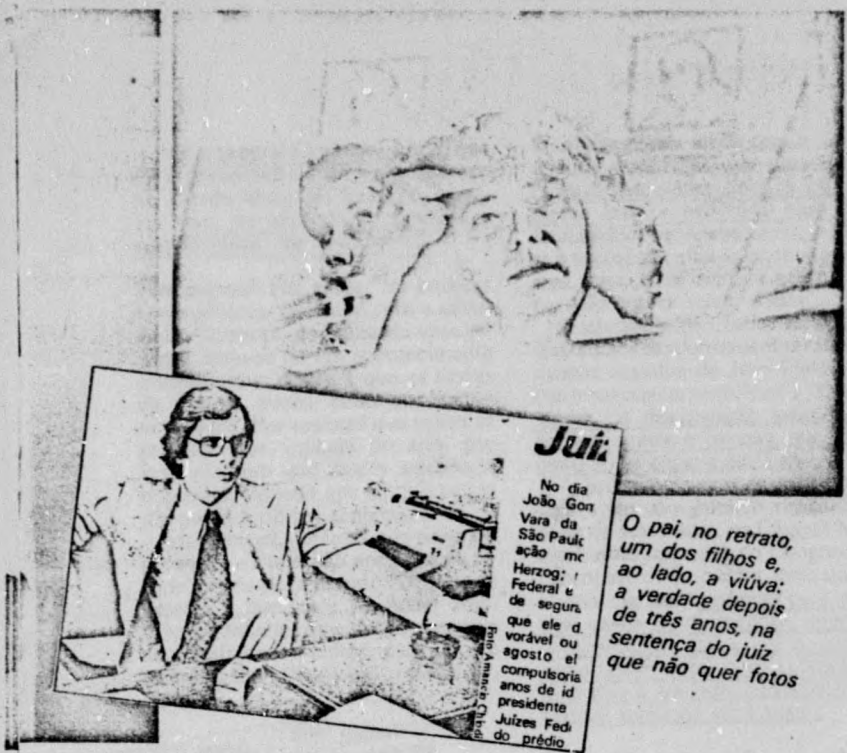
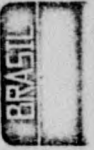
2 — Que "pelo que consta destes autos, Wladimir Herzog estava preso ilegalmente". Diz a sentença não haver "sequer menção à existência de inquérito em que Wladimir Herzog tenha sido indiciado, ao mandado de prisão à autoridade competente que o tenha expedido e mesmo à comunicação de prisão ao juiz competente" (todas exigências contidas ou na Constituição ou mesmo na Lei de Segurança Nacional ou no Código de Processo Penal Militar).

3 — Que a União era responsável

pela integridade física e moral do preso, inclusive por imposição constitucional. "Faltou o serviço público, quando ele tinha o dever de funcionar", afirma a sentença. A sentença condena a União a indenizar a viúva e os filhos de Vlado (André e Ivo) "pelos danos materiais e morais decorrentes da morte".

4 — Que o laudo de exame de corpo de delito feito em Vlado é ineficaz, porque o "dr. Harry Shibata, um dos dois subscritores do referido laudo, nunca viu o corpo de Wladimir Herzog e, conseqüentemente, não participou da perícia necroscópica". Da mesma forma, o laudo de exame complementar requisitado pelo general-presidente do IPM "não tem prestabilidade", porque foi elaborado exclusivamente "à vista do laudo de exame de corpo de delito" (laudo ineficaz como já se viu).

5 — Que a União, a quem cabia o ônus da prova de que Vlado se suicidara, "não produziu qualquer prova nesse sentido". Ou melhor, produziu uma: o testemunho do encarregado da Congregação Israelita Paulista para o serviço funerário, Erich Leschziner, o qual, por sua vez, afirmou ter concluído pelo suicídio com base unicamente no laudo ("ineficaz") assinado pelo dr. Harry Shibata.



O pai, no retrato, um dos filhos e, ao lado, a viúva; a verdade depois de três anos, na sentença do juiz que não quer fotos

Além disso: os depoimentos mais favoráveis à tese da União foram feitos apenas durante o IPM, de valor meramente informativo, devendo, para adquirir valor probatório, serem repetidos em juízo. E não o foram.

A verdade. E agora? "A luta continua. Não só no caso de Vlado, em que os jornalistas já mostraram sua disposição de ir até a verdade completa, mas na apuração de todos os casos que ainda permanecem na obscuridade e na impunidade", diz a nota oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, emitida na noite de sexta-feira, horas depois de divulgada a sentença.

E as portas para se chegar "à verdade completa" estão abertas pela própria sentença do juiz, quando ele afirma: "Nos presentes autos constata-se a prática de crime de abuso de autoridade, bem como há revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas não só em Wladimir Herzog, como em outros presos políticos nas dependências do DOI-CODI do II Exército". É, novamente, a aceitação pela Justiça do que a imprensa vem afirmando (ISTOÉ nºs 92 e 93).

O juiz, finalmente, decidiu encaminhar ao Ministério Público as peças dos autos, para "as providências legais cabíveis", além de remeter cópias da sentença e de todos os depoimentos das testemunhas ao procurador-geral da Justiça Militar.

José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e advogado, entre outros, do próprio Vlado, de Rodolfo Konder, Jorge Benigno Duque Es-

trada e Anthony Jorge Andrade de Christo, todos os jornalistas presos na mesma época que Vlado, disse a ISTOÉ, na noite de sexta-feira, que vai agir, "se os meus clientes concordarem, naturalmente". Todos esses três jornalistas foram torturados, conforme depoimentos mencionados pelo próprio juiz Márcio José de Moraes, em sua sentença. Como também o foram Paulo Sérgio Markun, Sérgio Gomes da Silva (igualmente citados na sentença), Luís Paulo Costa, Gildásio Westin Cosenza — isto para ficar apenas nos envolvidos, direta ou indiretamente, nos episódios Wladimir Herzog.

Ao Ministério Público cabe ação contra os culpados pelos casos apontados na sentença do juiz Márcio José de Moraes. E ação cabível pode ser um inquérito policial para a devida apuração das denúncias ou — entende José Carlos Dias, no caso específico das torturas — denúncias direta por abuso de autoridade, de vez que as provas dos autos são abundantes. Ao procurador-geral da Justiça Militar caberá apurar não apenas as denúncias contidas na sentença, mas reabrir, pelo lado penal e criminal, o caso Vlado (a ação julgada na sexta-feira é cível), de vez que a União não provou que houve suicídio, mas o juiz também não pôde apontar as circunstâncias da morte.

Recursos. Na noite de sexta-feira, em sua casa tipicamente de classe média no bairro paulistano do Cambuci, Márcio José de Moraes, em mangas de camisa, voz absolutamente tranqüila, dizia a ISTOÉ: "Apesar da de-

terminação do artigo 40 do Código de Processo Penal, eu poderia até não ter enviado as peças do processo ao procurador-geral da Justiça Militar. Só a partir disso é que é possível a apuração individual de responsabilidades, porque o tipo de ação proposto pela família ("ação declaratória de responsabilidade da União pela prisão ilegal, tortura e morte de Wladimir Herzog") visava apenas a declaração de responsabilidade civil da União".

Márcio José de Moraes esclareceu, também, que a sua sentença deixa aberta a porta para uma nova ação da família Herzog, reivindicando a indenização e fixando o seu quantum.

O aspecto jurídico, entretanto, não se esgota aí: primeiro, porque — como afirma o juiz e o advogado da família Herzog, Samuel MacDowell de Figueiredo — cabem recursos. Aliás, o próprio juiz teve que recorrer, ex-officio, pois essa é a praxe quando move sentença contra a União, o Estado e o Município. A União pode também (e deve, diz MacDowell) recorrer, no caso ao Tribunal Federal de Recursos. Se a sentença for revista, o advogado poderá levar o caso ao Supremo, para decisão final.

Os réus. Há, de qualquer modo, todo um lado jurídico de conotações políticas as mais sérias, a começar da lista de possíveis réus das ações a serem, eventualmente, propostas pela família Herzog e pelos demais mencionados na sentença. Cabe, por exemplo, lembrar MacDowell, acusar o legista Harry Shibata por falsidade ideológica (ele confessou, em seu depoimento, ter assinado o atestado de óbito sem ver o corpo). Paralelamente, é muito provável que, agora, o Conselho Regional de Medicina casse mesmo o diploma de Shibata, atitude que já foi cogitada, mas acabou sendo sempre protelada por razões insondáveis. Ficam também ao alcance da Justiça os torturadores de Vlado e dos demais presos políticos (um deles, pelo menos, está identificado na edição de outubro do jornal *Repórter*: trata-se de Pedro Antônio Mira Grancieri, 39 anos, investigador de polícia, lotado, à época, no DOI-CODI. Diz o jornal: "Ele foi visto por uns vinte presos políticos na manhã de 25 de outubro de 1975. Eles estavam no corredor do primeiro andar do DOI-CODI quando o policial passou por eles e entrou na sala para interrogar o jornalista Wladimir Herzog. No meio do interrogatório, dois outros jornalistas puderam vê-lo melhor: George Benigno Duque Estrada e Rodolfo Konder foram acareados com Wladimir". Grancieri usa, diz ainda a reportagem, a tatuagem de uma âncora, na parte interna do antebraço esquerdo.

Até o general Cerqueira Lima, que foi o presidente do IPM e hoje serve no Estado-Maior do Exército, pode, em tese, ser acusado de omissão e cumplicidade, diz MacDowell.

Fato normal? Há, ainda, "as maiores consequências políticas", diz o advogado, "embora, do ponto de vista judicial, trata-se de um acontecimento normalíssimo: o fato é que os canais da Justiça nunca estão totalmente obstruídos. Por maiores que sejam as pressões que venham do alto, por mais violento que seja o arbítrio, é impossível impedir que um juiz assine um papel e dê sua sentença".

MacDowell, confessa que tinha esperanças — "mas não apostava na vitória". Para ele, a decisão "devolve às pessoas a confiança no Poder Judiciário, confiança que, se não chegou a ser totalmente perdida, pelo menos saiu arranhada em vários episódios".



Shibata: o legista do laudo ineficaz. Assinou sem ver o corpo

MacDowell diz ainda que a decisão do juiz pode significar um estímulo "contra um poder público extremamente forte e arbitrário após 1964. Restabelece-se o equilíbrio, entrega-se à sociedade uma arma muito poderosa, que, aliás, sempre existiu, apenas não estava sendo usada".

O advogado de Clarice Herzog faz, quanto aos desdobramentos futuros, a mesma ressalva de José Carlos Dias ("se meus clientes permitirem"): "Depende apenas da determinação individual das famílias, amigos e parentes, que afluem novas ações como a de Vlado".

A própria Clarice, enquanto participava do ato público realizado na noite de sexta-feira, na Câmara Municipal, num intervalo do Congresso de Liberdade de Imprensa, dizia que sua vitória era um "estímulo para os outros casos de torturados, mortos e desaparecidos. Abre um precedente importante: outras famílias fatalmente ousarão a verdade, outros esclarecimentos terão de vir à tona".

Negros fantasmas. Esses esclarecimentos certamente constituirão, a partir da sentença do juiz Márcio José de Moraes na sexta-feira, um "dado novo" a ser examinado a partir do dia 2, quinta-feira, no Teatro da Universidade Católica de S. Paulo (Tuca), durante o I Congresso Brasileiro pela Anistia. Entre as comissões de trabalho do congresso figuram aquelas formadas pelos "atingidos e seus familiares" — e é natural que os dossiês de mortos, torturados, desaparecidos, banidos e exilados sejam exaustiva-

mente lembrados (ou mesmo enriquecidos de fatos novos como no caso Vlado). Assim, os fantasmas que povoam os anos negros da repressão no Brasil serão evocados diante de ilustres representantes do mundo jurídico internacional. Como o italiano Lelio Basso, presidente do "Tribunal Bertrand Russell" e da Liga de Defesa dos Direitos dos Povos; Carlo Franczani, do Partido Democrata Cristão e representante oficial do parlamento italiano; e os franceses André Jacques, Louis Joanet, este representante da Comissão dos Juristas Católicos, e Etienne Bloch, do Comitê Brasil-França (todos haviam confirmado a presença até quinta-feira, dia 26).

Caso como esses deverão ser lembrados no Congresso pela Anistia a partir desta quinta-feira — e não faltam casos, diga-se —, o que deve dar aos juristas que comparecerem, vindos do exterior, uma visão mais crua do que foi a repressão em anos recentes no Brasil. E, ao lado de cada reconstituição, além das implicações políticas, irão se desdobrar fatalmente os aspectos humanos que cercam esses episódios. Essa dimensão humana do problema ficou aliás evidente na própria solenidade pelo 3º aniversário da morte de Vlado, quando outro jornalista, Bernardo Kucinski, falou de sua irmã Ana Rosa, incluída na lista de 49 presos políticos desaparecidos publicada em ISTOÉ nº 92, de 27/09/78. Era evidente o constrangimento de Kucinski, constrangimento talvez explicado pela observação que ele fez à plateia: "As famílias (dos desaparecidos) sempre

O dia em que Vlado morreu

A história da morte de Wladimir Herzog começa numa sexta-feira à noite, 24 de outubro de 1975: dois homens, ocupantes de um Corcel, tocam a campainha da casa de Vlado, na rua Oscar Freire, e, atendidos por Clarice Herzog, 34 anos, casada há dez, dizem que querem encomendar um trabalho extra ao jornalista. Vlado não estava e Clarice disse que o marido com certeza não se interessaria pela oferta. E correu à TV Cultura, onde Vlado trabalhava (afinal, as prisões de jornalistas se sucediam naqueles dias). Chegou um pouco tarde: outros dois agentes dos organismos de segurança já tinham aparecido na emissora, em busca de Vlado. Mas Vlado, conseguiu autorização para apresentar-se no dia seguinte, às oito horas, no DOI-CODI.

E Vlado foi, acompanhado por Paulo Pereira Nunes, setorista da equipe jornalística da TV Cultura na área militar, e que, aliás, passara toda a noite na casa

da família Herzog. Apresentou-se, conforme o combinado. E o que houve depois de sua chegada ao DOI-CODI pode ser reconstituído através do depoimento de outro jornalista, Rodolfo Konder, do qual longos trechos foram incluídos textualmente na sentença do juiz Márcio José de Moraes: "No sábado de manhã, percebi que Wladimir Herzog tinha chegado. (...) estava lá, sentado numa cadeira, com o capuz enfiado e já de macacão. Assim que entramos na sala, o interrogador mandou que tirássemos os capuzes, por isso nós vimos que era Wladimir, e vimos também o interrogador, que era um homem de 33 a 35 anos, com mais ou menos 1,75 m de altura, uns 65 quilos, magro mas musculoso, cabelo castanho claro, olhos castanhos apertados e uma tatuagem de âncora na parte interna do antebraço esquerdo (...) Ele nos pediu que disséssemos ao Wladimir 'que não adiantava

sonegar informações" (...) Wladimir disse que não sabia de nada, e nós fomos retirados da sala e levados de volta ao banco de madeira onde antes nos encontrávamos, na sala contígua. De lá, podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e depois de Wladimir, e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a "pimentinha" e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores (...) A partir de um determinado momento, a voz de Wladimir se modificou como se tivessem introduzido alguma coisa em sua boca (...) Mais tarde os ruídos cessaram (...)".

Viagem inútil. Às 20h20m daquele sábado, o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, soube da morte de Vlado. Enquanto isso, o presidente Ruy Nogueira Martins da Fundação Anchieta, a qual está subordinada à TV Cultura, e seu assessor, Fernando Faro, foram convocados ao Instituto Médico Legal — mas não puderam ver o corpo de Vlado. O governador

ficam com a sensação de que não fizeram tudo o que era possível e necessário. Sentem uma certa vergonha de estarem conversando com amigos ou bebendo cerveja, em vez de estarem procurando, procurando, procurando...

Essa mesma dimensão humana do problema ficara ainda mais explícita na emoção com que Rodolfo Konder, também jornalista e preso na mesma época que Vlado, preferiu abster-se de rememorar o depoimento que prestou na época, para analisar o fato "na perspectiva do tempo". Konder chegou inclusive a dizer que preferia ver o tempo regredir ao período das trevas do arbítrio, "mas ter a meu lado o meu amigo Vlado". Olhos vermelhos, mordeu os lábios para não chorar, agradeceu e deixou a mesa.

Triste Conselho. O caso Vlado, o desenvolvimento dos trabalhos de entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia, a evocação, pela imprensa, de alguns episódios que marcaram esse período de trevas do arbítrio a que se referiu Konder, tudo tem contribuído para um exame cada vez mais aprofundado da questão da repressão no Brasil. E as dimensões políticas e humanas do que representou a repressão não são sentidas necessariamente apenas do lado das vítimas dessa repressão. Ainda na semana passada, dois episódios marcariam de forma inequívoca como o problema atinge não apenas determinadas pessoas, envolvidas direta-

mente em ambos, mas a própria consciência de quem quer que tenha tido uma participação ainda que menos ativa nos acontecimentos.

Foi o caso, por exemplo, do médico Benjamin Albagli, ex-membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana como presidente da Associação Brasileira de Educação. Ao ler uma reportagem sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva (ele está desaparecido desde o dia 20 de janeiro de 1971), Albagli decidiu fazer algumas revelações sobre as circunstâncias em que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana exercia sua missão naquele período. Na verdade, o que Albagli fez foi um *dramático mea culpa*, onde facilmente se distinguem os aspectos políticos e morais da repressão. Ele disse que votou pelo arquivamento do processo sobre o desaparecimento de Rubens Paiva no CDDPH mas o fez contrariando a sua consciência e atendendo a apelos de dois amigos pessoais, um civil muito conhecido e um general.

O nome do general, já na reserva àquela época, não foi divulgado. Mas *O Estado de S. Paulo* traria a público a identidade do civil que teria aconselhado Albagli a votar pelo arquivamento do processo. Trata-se do prof. Pedro Calmon — atualmente viajando pela Europa, em tratamento de saúde —, também membro do CDDPH em 1971. Segundo o relatório de Albagli, Calmon e o general não-identificado pediram-lhe "fraternalmente" que votasse pelo arquivamento do caso Ru-

Albagli: o médico que se arrependeu. Votou contra a consciência



bens Paiva. Diziam que o Exército não admitiria investigações em suas unidades. Diziam mais: uma recusa de Albagli em votar pelo arquivamento poderia levar à decretação de mais um ato institucional. Na terceira reunião do Conselho em que o caso Paiva era examinado, o médico votou pelo arquivamento.

Questão de consciência. Diga-se, em todo caso, que o arquivamento, para o Conselho, não fechava todas as possibilidades de levar adiante o caso. De fato, quem estivesse interessado poderia recorrer, por exemplo, à vida criminal. Por outro lado, não é que o dr. Albagli tivesse notáveis opções. Se não votasse pelo arquivamento do assunto, teria que votar pelo encaminhamento ao promotor público, o que era a última análise significava entregar a questão ao próprio Estado.

É interessante notar que foi exatamente por evitar a via criminal na apuração de denúncia do gênero que o caso Vlado chegou ao ponto de merecer uma sentença como a da última sexta-feira. Os advogados da

de São Paulo, Paulo Egydio Martins, não se encontrava na capital. Viajara para Ilha Solteira e só voltaria no domingo. O cardeal o procurara, por telefone, na manhã de sábado, conseguindo localizá-lo em Jales. O governador, todavia, estava muito distante da realidade, tanto que, ao saber que a escalada repressiva do general Ednardo prosseguia, e que mais um jornalista havia sido preso e outros estavam sendo procurados, pediu a dom Paulo que tentasse lo-

Paulo Egydio ao SNI: "Mas os senhores nos disseram que não havia nada de grave contra ele..."



Hélio Campos/Melo

calizar o coronel Erasmo Dias, secretário da Segurança, em Santos. O cardeal, por sua vez, pediu ao jornalista Mino Carta, então diretor da revista *Veja*, que cumprisse a tarefa. E Mino partiu, às três da tarde, atrás do coronel.

Naturalmente, a viagem foi inútil. Quando Mino voltou a São Paulo, Vlado já estava morto.

O governo federal, em Brasília, somente soube da morte no domingo. O general Golbery do Couto e Silva, que passara o fim de semana fora da capital, recebeu a informação através de um telefonema de São Paulo, por volta de seis horas da tarde. Quando o informante lhe disse que a versão oficial falava em suicídio, ele exclamou, quase num grito: "É mentira!" As razões da inquietação do chefe da Casa Civil eram compreensíveis. Ele percebia aonde poderia chegar a operação do general Ednardo, que claramente configurava um desafio ao governo do general Geisel.

Omelete e Diempax. Àquela altura, o governador Paulo Egydio já estava de

volta a São Paulo. E, descalço, em mangas de camisa, o nó da gravata frouxo sobre o peito, vagueava em prantos pelos aposentos do apartamento particular do Palácio dos Bandeirantes. Pouco depois das dezenove horas, ele recebeu a visita de Ruy Nogueira Martins, Fernando Faro e do professor Antônio Angarita, que substituíra, interinamente, na secretaria da Tecnologia e Cultura, a José Mindlin, em viagem aos EUA. A Fundação Anchieta, como se sabe, é subordinada a essa secretaria.

Na reunião, tentou-se fazer um retrospecto da situação, localizando as razões que haviam justificado a contratação de Vlado Herzog para a chefia do departamento de jornalismo: Subitamente, porém, interrompeu-se a conversa. Era um telefonema do coronel Paiva, do SNI. Ouviu-se o governador dizer: "Mas, coronel, foram os senhores que nos informaram que não havia nada de grave contra Vlado Herzog..." A noite do governador terminaria num jantar frugal, uma omelete recheada de comprimidos de Diempax.



Ednardo:
Vlado não era
preso político.
Era comunista,
e daqueles

família moveram uma ação civil visando uma indenização pela morte de Vlado, partindo do fato, admitido pelas autoridades, de que ele estava sob custódia do Estado. Pois foi no bojo dessa ação de natureza civil que se recolheu da sentença do juiz Márcio José de Moraes algumas definições importantíssimas. Ficou provado que a prisão de Vlado foi ilegal. Ficou provado, ainda, que ele foi torturado. E se o juiz não pode garantir que ele não tenha sido morto, também não pode assegurar que tenha se suicidado.

É claro também que, de 1971 para 1978, operou-se no país uma razoável abertura para que juizes possam votar e decidir sem violentar suas consciências.

Palavras do juiz. Foi assim, por exemplo, que o juiz Márcio José de Moraes respondeu a um rápida entrevista a ISTOÉ na noite de sexta-feira:

ISTOÉ. Qual a relação entre a divulgação da sentença e o ato público realizado dois dias antes pela morte de Vlado?

Dr. Márcio. Foi pura coincidência, pois a sentença ficou pronta dia 25 e nesse dia começou a ser datilografada. Eu venho estudando esse processo desde as minhas férias, em setembro, e comecei a redigi-lo nos primeiros dias de outubro. Eu o considero o processo de maior repercussão que passou pelas minhas mãos. Eu sustento minha sentença com humildade às instâncias superiores.

ISTOÉ. O senhor não a submete também ao julgamento da História e ao fato de poder olhar de frente os seus filhos um dia?

Dr. Márcio. Sim. Sim. Eu, quando julguei, o fiz de acordo com a minha consciência.

ISTOÉ. Como funciona a consciência nesse caso?

Dr. Márcio. Não tive preocupações políticas ao dar a sentença. Julguei de acordo com os autos. Nunca tive atuação política, nem militância, apesar de me ter formado em 1968, um ano de agitação. A única forma de dar uma sentença é com a liberdade de consciência e não dar importância

a questões que não tenham relações com a questão jurídica. Então, meu papel foi separar tudo o que é jurídico do que não é jurídico. Eu acho que o juiz tem que captar os anseios do povo, da nação, para transformá-los em realidade. Compete aos legisladores legislar, aos governantes executar a lei. Ao juiz só compete aplicar a lei no caso concreto. Isso não significa, porém, que devemos nos manter isolados, ou sem participação, porque também fazemos parte do povo. Cabe a nós retirar dos autos e da lei o que é possível trazer para os anseios da coletividade.

ISTOÉ. Quais as manifestações que recebeu?

Dr. Márcio. Muitos telefonemas de amigos, telefonemas bonitos...

ISTOÉ. Podemos tirar uma foto?

Dr. Márcio. Não. Não quero que exista uma vinculação da minha pessoa com a sentença. Foi o Poder Judiciário que deu a sentença.

ISTOÉ. E se o senhor tivesse que dar a sentença em 1973?

Dr. Márcio. Se eu fosse juiz em 73 e tivesse o mesmo processo em mãos, eu não teria nenhuma dúvida em dar esta sentença. Não recebi, no caso, nenhuma pressão, direta ou indireta. O papel da imprensa, no caso, foi essencial, no sentido de divulgar a todos que o processo existia e que o Poder Judiciário funcionava, independente de pressões.

Sinal dos tempos. A confrontação entre essas palavras eloquentes do juiz Márcio José de Moraes — ou declarações como a do ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo Audálio Dantas, que dizia naquela mesma noite que fora o clamor público que exigiu a verdade — e a trágica *mea culpa* proferida dias antes pelo médico Benjamin Albagli mostram que os tempos, finalmente, parecem estar mesmo mudando. Mas ninguém espere por uma milagrosa conversão capaz de fazer com que todos os envolvidos com os fantasmas da repressão façam também pronunciamientos conforme a sua consciência, ou exercitem uma saudável *mea culpa*. Muitos acham que não tem culpa alguma.

É o caso, por exemplo, do general Ednardo d'Ávila Mello — comandante da guarnição de São Paulo por ocasião da morte de Vlado — que afirmou ao saber da sentença do juiz Moraes que ela abria um perigoso precedente. O general disse também que todas as famílias cujos parentes "morreram na prisão vão agora querer indenização. E se o Estado fizer isso com todos os

que morreram nas prisões, meu Deus do céu".

Falando sobre Vlado Herzog, Ednardo disse que, para ele, não passava de um comunista, "e daqueles". Um repórter estranhou a naturalidade com que o general, atualmente na reserva, se referia a mortes dentro de prisões e perguntou: "Morrem tantos nas prisões?" Ednardo replicou: "No xadrez? Diariamente. As vezes uns companheiros matam outros. Não se lembra daquela mulher que se suicidou no xadrez lá em Bela Vista?" Encerrando a entrevista, o general declarou: "Não tenho nada com isso".

São palavras igualmente eloquentes, sem dúvida, e servem também para meditar como a existência de repressão, nos níveis em que foi aplicada no Brasil, dividiu num certo sentido o próprio país, de forma que se torna difícil, senão impossível, qualquer tipo de conciliação entre pontos de vista tão divergentes.

Confrontação. Ainda na semana passada, os solenes salões do Superior Tribunal Militar em Brasília foram palco de uma irreconciliável confrontação entre dois de seus ministros a propósito do caráter arbitrário da nova Lei de Segurança Nacional, atualmente em fase de aprovação no Congresso.

Aproveitando a solenidade de despedida do general Augusto Frágoso, que deixa a STM para ser substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro, o ministro Rodrigo Octávio decidiu exorcizar, com voz trêmula, emocionada, o que ele chamou de "psicose deletéria da existência de uma subversão permanente, justificando a teoria do arbítrio permanente". Foi o que bastou para outro ministro, Júlio de Sá Bierrenbach, reunisse os jornalistas para esclarecer que não concordava com as palavras de Rodrigo Octávio: "O que desejava o ministro Rodrigo Octávio? Desejava que a guerrilha urbana levasse a melhor?" — indagou Bierrenbach. Em seguida rendeu homenagens ao ex-ministro Gama e Silva e à Operação Bandeirantes, afirmando que ela havia contribuído e muito para a tranquilidade que reina no país atualmente.

Bierrenbach:
viva a OBAN,
viva a Lei
de Segurança
Nacional



viam começado já na segunda-feira à noite, quando ele tomou a decisão — criticada depois por algumas vozes do próprio MDB — de não comparecer a um debate com os estudantes da Universidade de Brasília, programado para o dia seguinte, depois de receber um telegrama do reitor da UnB, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Azevedo, advertindo-o de que “o convite que lhe foi feito partiu de órgão sem existência legal” — o diretório estudantil da universidade. “Não podíamos começar melhor a semana”, comentaria um assessor do general João Baptista Figueiredo. Não lhe faltariam outros motivos para comemorar.

Com efeito, na quinta-feira, na residência do deputado ex-frotista Sinval Boaventura, Figueiredo completou uma série de onze jantares e almoços com parlamentares da Arena — uma maratona gastronômica que em poucas semanas o pôs em contato com praticamente todos os deputados e senadores do partido, os mesmos que formam a coluna de sustentação política do colégio eleitoral de 15 de outubro. Esse trabalho de aproximação, aparentemente bem-sucedido, levaria um auxiliar de Figueiredo a concluir, eufórico: “A candidatura Euler Bentes tornou-se apenas uma ficção”.

JUSTIÇA

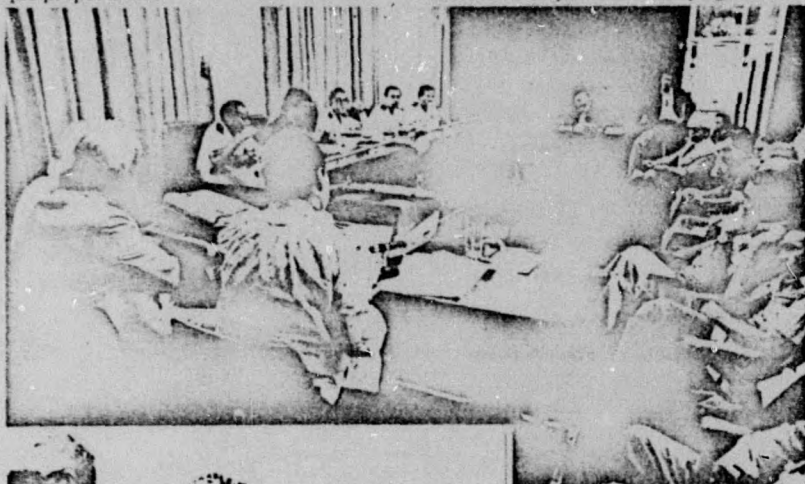
Absolvidos

Não havia provas no processo do Partido Comunista

Como aconteceu quarenta anos atrás, no mais importante julgamento político do Estado Novo, o advogado católico Heráclito Fontoura Sobral Pinto, de 84 anos, compareceu na semana passada diante de um juiz militar para defender aquele que certamente é o mais antigo de seus clientes: Luís Carlos Prestes, de 80 anos, secretário geral do proscrito Partido Comunista Brasileiro. Desta vez, Prestes não estava no banco dos réus. Mas suas irmãs, Lygia e Heloísa, juntaram-se à centena de pessoas que ouviu, na tarde de quarta-feira, a sentença proferida pelo juiz-auditor, absolvendo ou declarando prescritas as penas de todos os 65 acusados de terem participado do IV Congresso do PCB, em 1967.

O promotor, José Coelho Teixeira, pretendia enquadrar 54 deles na atual Lei de Segurança Nacional — embora o crime só pudesse ter sido cometido na

vigência da lei anterior, mais branda e cujas penas já prescreveram. Ao longo dos dois dias de julgamento, não faltaram alguns momentos de emoção. Oito dos réus estão desaparecidos* e um outro, o professor Antônio Mourão Filho, já morreu. O acusado Dimas Perrin fez sua própria defesa, relatando as torturas que teria sofrido durante o período em que esteve nas dependências do DOI/CODI. “Fui mantido nu, com capuz e algemado durante onze dias”, contou ele. “Torturado barbaramente, com choques elétricos por todo o corpo, assinei a confissão que prepararam.”



... no julgamento do PCB



Lygia e Heloísa: as irmãs de Prestes...

TELEGRAMA — Além da sentença absolutória, a decisão do juiz-auditor, capitão-de-fragata Sérgio Berthoni, de ordenar uma investigação para apurar as torturas denunciadas no julgamento, foi considerada uma vitória muito importante pelos dezoito advogados encarregados da defesa. Quanto aos desaparecidos, porém, o tribunal foi mais reticente, indeferindo o pedido de abertura

* Os desaparecidos são: David Capistrano da Costa, João Macena Mello, Orlando Rosa Bonfim Jr., Elson Costa, Itair José Veloso, Jayme Amorim Viana, Luís Ignacio Maranhão Filho e Hiran de Lima Pereira.

de inquérito para apurar o paradeiro dos acusados, por julgar não haver indícios suficientes de que eles possam ter sido vítimas dos órgãos de segurança. A jornalista Beatriz Bonfim, filha de Orlando Bonfim, um dos desaparecidos, diz que seu pai vivia na clandestinidade desde 1964. No dia 9 de outubro de 1975, ela recebeu um telefonema anônimo, informando-a de que Bonfim fora preso. Desde então, nunca mais teve notícias dele.

O caso de David Capistrano é diferente, segundo sua filha, Carolina, que também compareceu ao julgamento.

Cearense, militante comunista, Capistrano exilou-se na Checoslováquia em 1971. “Três anos depois, velho e cansado, estava disposto a voltar”, lembra Carolina. “Entrou no país ilegalmente, por Uruguiana, no dia 16 de março de 1974. Lá, foi recebido por um amigo, José Roman, e chegou a nos passar um telegrama, dizendo que estava tudo bem. Mas nunca chegou em casa, nem ele, nem o amigo.”

O processo julgado na quarta-feira criou uma expectativa otimista pelo menos para Maria Nazareth Cunha da Rocha, a primeira banida a voltar oficialmente ao país. Excluída da lista de acusados para ser julgada separadamente, ela deverá se beneficiar da sentença proferida na semana passada. O mesmo não podem dizer as irmãs de Prestes, que, apesar de absolvido agora, tem outras penas para cumprir. “Para o velho, só mesmo a anistia”, declarou dona Heloísa.

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Desaparecidos?!

A face mais dura do esquema repressivo imposto no Brasil nos últimos catorze anos esteve presente, involuntariamente, aos dois dias — terça e quarta-feiras, dias 19 e 20 — de julgamento dos 63 acusados de tentativa de reorganização do Partido Comunista Brasileiro, afinal absolvidos por unanimidade. Presente, por exemplo, nas lágrimas de Carolina, a filha de David Capistrano, ao ouvir a negativa do Conselho de Sentença ao pedido de abertura de inquérito para apurar o desaparecimento dos oito acusados revéis, “por não existirem nos autos qualquer evidência de que a ausência dos mesmos se relacione com fatos que induzam a possibilidade da existência de qualquer delito”.

Era o malogro de mais uma das inúmeras tentativas feitas pelos familiares de 47 brasileiros nessa estranha situação: nem mortos, nem vivos, nem presos. Simplesmente desaparecidos.

Presente também nas lágrimas que um dos réus — Dimas da Anuniação

Das lágrimas de
um julgamento
às histórias
de horror
e morte

Ferrin — arrancou de seus parentes e de outro acusado, Oseas Laranjeiras, ao narrar as torturas sofridas nas dependências do DOI-CODI do Rio: “Fui torturado durante onze dias e onze noites, com choques elétricos, murros, pontapés. E, com medo de que meus algozes fizessem idênticas perversidades com minha esposa, filhos e netos, decidi assinar as declarações impostas”. O Conselho aprovou o encaminhamento das denúncias de Dimas ao Ministério Público Militar, por ter sido verificada, nos autos, a existência de evidências de maus tra-

tos na fase inquisitorial.

A denúncia de Dimas é apenas uma entre centenas de outras, vítimas das mesmas ou de torturas ainda piores, que, segundo levantamento de exilados brasileiros, levaram 81 presos políticos à morte, entre 1966 e 1973.

Nem preso, nem morto. Desaparecido, segundo mestre Aurélio Buarque de Holanda, é “que, ou aquele que desapareceu”. “Pelo menos, era assim até 1970. Nesse ano, a ação dos organismos de repressão no Brasil introduziu um novo significado para essa palavra: aquele cuja prisão ou morte não é reconhecida por qualquer autoridade. De 1970 — quando desapareceu o estudante Antônio dos Três Reis Oliveira, preso em São Paulo a 10 de maio, primeiro caso do gênero registrado — até agora, 47 pessoas, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, ingressaram nessa relação assim descrita por Alceu de Amoroso Lima, em artigo no *Jornal do Brasil*: “São pais, irmãos, noivas, mulheres,



O julgamento do PCB no Rio: oito não compareceram, são desaparecidos. E foram absolvidos

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Desaparecidos?!

A face mais dura do esquema repressivo imposto no Brasil nos últimos catorze anos esteve presente, involuntariamente, aos dois dias — terça e quarta-feiras, dias 19 e 20 — de julgamento dos 63 acusados de tentativa de reorganização do Partido Comunista Brasileiro, afinal absolvidos por unanimidade. Presente, por exemplo, nas lágrimas de Carolina, a filha de David Capistrano, ao ouvir a negativa do Conselho de Sentença ao pedido de abertura de inquérito para apurar o desaparecimento dos oito acusados revéis, "por não existirem nos autos qualquer evidência de que a ausência dos mesmos se relacione com fatos que induzam a possibilidade da existência de qualquer delito".

Era o malogro de mais uma das inúmeras tentativas feitas pelos familiares de 47 brasileiros nessa estranha situação: nem mortos, nem vivos, nem presos. Simplesmente desaparecidos.

Presente também nas lágrimas que um dos réus — Dimas da Anunciação

**Das lágrimas de
um julgamento
às histórias
de horror
e morte**

Ferrin — arrancou de seus parentes e de outro acusado, Oseas Laranjeiras, ao narrar as torturas sofridas nas dependências do DOI-CODI do Rio: "Fui torturado durante onze dias e onze noites, com choques elétricos, murros, pontapés. E, com medo de que meus algozes fizessem idênticas perversidades com minha esposa, filhos e netos, decidi assinar as declarações impostas". O Conselho aprovou o encaminhamento das denúncias de Dimas ao Ministério Público Militar, por ter sido verificada, nos autos, a existência de evidências de maus tra-

tos na fase inquisitorial.

A denúncia de Dimas é apenas uma entre centenas de outras, vítimas das mesmas ou de torturas ainda piores, que, segundo levantamento de exilados brasileiros, levaram 81 presos políticos à morte, entre 1966 e 1973.

Nem preso, nem morto. Desaparecido, segundo mestre Aurélio Buarque de Holanda, é "que, ou aquele que desapareceu". "Pelo menos, era assim até 1970. Nesse ano, a ação dos organismos de repressão no Brasil introduziu um novo significado para essa palavra: aquele cuja prisão ou morte não é reconhecida por qualquer autoridade. De 1970 — quando desapareceu o estudante Antônio dos Três Reis Oliveira, preso em São Paulo a 10 de maio, primeiro caso do gênero registrado — até agora, 47 pessoas, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, ingressaram nessa relação assim descrita por Alceu de Amoroso Lima, em artigo no *Jornal do Brasil*: "São pais, irmãos, noivas, mulheres,



O julgamento do PCB no Rio: oito não compareceram, são desaparecidos. E foram absolvidos

25 dos 47 desaparecidos

BRASIL



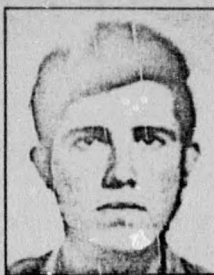
Eduardo Collier Filho



Itair José Veloso



David Capistrano



Hélio Luiz Navano



Rubens Paiva



Rui Frasso



Stuart Angel Jones



Orlando Bonfim



Walter de Souza Ribeiro



Hiran Lima Pereira



Luiz Eurico Tejera



Wilson Silva



Ana Rosa Kucinski



Jane Morone Barroso



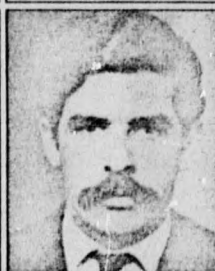
Paulo Stuart Wright



Isis Dias de Oliveira



Jorge Leal Gonçalves



Carlos Alberto



Luiz Ignácio Maranhão



Eleni Telles Guariba



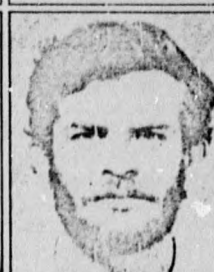
José Montenegro de Lima



Edgar Aquino Duarte



Marcos Antônio Batista



Honestino Guimarães



Paulo de Tarso Celestino

25 dos 47 desaparecidos

BRASIL



Eduardo Collier Filho



Itair José Veloso



David Capistrano



Hélio Luiz Navarro



Rubens Paiva



Rui Frasso



Stuart Angel Jones



Orlando Bonfim



Walter de Souza Ribeiro



Hiran Lima Pereira



Luiz Eurico Tejera



Wilson Silva



Ana Rosa Kucinski



Jane Morone Barroso



Paulo Stuart Wright



Isis Dias de Oliveira



Jorge Léal Gonçalves



Carlos Alberto



Luiz Ignácio Maranhão



Eleni Telles Guariba



José Montenegro de Lima



Edgar Acuña Duarte



Marcos Antônio Batista



Honestino Guimarães



Paulo de Tarso Celestino

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

quem sabe maridos, que esperam surgir o Ausente, de um momento para o outro, sempre que se abre a porta da rua (...). Até quando haverá no Brasil mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil que julgávamos ingenuamente isento de tais crueldades?"

Bater em todas as portas é uma rotina para os parentes dos 47 desaparecidos — e, a cada porta que batem, acende-se a chama de uma esperança, para apagar-se logo depois. A chama certamente mais brilhante acendeu-se em agosto de 1974, quando o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo Geisel, dispôs-se a um encontro, na sede da CNBB, com o cardeal Paulo Evaristo Arns, o presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, prof. Cândido Mendes, o reverendo James Wright, pastor evangélico, e sete representantes dos familiares de desaparecidos. Conta o reverendo Wright, irmão de Paulo Stuart Wright, desaparecido em julho de 1973:

— O general Golbery foi ao encontro sozinho, sem a sua segurança. Parecia um sinal de confiança, principalmente em dom Paulo Evaristo. Antes mesmo de que disséssemos algo, ele afirmou que não precisávamos dar maiores explicações. "Eu sei por que estão aqui."

Em seguida, Golbery recebeu um documento com uma lista de 22 desaparecidos e ouviu o relato de cada um dos sete familiares presentes. "Ele não chorou, mas notei que estava emocionado, a ponto de seus olhos ficarem marejados, principalmente quando dos relatos da mãe de Honestino Guimarães e da mulher do Fernando Augusto", lembra o reverendo Wright. Golbery admitiu que o governo estava tendo dificuldades em controlar a repressão, principalmente em São Paulo, mas, de qualquer modo, prometeu uma resposta para dentro de um mês.

Passou-se agosto, passou-se setembro, a resposta não veio — como não veio até agora. Veio, em fevereiro de 1975, uma infeliz aparição do ministro Armando Falcão na televisão para contar a situação dos "desaparecidos" (ler quadro na pág. 28). Não eram, obviamente, as explicações esperadas. "Notei logo", conta o reverendo, "que as informações eram furadas, pois a Maria Nilde Mascellani, tida como fora do país, foragida, estava aqui, perto de minha casa. Tínhamos até conversado, dias antes".

Processados. Antes mesmo do ministro comparecer à televisão, o jornal *O Estado de S. Paulo* — recém-liberado da censura prévia — começou a publicar anúncios assim:

"Ana Rosa Kucinski, Wilson Silva — Estão desaparecidos desde o dia 22 de abril de 1974 Ana Rosa Kucinski, 32 anos, bacharel em Química e doutora em Filosofia, funcionária do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, e seu marido, Wilson Silva, bacharel em Física pela



O reverendo Wright: parapsicólogo

mesma Universidade. Todas as indagações sobre a sorte de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, junto a hospitais, necrotérios e autoridades policiais e militares, inclusive através de pedido de *habeas corpus* ao STM foram inúteis e a família de Ana Rosa Kucinski, desesperada, apela a quem souber informar de sua sorte e de seu marido Wilson Silva". Seguiu-se endereço e telefone. Assinatura: Majer Kucinski, pai de Ana Rosa.

Foi também inútil. Para Majer a busca terminou um ano depois: ele morreu em 1976.

Antes, entretanto, viveu dois anos de angústia, que começaram no dia 22 de abril de 1974. Nesse dia, Wilson Silva saiu do emprego, despediu-se de um amigo e disse-lhe que ia ao encontro de Ana Rosa, na praça da República. Nunca mais foi visto. Um dia antes, Ana Rosa confessou a uma colega do Instituto de Química da USP que temia estar sendo seguida pela polícia. De fato, um mês antes, a poli-

Os 47 mistérios

A lista fornecida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia é a seguinte:

- 1) **José Gomes Teixeira** — marítimo, preso em 1971 pela Aeronáutica;
- 2) **Sérgio Landulfo Furtado** — preso em julho de 1972;
- 3) **Antônio dos Três Reis Oliveira** — desaparecido em São Paulo, em 10 de maio de 1970;
- 4) **Félix Escobar** — preso em outubro de 1971, no Rio. Foi visto na Fortaleza de Santa Cruz;
- 5) **Gastoni Beltrão** — desaparecido em São Paulo;
- 6) **Paulo Roberto Ribeiro Bastos** — desaparecido em 1972, no Rio;
- 7) **Luiz Eurico Tejera Lisboa** — desaparecido em São Paulo, em 1972;

8) **Ísis Dias de Oliveira** — desaparecida no Rio;

9) **Paulo de Tarso Celestino Silva** — desaparecido no Rio, em 1971;

10) **Rubens Beyrodt Paiva** — sequestrado em casa, diante dos familiares;

11) **Joaquim Mariano dos Santos** — camponês, desaparecido no Rio, em 1971;

12) **Hélio Luiz Navarro Magalhães** — desaparecido em 3 de outubro de 1970;

13) **Stuart Edgard Angel Jones** — tido como desaparecido, embora uma carta da prisão informe que ele morreu sob tortura;

14) **Carlos Alberto Soares de Freitas** — desaparecido no Rio, em 1971;

15) **Eleni Teles Ferreira Guariba** — desaparecida em junho de 1971;

16) **Valter Ribeiro Novais** — desaparecido em 12 de julho de 1971;

17) **Aluísio Palhano** — desaparecido em São Paulo, em 1971;

18) **Paulo Stuart Wright** — desaparecido em São Paulo, em julho de 1973;

19) **Humberto Câmara Neto** — desaparecido em outubro de 1973, no Rio;

20) **Honestino Guimarães** — desaparecido no Rio, em outubro de 1973;

21) **João Batista Rita Pereda** — preso em Buenos Aires, em 1973, e trazido para o Brasil;

22) **Jane Moroni Barroso** — desaparecida no Rio, em 1973;

23) **Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira** — desaparecido no Rio, em 1974;

24) **Eduardo Collier Filho** — desaparecido no Rio, em 1974;

cia estivera no edifício onde o casal morava, fazendo perguntas. E, a um estudante da USP, perguntaram a chapa do automóvel de Ana.

Dias depois, Majer, um velho professor de literatura judaica, recebeu aviso de que sua filha desaparecera, com o marido. Sem saber a quem recorrer, viajou para a Inglaterra, ao encontro do filho, o jornalista Bernardo Kucinski, então trabalhando no *Guardian*, de Londres, ao mesmo tempo em que mandava uma carta ao outro filho, Wolf, que mora num *kibutz* em Israel. Majer voltou logo depois ao Brasil e, Bernardo, em julho, depois de ter mantido alguns contatos na Europa. A partir de então, começou a funcionar um gigantesco mecanismo de contatos com personalidades do mundo todo. Não exatamente para conseguir libertar Ana Rosa e Wilson, mas para obter uma informação a respeito.

Bernardo Kucinski conta que passou a viver entre a convivência íntima de que os dois estavam mortos e as informações, precárias embora, vindas dos Estados Unidos, dizendo que Ana estava viva. O *Washington Post* e o *New York Times* noticiaram o desaparecimento, a Organização dos Estados Americanos informou que o caso Ana Rosa tomava o número 1.897 na sua comissão de direitos humanos, mas não dava muitas esperanças. De Israel, Wolf informava que um general israelense conhecia os generais Sylvio Frota e Ednardo d'Ávila Mello e ia pedir a interferência de ambos. A chancelaria de Israel fez saber ao Itamaraty, discretamente, que Israel estava disposto a acolher os dois, sem maiores formalidades, se o Brasil permi-

tisse a saída. Um cientista do Instituto Weizman enviou carta ao general Golbery do Couto e Silva, confessando seus temores a respeito do destino do casal. E o rabinato dos Estados Unidos movimentava-se junto a congressistas norte-americanos.

Morta, 99,9%. Em 2 de dezembro de 1976, uma organização judaica de âmbito internacional enviou carta a Wolf: "Não há nenhuma dúvida de que Ana Rosa está morta. É uma informação 99,9% positiva."

No Brasil, Bernardo continuava caçando informações — e pagando por elas. "Uma vez", conta, "paguei 80 mil cruzeiros por uma informação. E estava quase pagando mais 500 mil cruzeiros, quando denunciei processo de chantagem à Justiça Militar" (o caso foi agora avocado pela Justiça Comum, e Bernardo pretende levá-lo até o fim).

"Chega um momento em que não se aguenta mais. Agora, passados quatro anos, meu sofrimento maior é não saber o que foi feito deles", desabafa o jornalista. É nessa hora que as famílias são procuradas por todos os tipos de pessoas — cartomantes, videntes, parapsicólogos, charlatães, a maioria animada do mais honesto propósito de ajudar.

Foi o que aconteceu com o reverendo Wright, por exemplo. Um parapsicólogo contou-lhe que seu irmão Paulo estaria preso numa espécie de campo de concentração, a 150 milhas da foz do rio Amazonas. A descrição era tão perfeita que até elementos da CIA estiveram no local, investigando-o. Nada encontraram.

Como os Kucinski, Wright recor-

reu à ajuda externa, ainda mais que Paulo tem dupla nacionalidade, por ser filho de norte-americanos. Latham Wright, outro dos irmãos, também pastor evangélico, começou a se corresponder com parlamentares dos Estados Unidos e conseguiu interessar até o Departamento de Estado pelo caso. O que também não adiantou.

A missa da certeza. Aos poucos, a esperança ia morrendo, mas o reverendo Wright diz que só se convenceu da morte do irmão ao ser convidado para concelebrar a missa pela morte de Vladimir Herzog. "A gente não pode ter falsas esperanças" — diz ele, agora. "Mas ter esperança é próprio da natureza humana. Eu mesmo, como membro da Pastoral dos Direitos Humanos, tenho cuidado de muitos casos em que as pessoas se negam a admitir algumas evidências. A família vive o drama de perder alguém e passa a se solidarizar com famílias nas mesmas condições."

A missa de Vlado marcou o reverendo: "Quando, no púlpito da catedral, vi toda aquela multidão, percebi que era uma homenagem a todos os mortos e desaparecidos".

Na verdade, as histórias de todos os desaparecidos — ou de quase todos — se parecem, e todas são exemplares.



Rubens Paiva: uma mancha?

(25) João Massena Melo — desaparecido em São Paulo;

(26) David Capistrano da Costa — desapareceu quando tentava retornar ao Brasil, em março de 1974;

(27) José Roman — desapareceu com Capistrano, no trajeto Uruaiana-São Paulo;

(28) Caiuby Alves de Castro — desapareceu no Rio, em 1974;

(29) Joaquim Pires Cerveira — ex-maior, preso em Buenos Aires;

(30) Walter de Souza Ribeiro — desapareceu no percurso Rio-São Paulo, em abril de 1974;

(31) Luiz Ignácio Maranhão Filho — sua mulher, Odete, denunciou, em carta à direção do MDB, que ele estava sendo "barbaramente torturado" pelo delegado Fleury, em São Paulo;

(32) Ieda Santos Delgado — desa-

pareceu no percurso Rio-São Paulo, em abril de 1974;

(33) Ana Rosa Kucinski Silva — desapareceu em abril de 1974;

(34) Wilson Silva — idem;

(35) Thomas Antônio da Silva Meirelles Neto — desapareceu no Rio, em maio de 1974;

(36) Issami Nakamura Okamoto — desapareceu em São Paulo, em maio de 1974;

(37) Rui Frásio Soares — seqüestrado diante de testemunhas, em Petrolina (PE), a 27 de maio de 1974;

(38) Jayme Miranda Amorim — desapareceu no Rio, em junho de 1974;

(39) Itair José Veloso — desapareceu no Rio, em maio de 1975;

(40) Armando Teixeira Frutuoso — desapareceu no Rio, em julho de 1975;

(41) Orlando Bonfim Júnior — desapareceu no Rio, em julho de 1975;

(42) José Montenegro de Lima — desapareceu em Pernambuco, em setembro de 1975;

(43) Edgar Aquino Duarte — desapareceu no Rio, em 1975;

(44) Marcos Antônio Batista — desapareceu no Rio, em 1975;

(45) Hiran Lima Pereira — desapareceu no Rio, em fevereiro de 1975;

(46) Elza Rocha Miranda — desapareceu no Rio, em 1975;

(47) Elson Costa.

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Há a forma misteriosa de os familiares serem informados de que aconteceu: o reverendo Wright recebeu apenas três telefonemas idênticos — "Paulo caiu". E desligavam. O filho do advogado e jornalista Orlando Bonfim, que vivia na clandestinidade, também foi avisado por telefone: "Quem fala é um amigo de seu pai. Contrate um advogado e comunique-se com a Associação Brasileira de Imprensa".

É possível que essa mesma pessoa tenha sido o misterioso portador das fotografias dos onze netos de Bonfim, nascidos no seu período de clandestinidade.

Vestir luto. E cada família tem uma história de sofrimento e esperança para contar. Como o jornalista Haroldo Amorim de Miranda, irmão do também jornalista Jayme Amorim de Miranda, preso no Rio de Janeiro, no dia 4 de fevereiro de 1975:

"Os subterrâneos do protesto foram percorridos na busca de Jayme" — descreve ele em carta publicada pela edição deste mês do jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. "Um par de velhos — o chefe do clã ficou totalmente cego com o trauma do filho nem morto nem vivo — chora, hoje, o desejo de pelo menos errar seu morto. Quatro crianças crescem na indefinição de se o pai é vivo ou morto, e uma mulher não sabe se veste luto ou sofre, dia e noite, vida toda, o drama da violência."

Certamente a mesma esperança levou Maria Augusta, mulher de David Capistrano, a comparecer ao julgamento de seu marido ausente e de mais 62 companheiros no Rio. Talvez, nos corredores da Auditoria, alguém lhe passasse uma informação sobre o marido. Ou qualquer pista. Mesmo inútil. Como a surpresa que o reverendo Wright recebeu um dia: de repente, uma moça desceu de um carro, entregou à filha do reverendo um pacote e foi-se embora sem nada dizer. No pacote, estavam todos os documentos do irmão — carteira de identidade, carteira de habilitação, certificado de saúde, título de eleitor. Wright não acreditava que tais documentos ainda existissem, pois o irmão estava na clandestinidade desde 1968 e desaparecido desde 73, certamente usando documentos falsos. Por que o pacote? Talvez porque, pouco antes, o STM acolhera petição em favor de

Após muitas horas de tortura, perdi as forças e caí pela escada alvoroçada. Forçaram-me a levantar e continuaram com a "sessão". O Major Ustia diz que eu já tinha perdido o assento, o companheiro Paulo Stuart Wright, seu segundo-tenente, era um dirigente da Ação Popular Marista

O preso Otto Filgueiras conta, em carta ao advogado Hélio Navarro, o que sabe do destino de Paulo Stuart Wright. Data: 13/5/75

Paulo Stuart e pedira explicações ao II Exército, suposto responsável por sua detenção?

Outro estranho pacote chegou à casa de Majer Kucinski dias depois de ter ele entregue carta ao general Dilermando Gomes Monteiro, a respeito do caso Ana Rosa-Wilson Silva, fato amplamente noticiado pelos jornais. Era um envelope com carimbo e selo de Portugal e continha propaganda de organizações esquerdistas com as quais Majer jamais tivera ou pensara ter vínculos. Por que o pacote?

Desaparecidos? Seria "desaparecido" um termo correto para designar todos os 47 componentes da lista do Comitê Brasileiro pela Anistia? A julgar pelos depoimentos de inúmeros presos políticos, contemporâneos de alguns deles, a resposta é não. Examinemos alguns casos:

1) **Mário Alves Vieira de Souza**, jornalista, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foi preso no Rio de Janeiro em janeiro de 1970 e imediatamente conduzido ao DOI-CODI. No dia 16 de janeiro, alguns presos foram informados por um soldado que **Mário Alves morrerá**, depois de prolongadas sessões de tortura. O nome de Mário figurou na lista dos desaparecidos publicada pelo JB há quinze dias. **Agora, o CBA já o considera morto.** As evidências recolhidas nesse período são mais do que suficientes.

2) **Rubens Paiva** — No dia 20 de janeiro de 1971, sua residência foi invadida por elementos dos organismos de segurança, que o detiveram. No dia seguinte, também sua esposa Eunice e a filha do casal, Eliana, foram sequestradas e conduzidas ao CODI, na rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro. Eunice ficou doze dias presa e, ao sair, verificou que **no pátio da prisão estava o carro do marido**, retirado no dia seguinte pela irmã de Rubens Paiva, mediante recibo passado por um militar lotado naquela dependên-

cia policial.

Apesar da evidência, o I Exército, em resposta ao *habeas corpus* impetrado junto ao STM, **informou** que Rubens, Eunice e Eliana **já não haviam estado presos em unidades da área do I Exército**. No dia 28 de janeiro de 1971 os organismos de segurança anunciaram que um "preso de alta categoria social" fora resgatado por seus companheiros em operação no Alto da Boa Vista. O preso chamar-se-ia Rubens Seixas. Cinco meses depois, anunciava-se que o suposto resgatado não era Seixas, mas Rubens Paiva.

3) **Stuart Angel** — Sua mãe, a modista Zuzu Angel, tinha em seu poder, antes de morrer em acidente de automóvel, carta de Alex Polari de Alvarenga, companheiro de cela de Stuart, na qual narrava a maneira pela qual **Stuart morrerá, amarrado a um tipo que o arrastava pelo chão**, na Base Aérea do Galeão. O episódio é contado no livro do historiador Hélio Silva, volume 20 da coleção *Pequena História do Brasil*.

Da mesma forma, há depoimentos de presos políticos **denunciando a morte**, entre outros, de **Antônio dos Três Reis Oliveira**, Gastoni Beltrão, Honestino Guimarães, João Massena Melo.

Um dos depoimentos é nominal: **Inês Etienne Romeu**, presa política condenada a 32 anos e meio e que cumpre pena no Instituto Talavera Bruce, no Rio, diz ter sabido por seus interrogadores do destino de alguns dos 49 desaparecidos. **Inês foi presa em maio de 1971 em São Paulo e levada para uma casa de torturas no Rio, onde passou cem dias, tempo suficiente para ouvir macabras confissões.**

Diz ela, por exemplo, que **os policiais afirmaram ter matado Rubens Paiva** e se referiram ao fato como "uma mancada". Outros da lista que **os policiais admitem ter matado**: **Eleni Teles Pereira Guariba**, **Paulo de Tarso Celestino**, **Aluísio Palhano** e

Walter Ribeiro. A própria Inês ouviu, de sua cela, os interrogatórios de Eleni e Paulo de Tarso, nos dias 19 e 20 de julho, e de Aluísio Palhano, dias 13 e 14 de maio. Ela soube, também, que Marilena Villas-Boas Pinto, que participara de tiroteio com a polícia, morreu naquela casa, ferida e sem cuidados médicos. "Foi aí mesmo, na cama em que você está", disseram-lhe os policiais.

Carta-certeza. Outras histórias de negativas, subornos, ameaças e revelações são contadas pelos familiares do estudante Carlos Alberto Soares de Freitas, preso no dia 15 de fevereiro de 1971, no Rio. Três dias depois da prisão, uma amiga de Carlos Alberto, que não havia lido a notícia publicada no Jornal do Brasil, foi visitá-lo. Ao se aproximar da casa, viu forte esquema policial montado e afastou-se rapidamente para colocar no correio uma carta que "Beto" lhe havia entregue para ser enviada a seus familiares em Minas Gerais, caso fosse preso. Essa amiga não tinha dúvidas sobre a prisão: ela sabia que ele era procurado pelos órgãos de segurança e que vivia na clandestinidade. A presença de tantos policiais diante da casa só podia ter um significado: "Beto" estava preso.

A família recebeu a carta e começou a procurar por ele, por intermédio de advogados contratados no Rio e em Minas. Um habeas corpus foi impetrado junto ao STM, mas, como o julgamento tardava, os parentes resolveram levar, pessoalmente, cartas às autoridades. Uma delas, ao então presidente Médici, foi levada por dona Alice, a mãe, e Adir, a irmã, ao chefe da Casa Militar, general João Baptista Figueiredo, que as recebeu "mal e nem quis ouvir a história", conforme conta Adir. A outra foi levada por Eduardo, irmão de Carlos Alberto, ao ministro Waldemar Lima Rodrigues, do STM, que respondeu: "Eu não tenho nenhuma obrigação, eles são subversivos mesmo".

Começou, então, a peregrinação pelos organismos de segurança e o cerco a policiais do DOPS mineiro, que solicitavam dinheiro em troca de informações. Eram visitas semanais e informações vagas: foi transferido do Recife para Minas, depois de Minas para o Rio.

Um xis na foto. Dados mais concretos — e tenebrosos — surgiram em junho, numa delegacia de Itaguai, Estado do Rio. Um cartaz de "terroristas procurados", visto por Eduardo, exibia seu irmão Carlos Alberto riscado com um xis. Depois, Inês Etienne Romeu, co-

lega de faculdade e amiga íntima de "Beto", presa em São Paulo e levada a um centro clandestino de tortura no Estado do Rio, ouviu de seus interrogadores que ele "fora preso, torturado e assassinado a tiros de revólver".

Para os irmãos, essas informações bastaram para convencê-los da morte de Carlos Alberto. Para os pais, não. Até hoje, passados sete anos e meio, Jaime Soares de Freitas, o pai, 78 anos, recusa-se a mudar de apartamento. "Não, o 'Beto' tem a chave." E dona Alice, a mãe, mantém o quarto arrumado, exatamente como o filho o deixou, no Natal de 1970.

Contato perdido. Um outro ponto comum em muitas histórias de desaparecidos emerge do depoimento da família de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, preso no dia 23 de fevereiro de 1974: o corte abrupto de contatos com pessoas — às vezes muito bem colocadas — em um determinado ponto do caminho em busca de desaparecidos.

Fernando saiu de casa, nesse dia, dizendo que voltaria antes das 6 horas. Não voltou. Começou, então, a longa peregrinação, perseguindo todas as hipóteses e batendo em todas

as portas: marechal Juarez Távora, marechal Cordeiro de Farias, general Muricy, um funcionário do DOI-CODI de São Paulo, o ex-deputado Etelvino Lins. E, em todos os casos, chegava um momento em que, como com os marechais Távora e Cordeiro, lhes diziam: "Infelizmente, não tenho mais condições de dizer nada".

De qualquer forma, por Juarez a família ficou sabendo que o general Ednardo d'Ávila Mello, então comandante do II Exército, lhe informara que Fernando não estava preso em São Paulo. Essa informação contrariava o que a família já levantara: Fernando (e Eduardo Collier) havia sido preso no Rio e levado, dias depois, para São Paulo. Seus parentes chegaram, inclusive, a entregar, no DOI-CODI paulista, no dia 14 de março de 1974, uma sacola com mantimentos e objetos de uso pessoal ao carcereiro de plantão, que se identificou como "Marechal".

Outro contato interrompido foi com o professor Gastão Jacinto Gomes, um dos diretores da Cruz Vermelha, que conhecia um coronel do Exército através do qual poderia obter informações. De fato, as obteve, inicialmente. O coronel chegou a anunciar que Fernando estava preso

Caros Pais:

Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou, não importa. É bem possível que me deixem no Rio, ou talvez me mandem para Minas. Ainda não posso prever com certeza. Se querem me ajudar, ajam da seguinte forma:

- 1) O motivo da interferência é conseguir minorar as torturas (impossível detê-las de todo, a não ser num segundo momento).
- 2) - Tem-se que incomodá-los. Exerça-lhes a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuamente. Tentem mais uma vez. Outra, Gritem, chorem, levem cartas, enfim, não lhes deem socorro. Sempre se consegue romper a barreira.
- 3) - No princípio, eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem a carga.
- 4) - No meu caso, como noticiaram que eu havia sequestrado um avião em junho, poderão mesmo jogar com isso e dar-me sumiço.
Repito: se um dia eu saí do país, eu os avisaria. Estou aqui, Preso pelos carrascos do povo brasileiro. A notícia do sequestro, era falsa, reafirmo. Use as cartas para provar que eu estou no país. Mas tirem fotocópia, pois eles poderão requisitar as cartas. Não se deixem envolver pelas maldrações (e arbitrariedades) dos nossos gorilas.
- 5) - Minhas convicções continuarão firmes. Não trairei meus companheiros e meu povo. Apesar dos defeitos, tenho caráter bastante para não seguir na trilha dos Massafimi e Lugaretti, pequenos vermes que sempre atravessam a vida da gente. Apesar de Vocês não compartilharem meus ideais, acho que me respeitarão mais por saberem já que não traio e não me desfibo.

Se não puderem me ajudar, não guardarei rancores. Muitas vezes os laços de classe se sobrepõem aos familiares. Saberei compreendê-los.

Abraça-lhes o filho,

Carlos Alberto Soares de Freitas (assinado)

Prisões possíveis: Vila Militar (principal) e PE (duas), uma na Tijuca, outra não sei onde, além da Ilha das Flores.

A carta em que Carlos Alberto de Freitas anuncia a sua prisão

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

em São Paulo e, numa determinada época, necessitava de cuidados médicos. "Mas agora está tudo bem", completou.

De repente, o professor Gastão pediu aos parentes de Fernando que não mais o procurassem na Cruz Vermelha e, sim, em sua casa. Lá, ouviram a informação de que o coronel não podia mais dar informações. "Os contatos foram cortados" — disse-lhes o professor, que, todavia, os encaminhou, com um bilhete, a um sobrinho, militar lotado em Brasília.

E a família foi a Brasília, onde ouviu a informação que menos aceitava: "Fernando não está preso". A mesma informação constaria, meses depois, de nota oficial lida pelo ministro Armando Falcão na televisão.

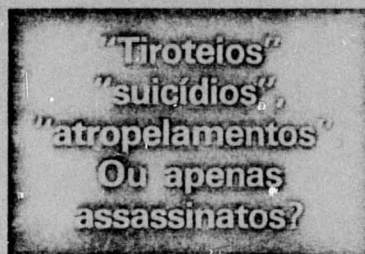
Onde está? Contra todos os indícios, as famílias — pelo menos algumas — insistem em esperar que os parentes voltem, ou, ao menos, em perguntar por eles. Como o fez, em carta a dona Scyla Médici, esposa do ex-presidente Médici, a mãe de Jorge Leal Gonçalves Pereira, seqüestrado no Rio em 20 de outubro de 1972: "Acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Quando eu rezo diante da Virgem Santíssima, eu lhe digo que é uma mãe que pede a outra. Assim faço neste momento. Dirijo o pedido de uma mãe e avó a outra: onde está Jorge?" Não houve resposta.

E o menino Felipe, filho de Fernando Augusto, que parou de acordar no meio da noite, perguntando pelo pai, comenta agora com a família e os amigos: "Quando eu crescer, vou no quartel saber onde esconderam meu pai".



Fernando: contatos cortados

A rotina da tortura e da morte



Em um pequeno cemitério de Paris, o túmulo de frei Tito de Alencar Lima traz uma inscrição terrível: procurou a morte, levado pelos estigmas herdados das torturas sofridas quando aprisionado pelo regime militar brasileiro. Frei Tito suicidou-se em agosto de 1974, em Paris, onde vivia exilado, após ter sido um dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher. A sua morte, na verdade, começou na então Operação Bandeirantes, nos primeiros meses de 1970: ele estava preso desde novembro do ano anterior, no Recolhimento Tiradentes. Levado à OBAN, passou dois dias sob torturas no pau-de-arara, recebeu choques elétricos na boca ("é a sua hostia", diziam-lhe os torturadores) e, não resistindo, tentou o suicídio.

Levado inicialmente ao Hospital Geral do Exército, foi depois reconduzido ao Presídio Tiradentes, onde três médicos — também presos — fizeram exame de corpo de delito, constatando as torturas. A troca pelo embaixador suíço tirou-o da prisão, mas, ao que tudo indica, nada foi suficiente para apagar as marcas físicas e psíquicas deixadas pela tortura.

É possível que o dominicano Tito de Alencar Lima tenha se suicidado por outros motivos que não as seqüelas deixadas pela tortura. Mas há — segundo minucioso dossiê elaborado por exilados brasileiros — oitenta outros casos de mortes sob tortura comprovados, entre 1966 e 1973, os anos negros da repressão. Depois de 1973, há dois casos — os do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho —, oficialmente atribuídos a suicídio, mas sobre os quais pairam sérias dúvidas.

O começo. Tortura e suicídio foram palavras intimamente associadas desde os primeiros dias de abril de 1964. Os jornais de 18 de abril desse ano, por exemplo, anunciavam, em pequena

nota nas páginas policiais, a morte do operário José de Souza, que se atirou do terceiro andar do prédio da Polícia Central, no então Estado da Guanabara, depois de ter sido preso para interrogatório pelo DOPS. No mesmo dia e no mesmo local, suicidou-se Astrogildo Pascoal Viana, dirigente comunista e líder do Sindicato dos Portuários de Manaus. Mas os jornais nada publicaram.

Seria apenas em 1966 que a morte de um preso político despertaria atenções gerais: no dia 24 de agosto desse ano, foi encontrado boiando nas águas do rio Gualba, no Rio Grande do Sul, o ex-sargento do Exército Manoel Raimundo Soares, que havia sido preso três meses antes. Seu corpo apresentava marcas de tortura, mas, inicialmente, as autoridades negaram que ele estivesse preso. O Jornal do Brasil, edição de 4 de setembro, entretanto, publicaria carta do ex-sargento à sua esposa, datada de 25 de junho, na qual ele inclusive antevia a morte: "Que mais posso te-



Frei Tito: morte em Paris

mer? (...) Não foi necessário demonstrar que não tenho medo da morte (...) O tempo dirá ..."

Ao que tudo indica, os carcereiros de Manoel Raimundo levaram-no até o Gualba para simular um afogamento, técnica de tortura em uso no Rio Grande. Mas a simulação foi longe demais. A morte do ex-sargento levou a Assembleia Legislativa gaúcha a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, segundo o Jornal do Brasil de 17 de junho de 1967, apontou como responsáveis o então coronel Washington Bermudez, secretário de Segurança Pública, o coronel Mena Barreto e os delegados de polícia José Morsh e Itamar Ferreira de Souza. Não houve punições.

A escalada. De 1966 a 1968, o número de casos de mortes por torturas, segundo o dossiê dos exilados, foi de quatro nesses quatro anos — a média,

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

em São Paulo e, numa determinada época, necessitava de cuidados médicos. "Mas agora está tudo bem", completou.

De repente, o professor Gastão pediu aos parentes de Fernando que não mais o procurassem na Cruz Vermelha e, sim, em sua casa. Lá, ouviram a informação de que o coronel não podia mais dar informações. "Os contatos foram cortados" — disse-lhes o professor, que, todavia, os encaminhou, com um bilhete, a um sobrinho, militar lotado em Brasília.

E a família foi a Brasília, onde ouviu a informação que menos aceitava: "Fernando não está preso". A mesma informação constaria, meses depois, de nota oficial lida pelo ministro Armando Falcão na televisão.

Onde está? Contra todos os indícios, as famílias — pelo menos algumas — insistem em esperar que os parentes voltem, ou, ao menos, em perguntar por eles. Como o fez, em carta a dona Scyla Médici, esposa do ex-presidente Médici, a mãe de Jorge Leal Gonçalves Pereira, seqüestrado no Rio em 20 de outubro de 1972: "Acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Quando eu rezo diante da Virgem Santíssima, eu lhe digo que é uma mãe que pede a outra. Assim faço neste momento. Dirijo o pedido de uma mãe e avó a outra: onde está Jorge?" Não houve resposta.

E o menino Felipe, filho de Fernando Augusto, que parou de acordar no meio da noite, perguntando pelo pai, comenta agora com a família e os amigos: "Quando eu crescer, vou no quartel saber onde esconderam meu pai".



Fernando: contatos cortados

A rotina da tortura e da morte

"Tiroteios"
"suicídios"
"atropelamentos"
Ou apenas
assassinatos?

Em um pequeno cemitério de Paris, o túmulo de frei Tito de Alencar Lima traz uma inscrição terrível: procurou a morte, levado pelos estigmas herdados das torturas sofridas quando aprisionado pelo regime militar brasileiro. Frei Tito suicidou-se em agosto de 1974, em Paris, onde vivia exilado, após ter sido um dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher. A sua morte, na verdade, começou na então Operação Bandeirantes, nos primeiros meses de 1970: ele estava preso desde novembro do ano anterior, no Recolhimento Tiradentes. Levado à OBAN, passou dois dias sob torturas no pau-de-arara, recebeu choques elétricos na boca ("é a sua hostia", diziam-lhe os torturadores) e, não resistindo, tentou o suicídio.

Levado inicialmente ao Hospital Geral do Exército, foi depois reconduzido ao Presídio Tiradentes, onde três médicos — também presos — fizeram exame de corpo de delito, constatando as torturas. A troca pelo embaixador suíço tirou-o da prisão, mas, ao que tudo indica, nada foi suficiente para apagar as marcas físicas e psíquicas deixadas pela tortura.

É possível que o dominicano Tito de Alencar Lima tenha se suicidado por outros motivos que não as seqüelas deixadas pela tortura. Mas há — segundo minucioso dossiê elaborado por exilados brasileiros — outros casos de mortes sob tortura comprovados, entre 1966 e 1973, os anos negros da repressão. Depois de 1973, há dois casos — os do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho —, oficialmente atribuídos a suicídio, mas sobre os quais pairam sérias dúvidas.

O começo. Tortura e suicídio foram palavras intimamente associadas desde os primeiros dias de abril de 1964. Os jornais de 18 de abril desse ano, por exemplo, anunciam, em pequena

nota nas páginas policiais, a morte do operário José de Souza, que se atirou do terceiro andar do prédio da Polícia Central, no então Estado da Guanabara, depois de ter sido preso para interrogatório pelo DOPS. No mesmo dia e no mesmo local, suicidou-se Astrogildo Pascoal Viana, dirigente comunista e líder do Sindicato dos Portuários de Manaus. Mas os jornais nada publicaram.

Seria apenas em 1966 que a morte de um preso político despertaria atenções gerais: no dia 24 de agosto desse ano, foi encontrado boiando nas águas do rio Guaíba, no Rio Grande do Sul, o ex-sargento do Exército Manoel Raimundo Soares, que havia sido preso três meses antes. Seu corpo apresentava marcas de tortura, mas, inicialmente, as autoridades negaram que ele estivesse preso. O *Jornal do Brasil*, edição de 4 de setembro, entretanto, publicaria carta do ex-sargento à sua esposa, datada de 25 de junho, na qual ele inclusive antevia a morte: "Que mais posso te-



Frei Tito: morte em Paris

mer? (...) Não foi necessário demonstrar que não tenho medo da morte (...) O tempo dirá..."

Ao que tudo indica, os carcereiros de Manoel Raimundo levaram-no até o Guaíba para simular um afogamento, técnica de tortura em uso no Rio Grande. Mas a simulação foi longe demais. A morte do ex-sargento levou a Assembleia Legislativa gaúcha a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, segundo o *Jornal do Brasil* de 17 de junho de 1967, apontou como responsáveis o então coronel Washington Bermudez, secretário de Segurança Pública, o coronel Mena Barreto e os delegados de polícia José Morsh e Itamar Ferreira de Souza. Não houve punições.

A escalada. De 1966 a 1968, o número de casos de mortes por torturas, segundo o dossiê dos exilados, foi de quatro nesses quatro anos — à média,

portanto, de um por ano. Em 1969, começou a escalada: 7 casos. No ano seguinte seriam 11, 25 em 1971, 18 em 1972 e 16 em 1973.

Raros desses episódios puderam ser tão exaustivamente apurados como o de Manoel Raimundo Soares. As autoridades policiais-militares atribuíam as mortes a "intensos tiroteios" entre terroristas e os organismos de segurança (caso, por exemplo, de Eduardo Leite), a "atropelamentos" durante tentativa de fuga (caso de Alexandre Vannuchi Leme) ou à "resistência" à prisão.

Há, de qualquer modo, depoimentos copiosos que destroem a maioria dessas versões. Tomemos a história de Eduardo Leite, provavelmente exemplar. Ele foi preso na Guanabara, no dia 21 de agosto de 1970. Foi torturado lá mesmo, transferido para o 41º Distrito Policial (bairro de Vila Rica, SP), voltou à Guanabara e permaneceu em cárceres privados até os primeiros dias de setembro. Sempre sob torturas, entre as quais a aplicação do chamado soro da verdade (pentotal sódico). Na segunda quinzena de setembro, voltou a São Paulo, agora para as instalações da Operação Bandeirantes, de onde passou para o DEOPS em outubro. No DEOPS, ficou na cela nº 4 do chamado *fundão*, estreito corredor com quatro pequenas celas, totalmente isolado. No dia 23 de outubro, morre Joaquim Câmara Ferreira, um dos líderes da guerrilha urbana. Alguns jornais do dia seguinte noticiam que fora Eduardo Leite quem, levado pelos policiais, o apontara na rua e, aproveitando-se da confusão, fugira. Os sessenta presos então recolhidos ao DEOPS, entretanto, eram testemunhas de que: 1) Eduardo não saía de sua cela; 2) estava incapacitado de locomover-se, em consequência das torturas. Tinha as pernas semiparalisadas e estava extremamente debilitado.

Ficou evidente aos presos que se tramava a morte de Eduardo Leite, suspeita que amentou depois de um completo reamejamento dos detidos, de modo a deixar vazia a cela nº 1, com porta de aço blindada e localização estratégica: em frente à carceragem, fora do ângulo de visão das demais celas. Essa cela teve, em seguida, suas dobradiças e trincos lubrificadas. Para ela foi transferido Eduardo Leite, no dia 25.

Os sessenta presos resolveram, então, montar plantão permanente, para denunciar e tentar evitar a remoção de Eduardo. Mas, aos 50 minutos de 27 de outubro, ele foi retirado da cela 1, para "novo interrogatório", confor-

me ele próprio gritou aos demais presos. Durante quinze minutos, os presos bateram utensílios, sapatos etcetera, procurando impedir a remoção. Inutilmente.

No dia 8 de dezembro, os jornais anunciaram a morte de Eduardo Leite, em "tiroteio" na cidade paulista de São Sebastião. O corpo foi entregue à sua esposa, Denise Crispim, que verificou que o cadáver tinha as orelhas decepadas, os olhos vazados, os dentes arrancados. No intervalo de 43 dias entre a retirada de Eduardo do DEOPS e a sua morte, as roupas que deixara na cela 1 foram divididas entre seus companheiros de prisão. Denise recebeu de volta um par de sapatos de bebê, que ela mesmo dera a Eduardo, quando do nascimento da filha de ambos.

Atestados. Em outros casos, os atestados de óbito, devidamente assinados pelos médicos do Instituto Médico Legal, eram em si provas evidentes de que a vítima fora torturada até a mor-



Eduardo Leite: uma história de horror

te. O do estudante Chael Charles Schreier, por exemplo, dá como *causa mortis* "contusão abdominal com ruptura do mesocólon transversal e do mesentério, com hemorragia interna". Chael fora preso no dia 21 de novembro de 1969 e levado ao QG da Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro. Ele morreu na noite daquele mesmo dia. Seu corpo só foi entregue à família quatro dias depois, embalsamado e em caixão lacrado.

Mais detalhado ainda é o laudo cadavérico do operário Olavo Hansen, preso em São Paulo, no dia 1º de maio de 1970, levado ao DEOPS e torturado de 6 a 8 de maio, quando foi encaminhado ao Hospital Militar do Cambuci, morrendo antes de receber os primeiros socorros. O laudo cadavérico levou o então líder do MDB, deputado Oscar Pedrosa Horta, a dizer, da tribuna da Câmara: "As lesões encontradas no cadáver provam que

Olavo Hansen, ainda vivo, foi submetido ao pau-de-arara, despido, amarrado pelos braços e pelas pernas a uma barra de ferro. A autópsia determinou que a morte foi produzida por um veneno comercialmente denominado *Paration*, um inseticida violento que, ao alcançar o sangue, se localiza nos rins e, como se vê do próprio laudo médico, provoca pielonefrite aguda".

O inquérito aberto para apurar as circunstâncias da morte foi arquivado, seguindo-se o parecer do procurador Durval Ayrton de Moura Araújo, que pediu o arquivamento "por não ter ficado apurado que a morte tenha sido causada por crime ou que tenha sido responsabilidade de terceiros".

Outro episódio em que a versão da polícia não confere com os elementos colhidos pela família é o de Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de psicologia da USP, presa na Guanabara, no dia 10 de novembro de 1972. No dia seguinte, os jornais *anunciam a sua morte*, consequência de tiroteio ocorrido entre seus companheiros e os policiais, os quais ela teria levado a um suposto ponto de encontro. Devolvido o corpo aos familiares, estes e seus advogados constataram *marcas de torturas*, entre as quais um *afundamento de dois centímetros na região frontal da cabeça*, indicativo do uso do chamado *tornequete*, um dos mais dolorosos métodos de tortura. Não foram encontradas, entretanto, perfurações provocadas por arma de fogo.

Balanco: 178. As histórias dos 81 presos políticos mortos sob tortura não diferem, basicamente, das relatadas. A partir de 1974, entretanto, não houve denúncias relativas a novos casos. Ocorreram, entretanto, as mortes, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, por suicídio, segundo a versão oficial, amplamente contestada, até porque a maior parte da imprensa já tivera levantado a censura, e ambos os casos puderam ser abundantemente noticiados.

Com as três mortes ocorridas na invasão de uma casa na Lapa (SP), onde estaria reunido o PC do B, mais os dois supostos suicídios, o número total de mortos se elevaria a 178. Seguindo o levantamento dos exilados brasileiros, 81 morreram sob tortura, 10 foram fuzilados (ou seja, mortos antes mesmos de receberem voz de prisão), 67 morreram em combate, houve 7 casos de suicídio e 1 de envenenamento. Para outros 14 casos, não há indicação da causa da morte.

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Três siglas, o universo do medo

Como funciona
a máquina
de repressão
montada
em 1969

OBAN, primeiro, **DOI-CODI**, depois. Essas três siglas transformaram-se, ao longo dos últimos oito anos, em palavras temidas, ditas quase sempre em voz baixa. Foram esses três organismos que, a partir de 1969, assumiram o comando das operações repressivas, particularmente em São Paulo.

A **OBAN** — Operação Bandeirantes — surgiu primeiro, aparentemente como estrutura informal. Vivía-se, então, o clima da chamada guerra revolucionária, que levava, por exemplo, à distribuição farta de folhetos no Estádio do Morumbi (SP), contendo, de um lado, a letra do Hino Nacional, do outro, dez mandamentos que pediam: "Aprenda a gravar na memória os detalhes característicos das pessoas que encontre em cafés, cinemas, lojas, residências; (...) sempre que apanhe uma linha cruzada no telefone, ouça a conversa e transmita, se necessário, ao quartel ou delegacia mais próximos. As autoridades lhe darão todas as garantias, inclusive a de anonimato; quando tiver um novo vizinho no seu edifício ou quarteirão, avise imediatamente a polícia ou quartel mais próximo!"

É verdade que o aparelho de segurança do Estado já era, então, bastante amplo. Mas os organismos existentes ou funcionavam isoladamente, com arquivos próprios e disputas entre si, ou mantinham — como o DEOPS e as polícias civil e militar — uma estrutura burocrática, com plantões de fim de semana, recursos insuficientes, elementos mal-preparados.

É nesse contexto que surge a **OBAN**, unificando os serviços. Tudo indica que seu primeiro QG foi o quartel do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado, o REC-MEC, de São Paulo. Mas também o próprio quartel-

general do II Exército chegou a ser utilizado, como testemunha o padre-operário Antônio Soligo, preso a 10 de fevereiro de 1969: "Prenderam-me na rua e levaram-me ao quartel-general do II Exército, onde encontrei outros operários desaparecidos, todos barbaramente golpeados".

Tutóia, 921. Em janeiro de 1970, no entanto, cumprida sua função de organismo-piloto, a **OBAN** deu lugar ao **DOI-CODI** e a um endereço que se tornou temido em São Paulo: rua Tutóia, 921, bairro do Paraíso, sede do 36º Distrito Policial — e, a partir de então, centro nervoso da repressão em São Paulo.

O **CODI** é oficialmente subordinado ao comando do Exército da área em que atua, diretamente vinculado à Segunda Seção (S-2). Coordena a atuação dos três Centros de Informação das Forças Armadas (Cenimar, Centro de Informações da Marinha; Ciex, Centro de Informações do Exército; e Cisa, Centro de Informações da Aeronáutica). E mantém vínculos com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo é o Destacamento de Operações Internas (**DOI**).

O **CODI** de São Paulo parece ter servido de modelo aos demais, mas esse organismo não chegou a ser criado em todos os Estados. Ele funciona, além de São Paulo, na Guanabara, em Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Em alguns outros Estados há o **DOI** (vários **DOIs** podem estar subordinados a um único **CODI**), ou, então, o organismo centralizador vale-se mesmo da Polícia Federal ou das polícias estaduais para as suas missões.

Três turmas. O número de homens do **DOI-CODI** varia de Estado para Estado, mas, aparentemente, os organismos mais bem-aparelhados dispõem de cerca de 250 elementos, divididos em três equipes básicas (de análise de informações, de busca e de interrogatório). As duas últimas turmas trabalham em sistema de revezamento: 24 horas de trabalho por 48 de descanso. O comandante e o subcomandante são sempre oficiais do Exército.

Toda essa máquina — a partir da aparentemente informal Operação Bandeirantes — tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos. O reconhecimento das mais altas autoridades não faltou aos homens que estiveram na origem do sistema: o general José Canavarro Pereira, estruturador da **OBAN** quando comandante do II Exército, recebeu a Ordem do Mérito Militar, como reconhecimento do governo federal "à ação realizada por essa grande unidade militar na preparação

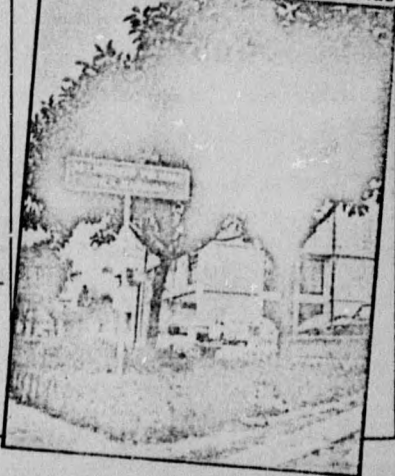
da tropa e na luta contra a subversão". O falecido general Vicente de Paula Dale Coutinho, que vinha a ser o primeiro ministro do Exército do governo Geisel, prestou, em julho de 1970, no dia do aniversário do general Canavarro, calorosa homenagem ao então comandante por ter estruturado a Operação Bandeirantes, "instrumento sem par da luta contra a subversão".

Punição, promoção. E as denúncias de torturas? Raramente foram levadas a sério. Condenações por prática de tortura, há o caso de cinco oficiais do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa (RJ), e mais dois policiais da cidade, acusados de matarem, sob tortura, quatro soldados. A condenação foi em janeiro de 1973, menos de dois anos depois de ter sido arquivado inquérito em que oficiais do mesmo **BIB** eram acusados — pelo bispo Valdir Calheiros e mais onze sacerdotes — de praticarem torturas em presos políticos.

Punição, há a do general Ednardo d'Ávila Mello, comandante do II Exército, após a morte de Manoel Fiel Filho nas dependências do **DOI-CODI** de São Paulo. É verdade: que, oficialmente, não se vinculou um fato ao outro, mas como explicar o súbito afastamento do general senão como consequência do ocorrido?

Existem, entretanto, acusados que não apenas não foram punidos como obtiveram até promoção: o coronel Washington Bermudez, que uma CPI da Assembleia gaúcha responsabilizou, ao lado de outros militares e policiais, pela morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, é hoje chefe de gabinete do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos. E o delegado Sérgio Paranhos Fleury, citado 86 vezes no relatório de 1972 da Anistia Internacional como responsável direto por torturas a presos, é delegado-geral da polícia de São Paulo — seu chefe, portanto.

Rua Tutóia, 921: o endereço temido



DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Três siglas, o universo do medo

Como funciona
a máquina
de repressão
montada
em 1969

OBAN, primeiro, **DOI-CODI**, depois. Essas três siglas transformaram-se, ao longo dos últimos oito anos, em palavras temidas, ditas quase sempre em voz baixa. Foram esses três organismos que, a partir de 1969, assumiram o comando das operações repressivas, particularmente em São Paulo.

A **OBAN** — Operação Bandeirantes — surgiu primeiro, aparentemente como estrutura informal. Viviam-se, então, o clima da chamada guerra revolucionária, que levava, por exemplo, à distribuição farta de folhetos no Estádio do Morumbi (SP), contendo, de um lado, a letra do Hino Nacional, do outro, dez mandamentos que pediam: "Aprenda a gravar na memória os detalhes característicos das pessoas que encontre em cafés, cinemas, lojas, residências; (...) sempre que apanhe uma linha cruzada no telefone, ouça a conversa e transmita-a, se necessário, ao quartel ou delegacia mais próximos. As autoridades lhe darão todas as garantias, inclusive a de anonimato; quando tiver um novo vizinho no seu edifício ou quarteirão, avise imediatamente a polícia ou quartel mais próximo!"

É verdade que o aparelho de segurança do Estado já era, então, bastante amplo. Mas os organismos existentes ou funcionavam isoladamente, com arquivos próprios e disputas entre si, ou mantinham — como o DEOPS e as polícias civil e militar — uma estrutura burocrática, com plantões de fim de semana, recursos insuficientes, elementos mal-preparados.

É nesse contexto que surge a **OBAN**, unificando os serviços. Tudo indica que seu primeiro QG foi o quartel do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado, o REC-MEC, de São Paulo. Mas também o próprio quartel-

general do II Exército chegou a ser utilizado, como testemunha o padre-operário Antônio Soligo, preso a 10 de fevereiro de 1969: "Prenderam-me na rua e levaram-me ao quartel-general do II Exército, onde encontrei outros operários desaparecidos, todos barbaramente golpeados".

Tutóia, 921. Em janeiro de 1970, no entanto, cumprida sua função de organismo-piloto, a **OBAN** deu lugar ao **DOI-CODI** e a um endereço que se tornou temido em São Paulo: rua Tutóia, 921, bairro do Paraíso, sede do 36º Distrito Policial — e, a partir de então, centro nervoso da repressão em São Paulo.

O **CODI** é oficialmente subordinado ao comando do Exército da área em que atua, diretamente vinculado à Segunda Seção (S-2). Coordena a atuação dos três Centros de Informação das Forças Armadas (Cenimar, Centro de Informações da Marinha; Ciex, Centro de Informações do Exército; e Cisa, Centro de Informações da Aeronáutica). E mantém vínculos com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo é o Destacamento de Operações Internas (**DOI**).

O **CODI** de São Paulo parece ter servido de modelo aos demais, mas esse organismo não chegou a ser criado em todos os Estados. Ele funciona, além de São Paulo, na Guanabara, em Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Em alguns outros Estados há o **DOI** (vários **DOIs** podem estar subordinados a um único **CODI**), ou, então, o organismo centralizador vale-se mesmo da Polícia Federal ou das polícias estaduais para as suas missões.

Três turmas. O número de homens do **DOI-CODI** varia de Estado para Estado, mas, aparentemente, os organismos mais bem-aparelhados dispõem de cerca de 250 elementos, divididos em três equipes básicas (de análise de informações, de busca e de interrogatório). As duas últimas turmas trabalham em sistema de revezamento: 24 horas de trabalho por 48 de descanso. O comandante e o subcomandante são sempre oficiais do Exército.

Toda essa máquina — a partir da aparentemente informal Operação Bandeirantes — tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos. O reconhecimento das mais altas autoridades não faltou aos homens que estiveram na origem do sistema: o general José Canavarro Pereira, estruturador da **OBAN** quando comandante do II Exército, recebeu a Ordem do Mérito Militar, como reconhecimento do governo federal "à ação realizada por essa grande unidade militar na preparação

da tropa e na luta contra a subversão". O falecido general Vicente de Paula Dale Coutinho, que vinha a ser o primeiro ministro do Exército do governo Geisel, prestou, em julho de 1970, no dia do aniversário do general Canavarro, calorosa homenagem ao então comandante por ter estruturado a Operação Bandeirantes, "instrumento sem par da luta contra a subversão".

Punição, promoção. E as denúncias de torturas? Raramente foram levadas a sério. Condenações por prática de tortura, há o caso de cinco oficiais do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa (RJ), e mais dois policiais da cidade, acusados de matarem, sob tortura, quatro soldados. A condenação foi em janeiro de 1973, menos de dois anos depois de ter sido arquivado inquérito em que oficiais do mesmo **BIB** eram acusados — pelo bispo Valdir Calheiros e mais onze sacerdotes — de praticarem torturas em presos políticos.

Punição, há a do general Ednardo d'Ávila Mello, comandante do II Exército, após a morte de Manoel Fiel Filho nas dependências do **DOI-CODI** de São Paulo. É verdade que, oficialmente, não se vinculou um fato ao outro, mas como explicar o súbito afastamento do general senão como consequência do ocorrido?

Existem, entretanto, acusados que não apenas não foram punidos como obtiveram até promoção: o coronel Washington Bermudez, que uma CPI da Assembleia gaúcha responsabilizou, ao lado de outros militares e policiais, pela morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, é hoje chefe de gabinete do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos. E o delegado Sérgio Paranhos Fleury, citado 86 vezes no relatório de 1972 da Anistia Internacional como responsável direto por torturas a presos, é delegado-geral da polícia de São Paulo — seu chefe, portanto.

Rua Tutóia, 921: o endereço temido



Comitê da Anistia diz que há 49 des

O Comitê Brasileiro pela Anistia organizou uma lista de 49 pessoas desaparecidas no país entre 1971 e 1977. Entre elas há pessoas que viviam na clandestinidade, como militantes e dirigentes de organizações consideradas subversivas e também pessoas que tinham vida regular, com endereço e identidade conhecidos.

Alguns nomes, como o do ex-Deputado João Massena, eleito com o apoio do PCB na eleição carioca de 1962, permitem uma reconstrução da biografia do desaparecido. Em outros casos, até mesmo as acusações que lhes são movidas em

processos públicos permitem a identificação de suas posições políticas. Em diversos, contudo, não há elementos alcançáveis para se conhecer a vida dos desaparecidos.

Segundo o Governo, em 1975, no caso das pessoas que levavam vida clandestina, torna-se praticamente impossível descobrir os seus rastros, já que nem sequer se sabe a identidade sob a qual viviam quando desapareceram. O Ministro Armando Falcão, num pronunciamento, acusou pelo menos um dos desaparecidos de estar vivo, num país comunista.

Para policiais encarregados da repressão a atividades subversivas e ao terrorismo, muitos dos desaparecidos são sobretudo militantes de organizações que, entre 1969 e 73, estiveram envolvidas em ações armadas que provocaram a morte de funcionários do Governo e até mesmo de pessoas que nada tinham a ver com o assunto, como caixas de banco e até cidadãos alvejados em tiroteios.

Para os advogados e familiares dos desaparecidos, a irregularidade da situação a que estão submetidos não está na atividade pela qual eles são acusados, mas no fa-

to de que há no país leis destinadas a punir aqueles que as infringem. Como nenhuma autoridade se responsabiliza pelos desaparecimentos, o mistério provocado pela situação cria a suspeita de que entre 1972 e o início de 1974, existiu no país alguma forma de organização destinada a eliminar pessoas acusadas de atentado contra a segurança nacional. Essa organização, coordenada ou não, agiu certamente de forma ilegal.

É a seguinte a lista de pessoas consideradas desaparecidas pelo Comitê Brasileiro pela Anistia:

Telefone que Orlo

Os 11 netos de Orlo Junior nasceram em 1964, quando o avô foi viver como clandestino litante do Partido Comunista. Seus filhos — Beatriz, Orlando, Sérgio, Roberto, pouco contato tiveram até 9 de outubro de 1974, quando um telefonema avisou: "Fala um amigo de se trate um advogado e a ARI". Apesar do pouco via a certeza de que Hoje, resta o silêncio e

No mesmo dia do anônimo foi feito um uma pessoa em Brasília meteu uma resposta e No dia seguinte, Jansadvogado da ABI, da parecido era sócio, conta, pois dirigira o sem Rumos, órgão oficial Comunista, fechado em trou habeas-corpus ju perior Tribunal Militar de outubro entrou com ção na 2a. Auditoria onde o Sr Orlando tir do de prisão preventiva Em qualquer dependê que estivesse, esta terla nizar à Marinha. Era ra de oficializar sua ca preocupação da fa

No dia 16 do mes formou-se que ele não e Foram feitas cartas a na, Igreja e um con Cardeal Dom Eugênio carta foi mandada tam OAB de Minas Gerais, sócio:

— Até que no dia bro — conte um de se recebemos a informa de um militar, de que preso no DOI-CODI de neiro. Informação co mesmo dia por outro curamos todo mundo a a ABI mandou um pe formação ao Comand

Os 49 nomes do Comitê

1 Ana Rosa Kucinski Silva

Professora universitária do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, onde conquistou o título de doutora. Desapareceu no dia 22 de abril de 1974, bem como seu marido, Wilson Silva. Seu irmão, o jornalista Bernardo Kucinski, fez investigações particulares durante anos para descobrir seu paradeiro, sem qualquer sucesso.

2 Antônio de Trés Reis Oliveira

Presidiu a União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul em 1968. Desapareceu no dia 10 de maio de 1970.

3 Aluisio Palhano

Em 1964, como ex-presidente do Sindicato dos Bancários, participava do Comando Geral dos Trabalhadores, como dirigente da Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito. Asilou-se na Embaixada do Uruguai, de onde foi para Cuba. Desde então não há registro ostensivo de sua vida. Teria retornado ao Brasil clandestinamente e, segundo familiares, desapareceu em São Paulo em 1971.

4 Armando Teixeira Frutuoso

Dirigente do Sindicato dos Carros Urbanos (bondes) do Rio, desapareceu em julho de 1975. Em setembro foi visto no DOI-CODI do Rio. Pertencera ao Partido Comunista e depois filiou-se ao PC do B.

5 Caiuby Alves de Castro.

6 Hiram Lima Pereira

A imprensa registrou, no dia 19 de abril de 1978, que a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo apura a denúncia de seu desaparecimento. Não se sabe onde ele está desde 1975. Contra ele há processo na Justiça Militar, onde é acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, de cujo Comitê Central faria parte.

7 Isis Dias Oliveira

Segundo denúncias de sua família, foi sequestrada no Rio em 1971. Tinha processos na Justiça, nos quais era acusada de pertencer à organização VPR, liderada pelo ex-Capitão Carlos Lamarc.

8 Issami Nacamura Okamoto

Estudante de Química da USP, desapareceu em São Paulo no dia 14 de maio de 1974.

9 Itair José Veloso

Desapareceu no dia 22 de maio de 1975. Militava no meio sindical e pertencia ao Partido Comunista, segundo os processos que lhe foram movidos.

10 Jana Moroni Barroso

Desapareceu no Rio de Janeiro em 1973.

11 Jaime Miranda Amorim

Desapareceu em junho de 1974. Foi diretor do jornal comunista A Voz do Povo, de Macaé. É acusado de pertencer à direção do PCB.

12 João Batista Rita Pereda

Segundo as denúncias, foi pre-

13 José Novães

Segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, está desaparecido desde dezembro de 1976, quando foi sequestrado em São Paulo.

14 José Roman

Desapareceu entre as cidades de São Paulo e Urugusiana, em 1974. Era acusado de pertencer ao Partido Comunista.

15 Luis Eurico Tejera Lisboa

Desapareceu em São Paulo em 1972, segundo sua família.

16 Luis Inácio Maranhão Filho

Foi professor da Universidade do Rio Grande do Norte, onde elegeu-se Deputado estadual. Esteve preso em 1964, acusado de pertencer ao Partido Comunista. Denunciou as torturas que teria sofrido nessa prisão ao General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar do Governo Castelo Branco, que percorreu prisões para apurar denúncias de violências. Foi sequestrado em São Paulo no dia 3 de abril de 1974. É acusado de pertencer ao Comitê Central do PCB.

17 Mario Alves Vieira de Souza

Dirigiu o jornal comunista A Voz Operária e o semanário Novos Rumos, órgão oficial do PCB. Até 1964 era um dos principais dirigentes do PCB. Segundo os processos que lhe foram movidos, participou da organização do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCBR. Em 1965 esteve preso e depois sua libertação passou a vive-

membro da direção do PC. Desapareceu em outubro de 1975.

18 Paulo Costa Ribeiro Bastos

Desapareceu no Rio em Janeiro de 1972.

19 Paulo de Tarso Celestino Silva

Advogado, desapareceu no Rio de Janeiro em 1971. Seu nome estava na lista de pessoas presas e depois desaparecidas do Ministro Armando Falcão, divulgada em 1974.

20 Paulo Stuart Wright

Ex-Deputado estadual por Santa Catarina, teve seu mandato cassado em 1964. Desapareceu em São Paulo na primeira quinzena de setembro de 1973.

21 Rui Frazão Soares

Ex-estudante de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, foi sequestrado na cidade de Petrolina, no sertão, no dia 27 de maio de 1974. Segundo o Comitê da Anistia, diversas pessoas assistiram ao seu sequestro.

22 Rubens Beyrodt Paiva

Advogado, ex-Deputado, foi preso em sua casa no dia 20 de janeiro de 1971. Segundo uma nota oficial dos órgãos de segurança, o carro em que era conduzido foi abalroado e atacado por cidadãos desconhecidos que o sequestraram. Sua família procurou descobrir o que realmente sucedeu e o caso foi levado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pelo Ministro da Justiça, Sr Alfredo Buzaid, que o arquivou. Como parlamentar, foi um dos mais vigorosos adversários do IBAD, e em 1964 teve seus direitos políticos

A Anistia diz que há 49 desaparecidos

Os serviços públicos permitem a identificação de suas posições políticas, diversos, contudo, não há eles alcançáveis para se conhecer a vida dos desaparecidos. Segundo o Governo, em 1975, o das pessoas que levavam viadestina, torna-se praticamente impossível descobrir os seus, já que nem sequer se sabe a atitude sob a qual viviam os desaparecidos. O Ministro do Falcão, num pronunciamento, acusou pelo menos um dos desaparecidos de estar vivo, num comunicado.

Para policiais encarregados da repressão a atividades subversivas e ao terrorismo, muitos dos desaparecidos são sobretudo militantes de organizações que, entre 1969 e 73, estiveram envolvidas em ações armadas que provocaram a morte de funcionários do Governo e até mesmo de pessoas que nada tinham a ver com o assunto, como caixas de banco e até cidadãos alvejados em tiroteios.

Para os advogados e familiares dos desaparecidos, a irregularidade da situação a que estão submetidos não está na atividade pela qual eles são acusados, mas na falta

de que há no país leis destinadas a punir aqueles que as infringem. Como nenhuma autoridade se responsabiliza pelos desaparecimentos, o mistério provocado pela situação cria a suspeita de que entre 1972 e o início de 1974, existiu no país alguma forma de organização destinada a eliminar pessoas acusadas de atentar contra a segurança nacional. Essa organização, coordenada ou não, agiu certamente de forma ilegal.

É a seguinte a lista de pessoas consideradas desaparecidas pelo Comitê Brasileiro pela Anistia:

Telefonema anônimo revelou que Orlando Bonfim sumira

Os 11 netos de Orlando Bonfim Junior nasceram, depois de 1964, quando o avô foi obrigado a viver como clandestino, como militante do Partido Comunista. Os seis filhos — Beatriz, Regina, Orlando, Sérgio, Roberto e Olga — pouco contato tiveram com o pai até 9 de outubro de 1975, quando um telefonema avisou a um deles: "Fala um amigo de seu pai. Contrate um advogado e comunique à ABI". Apesar do pouco contato havia a certeza de que estava vivo. Hoje, resta o silêncio e a dúvida.

No mesmo dia do telefonema anônimo foi feito um contato com uma pessoa em Brasília que prometeu uma resposta em 72 horas. No dia seguinte, Jansen Machado, advogado da ABI, da qual o desaparecido era sócio, como jornalista, pois dirigira o semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do Partido Comunista, fechado em 1964, impetrou *habeas-corpus* junto ao Superior Tribunal Militar e no dia 13 de outubro entrou com uma petição na 2a. Auditoria da Marinha, onde o Sr. Orlando tinha mandado de prisão preventiva decretada. Em qualquer dependência militar que estivesse, esta teria que comunicar à Marinha. Era uma manobra de oficializar sua prisão, única preocupação da família.

No dia 16 do mesmo mês informou-se que ele não estava preso. Foram feitas cartas ao MDB, Arena, Igreja e um contato com o Cardeal Dom Eugênio Salles. Uma carta foi mandada também para a OAB de Minas Gerais, de onde era sócio:

— Até que no dia 31 de outubro — conta um de seus filhos — recebemos a informação, através de um militar, de que papai estava preso no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Informação confirmada no mesmo dia por outro militar. Procuramos todo mundo novamente e a ABI mandou um pedido de informação ao Comandante do 1º

Exército. Tivemos então mais três confirmações de que estaria no Rio.

As esperanças foram por água abaixo quando, 11 dias depois, o 1º Exército informava que Orlando Bonfim Junior não se encontrava em qualquer das suas dependências. A resposta das outras áreas militares foram idênticas: ninguém sabia dele.

Somente no dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato. A redação do jornal *O Estado de S. Paulo* recebeu um telefonema anônimo afirmando que Bonfim estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca do jornal *Folha de S. Paulo* recebia também uma chamada telefônica comunicando sua morte, ocorrida num interrogatório:

— A partir de então — diz outro de seus filhos — surgiram pessoas da área militar indagando se papai sofria do coração. Apesar de estar hoje com 64 anos, sempre teve boa saúde e nenhuma doença cardíaca. A partir de então continuamos a mandar cartas, fazer indagações, procurando alimentar o caso, porque as pessoas esquecem com facilidade. Mas nada conseguimos saber.

Como ocorre geralmente com as famílias colocadas nessa situação, a pressão se fez sentir através de recados, alguém seguindo seus passos, uma vigilância indireta para deixá-las assustadas:

— Em todas as cartas que escrevemos procuramos sempre pedir que a coisa fosse feita de maneira legal. Só queríamos saber onde estava preso. Temíamos pela sua sobrevivência porque outros casos de desaparecimento já haviam acontecido. Estava com 59 anos e tínhamos certeza de que não seria bem tratado. Idealista que era, próspero advogado e jornalista que largou tudo para trabalhar de graça.

Nenhum dos seis filhos sabe responder se acredita que o pai está vivo:

— A gente sempre tem esperança, mas acho que é mais emocional. Objetivamente acho que não acreditamos mais. Se bem que o clima de expectativa existe. A gente, de repente, vê uma pessoa parecida na rua ou lê os nomes publicados em jornais na época em que o Presidente Carter esteve no Brasil. Temos que tomar cuidado

Os 49 nomes do Comitê

Lima Pereira

30 José Novais

Segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, está desaparecido desde dezembro de 1976, quando foi sequestrado em São Paulo.

30 José Roman

Desapareceu entre as cidades de São Paulo e Uruguaiana, em 1974. Era acusado de pertencer ao Partido Comunista.

30 Luis Eurico Tejera Lisboa

Desapareceu em São Paulo em 1972, segundo sua família.

30 Luis Inácio Maranhão Filho

Foi professor da Universidade do Rio Grande do Norte, onde eleger-se Deputado estadual. Esteve preso em 1964, acusado de pertencer ao Partido Comunista. Denunciou as torturas que teria sofrido nessa prisão ao General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar do Governo Castelo Branco, que percorreu prisões para apurar denúncias de violências. Foi sequestrado em São Paulo no dia 3 de abril de 1974. É acusado de pertencer ao Comitê Central do PCB.

30 Mario Alves Vieira de Souza

Dirigiu o jornal comunista *A Voz Operária* e o semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB. Até 1964 era um dos principais dirigentes do PCB. Segundo os processos que lhe foram movidos, participou da organização do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCB-R. Em 1965 esteve preso e depois de sua libertação passou a viver

membro da direção do PC. Desapareceu em outubro de 1975.

30 Paulo Costa Ribeiro Bastos

Desapareceu no Rio em Janeiro de 1972.

30 Paulo de Tarso Celestino Silva

Advogado, desapareceu no Rio de Janeiro em 1971. Seu nome estava na lista de pessoas presas e depois desaparecidas do Ministro Armando Falcão, divulgada em 1974.

30 Paulo Stuart Wright

Ex-Deputado estadual por Santa Catarina, teve seu mandato cassado em 1964. Desapareceu em São Paulo na primeira quinzena de setembro de 1973.

30 Rui Frazão Soares

Ex-estudante de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, foi sequestrado na cidade de Petrolina, no sertão, no dia 27 de maio de 1974. Segundo o Comitê da Anistia, diversas pessoas assistiram ao seu sequestro.

30 Rubens Beyrodt Paiva

Advogado, ex-Deputado, foi preso em sua casa no dia 20 de janeiro de 1971. Segundo uma nota oficial dos órgãos de segurança, o carro em que era conduzido foi abalroado e atacado por cidadãos desconhecidos que o sequestraram. Sua família procurou descobrir o que realmente sucedeu e o caso foi levado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pelo Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buzaid, que o arquivou. Como parlamentar, foi um dos mais vigorosos adversários do IBAD, e em 1964 teve seus direitos políticos

imprensa registrou, no dia 1º de maio de 1978, que a Comissão de Paz da Arquidiocese de São Paulo apura a denúncia de desaparecimento. Não se sabe se está desde 1975. Contra o processo na Justiça Militar, acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, de Comitê Central faria parte.

30 Oliveira

Segundo denúncias de sua família, foi sequestrado no Rio em junho de 1974. Tinha processos na Justiça, pois era acusada de pertencer a organização VPR, liderada pelo Capitão Carlos Lamarca.

30 Nacamura Okamoto

Quando de Química da USP, morreu em São Paulo no dia 1º de maio de 1974.

30 José Veloso

Desapareceu no dia 22 de maio de 1974. Militava no meio sindical e era ligado ao Partido Comunista. Os processos que lhe foram

30 Orneli Barroso

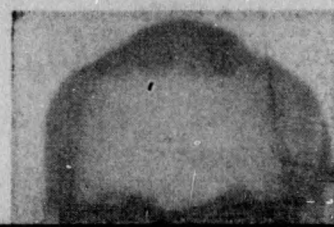
Desapareceu no Rio de Janeiro

30 Miranda Amorim

Desapareceu em junho de 1974. Foi diretor do jornal comunista *A Voz do Povo*, de Macaé. É acusado de dirigir a direção do PCB.

30 Rita Pereda

Segundo as denúncias, foi pre-



retornado ao Brasil clandestinamente e, segundo familiares, desapareceu em São Paulo em 1971.

4) **Arimando Teixeira Frutuoso**

Dirigente do Sindicato dos Carros Urbanos (bondes) do Rio, desapareceu em julho de 1975. Em setembro foi visto no DOI-CODI do Rio. Pertencera ao Partido Comunista e depois filiou-se ao PC do B.

5) **Caiuby Alves de Castro**

Bancário aposentado. Desapareceu em Copacabana, no dia 21 de novembro de 1974.

6) **Carlos Alberto de Freitas**

Desapareceu no Rio, em 1971.

7) **David Capistrano da Costa**

Dirigiu o jornal comunista **A Folha do Povo**, de Recife. Elegueu-se, pelo PCB, deputado estadual em Pernambuco. Ex-militar, combateu na Guerra Civil Espanhola e, durante a II Guerra, esteve na Resistência. Em 1945 foi libertado num campo de concentração alemão. Quando desapareceu, em São Paulo, no dia 16 de março de 1974, era acusado de pertencer ao Comitê Central do PCB.

8) **Eduardo Collier Filho**

Desapareceu em março de 1974 em São Paulo. Era acusado de ligação com organizações envolvidas na prática de atos terroristas.

9) **Elza Miranda**

Segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, está desaparecida desde 1975.

10) **Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira**

Estudante de Direito da Universidade Federal Fluminense. Foi sequestrado no dia 23 de fevereiro de 1974.

11) **Gastroni Beltrão**

A primeira denúncia de seu desaparecimento foi feita no dia 1º de abril de 1978.

12) **Helenir Teles Guaíba**

Desaparecida desde o dia 13 de junho de 1971.

13) **Hélio Luis Navarro Magalhães**

Estudante de Química, foi visto pela última vez em 1971, entre o Rio e São Paulo.

14) **Honestino Monteiro Guimarães**

Ex-presidente da UNE. Desapareceu no dia 10 de outubro de 1973.

15) **Humberto Camara Neto**

Pertenceu à última diretoria da UNE. Estudou Medicina em Pernambuco e desapareceu no Rio, no dia 8 de outubro de 1973.

16) **Ieda Santos Delgado**

Segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, a advogada desapareceu entre o Rio e São Paulo no dia 18 de abril de 1974.

17) **Jana Maroni Barroso**

Desapareceu no Rio de Janeiro em 1973.

18) **Jaime Miranda Amorim**

Desapareceu em junho de 1974. Foi diretor do jornal comunista **A Voz do Povo**, de Macaé. É acusado de pertencer à direção do PCB.

19) **João Batista Rêta Pereda**

Segundo as denúncias, foi pre-



Mário Alves

so em Buenos Aires, com o ex-maior Cerveira. Ambos teriam sido encaminhados para o Brasil e ele teria sido visto no DOI-Codi.

20) **João Massena Mello**

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Foi deputado estadual na extinta Guanabara. Na sua eleição, usava cartazes onde estava escrito: "Prestes Indica: Para Deputado Estadual João Massena". Foi preso em 1970 e condenado a três anos, sob a acusação de participar da direção do PCB. Desapareceu em 1975, quando tinha outro processo, com a mesma acusação.

21) **Joaquim Mariano Santos**

Desapareceu no Rio de Janeiro e, segundo denúncias feitas ao Comitê Brasileiro pela Anistia, teria sido visto em repartições policiais.

22) **Joaquim Pires Cerveira**

Ex-maior do Exército, foi preso sob a acusação de envolvimento em organizações terroristas e teve o seu nome incluído na lista de presos que deveriam ser trocados pelo embaixador alemão von Holleben. Foi para a Argélia e, segundo as denúncias, teria sido preso na Argentina e visto no DOI-Codi do Rio.

23) **Jorge Leal Gonçalves Ferreira**

Engenheiro, baiano, desapareceu no Rio, no dia 20 de outubro de 1970. Segundo denúncias feitas ao Comitê Brasileiro pela Anistia, foi visto numa prisão da Marinha.

24) **José Montenegro de Lima**

Desapareceu em Pernambuco, no dia 29 de setembro de 1975. Seu nome consta de processos onde são apuradas as atividades do Partido Comunista Brasileiro.

ao Comitê Central do PCB.

25) **Mário Alves Vieira de Souza**

Dirigiu o jornal comunista **A Voz Operária** e o semanário **Novos Rumos**, órgão oficial do PCB. Até 1964 era um dos principais dirigentes do PCI. Segundo os processos que lhe foram movidos, participou da organização do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCB-R. Em 1965 esteve preso e, depois de sua libertação, passou a viver



Stuart Angel

clandestinamente. Desapareceu no dia 14 de janeiro de 1970. Há denúncias de presos que o teriam visto no DOI-CODI do Rio.

26) **Manoel Jover Telles**

Autor de um livro intitulado **O Movimento Sindical no Brasil** publicado pela Editora Vitória, pertencente ao Partido Comunista e fechada em 1964, teria se ligado ao Partido Comunista do Brasil. Desapareceu em São Paulo, onde vivia clandestinamente, em dezembro de 1978.

27) **Maurício Graboys**

Segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, desapareceu na região do Araguaia, no Pará, em 1975. Constituinte de 1946 pelo Partido Comunista Brasileiro, teve seu mandato cassado em 1947. Em 1961 foi um dos líderes do grupo maoísta do PCB que fundou o Partido Comunista do Brasil, também conhecido como PC do B. Atribuiu-se ao PC do B a organização do movimento guerrilheiro desbaratado em 1975 no Araguaia. Há pelo menos uma versão segundo a qual não teria desaparecido, mas morrido de câncer em Paris, na mesma época.

28) **Orlando Bonfim Junior**

Signatário dos Manifestos dos Mineiros, quando vivia em Belo Horizonte como advogado e jornalista, ligou-se ao Partido Comunista Brasileiro e dirigiu seu jornal em Minas Gerais. Vindo para o Rio, tornou-se diretor do jornal comunista **Imprensa Popular**. Em 1959 tornou-se diretor do semanário **Novos Rumos**, que foi até 1964 o órgão oficial do Partido Comunista. Desde então passou a clandestinidade e viu-se condenado no processo das cadernetas encontradas na casa do Sr. Luis Carlos Prestes. Quando desapareceu era processado como

Advogado, ex-Deputado, foi preso em sua casa no dia 20 de janeiro de 1971. Segundo uma nota oficial dos órgãos de segurança, o carro em que era conduzido foi abalroado e atacado por cidadãos desconhecidos que o sequestraram. Sua família procurou descobrir o que realmente sucedeu e o caso foi levado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pelo Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buzaid, que o arquivou. Como parlamentar, foi um dos mais vigorosos adversários do IBAD, e em 1964 teve seus direitos políticos suspensos. Seu desaparecimento é um exemplo dos transtornos adicionais sofridos pela família, pois sua viúva não conseguia tratar dos negócios deixados pelo ex-Deputado, já que legalmente ele continua a existir.

29) **Sebastião Lopes**

Segundo denúncias feitas pelo Deputado emedebista Roberto Friere, bem como pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, foi sequestrado na capital pernambucana no dia 11 de novembro de 1977.

30) **Sérgio Lanulfo Furtado**

Desapareceu no Rio em 1971.

31) **Stuart Edard Angel Jones**

Segundo um preso, Alex Polari Alverga, ele estava numa prisão da Aeronáutica no dia 14 de maio de 1971. Alverga, acusado de pertencer a organizações envolvidas com atos terroristas, denunciou a situação de Stuart ao historiador Hélio Silva, que publica sua carta no livro 20 da coleção **Histórias da República**. Era filho da modista Zsu Zsu Angel, que morreu num desastre de automóvel à saída do Túnel Dois Irmãos.

32) **Thomas Antônio da Silva Meireles Neto**

Sociólogo, firmou-se na Universidade Central de Moscou. Teria sido sequestrado no Rio de Janeiro, no dia 7 de maio de 1974. Era acusado na Justiça Militar de envolvimento com organizações ligadas a ações terroristas.

33) **Virgílio Gomes da Silva**

Desapareceu em São Paulo no dia 20 de setembro de 1969.

34) **Walter de Souza Ribeiro**

Desapareceu em São Paulo, em 1971.

35) **Walter de Souza Ribeiro**

Ex-oficial do Exército, de cujas fileiras foi expulso na década de 50, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista. Desapareceu entre o Rio e São Paulo em abril de 1974. Era acusado de pertencer ao Comitê Central do PCB.

36) **Wilson Silva**

Físico formado pela Universidade de São Paulo, desapareceu com sua mulher Ana Rosa. Era técnico em programação de computadores e trabalhava na empresa Servix. Seu paradeiro é desconhecido desde o dia 22 de abril de 1974.

neiro. Informação confirmada mesmo dia por outro militante curamos todo mundo nova a ABI mandou um pedido formação ao Comandante



Orlando Bonfim

Walter s
aniverso

Em seus 24 anos de Adalcy Byrro Ribeiro, primeiro aniversário longo, rido em 1974. Quando ele, receu no dia 13 de abril, certeza de que estava preso os três filhos, Marcos, Marcelo, hoje com respect 24, 20 e 17 anos, estudantes, cina, Arquitetura e Escola vem conseguindo sobreviver de pequenos serviços e dos amigos. Mas a esperança ver Walter de Souza vivo, manece. Sua família não a condição de desaparecido.

Oficial reformado, W. condenado em seis de 1966 a três anos de reclusão nos Artigos 9º e 7º da Lei. Sua sentença foi reformada pelo Superior Tribunal Militar, dão de 27 de maio de 1974, nuda para um ano e oit sua pena foi prescrita. I faz questão de dar todos es



Adalcy Birro

Desapareceu no Rio de Janeiro em 1973.

de Miranda Amorim

Desapareceu em junho de 1974. diretor do jornal comunista *A do Povo*, de Macaé. É acusado de pertencer à direção do PCB.

Batista Rita Pereira

Segundo as denúncias, foi pre-



Mário Alves

em Buenos Aires, com o ex-ma-Derveira. Ambos teriam sido re-
plados para o Brasil e ele teria
visto no DOI-Codi.

Massena Mello

Diretor do Sindicato dos Meta-
cos do Rio. Foi deputado esta-
na extinta Guanabara. Na sua
ão, usava cartazes onde estava
to: "Prestes Indica: Para De-
do Estadual João Massena".
preso em 1970 e condenado a
anos, sob a acusação de parti-
da direção do PCB. Desapare-
em 1975, quando tinha outro
esso, com a mesma acusação.

Guim Mariano Santos

Desapareceu no Rio de Janeiro,
segundo denúncias feitas ao
Comitê Brasileiro pela Anistia, te-
sido visto em repartições poli-

Guim Feres Cerveira

Ex-maior do Exército, foi preso
a acusação de envolvimento em
organizações terroristas e teve o
nome incluído na lista de pre-
que deveriam ser trocados pelo
alizador alemão von Holleben.
para a Argélia e, segundo as
ências, teria sido preso na Ar-
gélia e visto no DOI-Codix do

de Leal Gonçalves Ferreira

Engenheiro, baiano, desapare-
no Rio, no dia 20 de outubro
1970. Segundo denúncias feitas
Comitê Brasileiro pela Anistia,
isto numa prisão da Marinha.

Montenegro de Lima

Desapareceu em Pernambuco,
dia 29 de setembro de 1975. Seu
e consta de processos onde são
edadas as atividades do Partido
comunista Brasileiro.

Mário Alves Vieira de Souza

Dirigiu o jornal comunista *A Voz Operária* e o semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB. Até 1964 era um dos principais dirigen-
tes do PCB. Segundo os processos
que lhe foram movidos, participou
da organização do Partido Comu-
nista Brasileiro Revolucionário —
PCBR. Em 1965 esteve preso e des-
de sua libertação passou a viver



Stuart Angel

clandestinamente. Desapareceu no
dia 14 de janeiro de 1970. Há de-
núncias de presos que o teriam vis-
to no DOI-CODI do Rio.

Manoel Jover Telles

Autor de um livro intitulado
O Movimento Sindical no Brasil
publicado pela Editora Vitória, per-
tencente ao Partido Comunista e
fechada em 1964, teria se ligado
ao Partido Comunista do Brasil.
desapareceu em São Paulo, onde
viviu clandestinamente, em de-
zembro de 1976.

Maurício Grabois

Segundo o Comitê Brasileiro
pela Anistia, desapareceu na região
do Araguaia, no Pará, em 1975.
Constituinte de 1946 pelo Partido
Comunista Brasileiro, teve seu
mandato cassado em 1947. Em 1961
foi um dos líderes do grupo maoís-
ta do PCB que fundou o Partido
Comunista do Brasil, também co-
nhecido como PC do B. Atribui-se
ao PC do B a organização do movi-
mento guerrilheiro desbaratado em
1975 no Araguaia. Há pelo menos
uma versão segundo a qual não
teria desaparecido, mas morrido de
câncer em Paris, na mesma época.

Orlando Bonfim Junior

Signatário dos Manifesto dos
Mineiros, quando vivia em Belo Ho-
rizonte como advogado e jornalista.
ligou-se ao Partido Comunista Bra-
sileiro e dirigiu seu jornal em Mi-
nas Gerais. Vindo para o Rio, tor-
nou-se diretor do jornal comunista
Imprensa Popular. Em 1959 tor-
nou-se diretor do semanário *Novos*
Rumos, que foi até 1964 o órgão
oficial do Partido Comunista. Des-
de então passou à clandestinidade
e viu-se condenado no processo das
cadernetas encontradas na casa do
Sr Luis Carlos Prestes. Quando de-
sapareceu era processado como

Advogado, ex-Deputado, foi
preso em sua casa no dia 29 de
janeiro de 1971. Segundo uma nota
oficial dos órgãos de segurança, o
carro em que era conduzido foi
abaloado e atacado por cidadãos
desconhecidos que o sequestraram.
Sua família procurou descobrir o
que realmente sucedeu e o caso foi
levado ao Conselho de Defesa dos
Direitos da Pessoa Humana, presi-
dido pelo Ministro da Justiça, Sr
Alfredo Buzaid, que o arquivou. Co-
mo parlamentar, foi um dos mais
vigorosos adversários do IBAD, e
em 1964 teve seus direitos políticos
suspensos. Seu desaparecimento é
um exemplo dos transtornos adicio-
nais sofridos pela família, pois sua
viúva não conseguia tratar dos ne-
gócios deixados pelo ex-Deputado,
já que legalmente ele continua a
existir.

Sebastião Lopes

Segundo denúncias feitas pelo
Deputado emedebista Roberto Frei-
re, bem como pela Comissão de
Justiça e Paz da Arquidiocese de
Olinda e Recife, foi sequestrado na
capital pernambucana no dia 11 de
novembro de 1977.

Sérgio Lanulfo Furtado

Desapareceu no Rio em 1971.

Stuart Edard Angel Jones

Segundo um preso, Alex Polari
Alverga, ele estava numa prisão da
Aeronáutica no dia 14 de maio de
1971. Alverga, acusado de pertencer
a organizações envolvidas com atos
terroristas, denunciou a situação de
Stuart ao historiador Hélio Silva,
que publica sua carta no livro 20
da coleção *Histórias da República*.
Era filho da modista Zsu Zsu Angel,
que morreu num desastre de auto-
móvel à saída do Túnel Dois
Irmãos.

Thomas Antônio da Silva Meireles Neto

Sociólogo, firmou-se na Uni-
versidade Central de Moscou. Teria
sido sequestrado no Rio de Janeiro,
no dia 7 de maio de 1974. Era acu-
sado na Justiça Militar de envolvi-
mento com organizações ligadas a
ações terroristas.

Virgílio Gomes da Silva

Desapareceu em São Paulo no
dia 20 de setembro de 1969.

Walter de Souza Ribeiro

Desapareceu em São Paulo, em
1971.

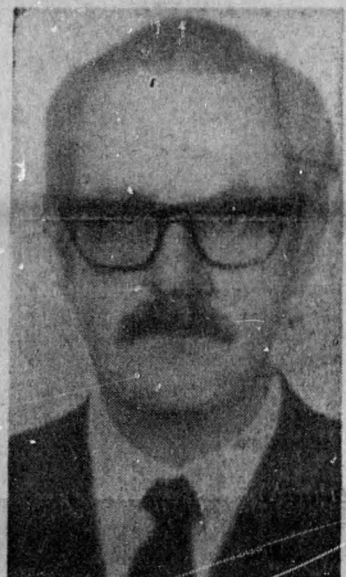
Walter de Souza Ribeiro

Ex-oficial do Exército, de cujas
fileiras foi expulso na década de
50, sob a acusação de pertencer ao
Partido Comunista. Desapareceu
entre o Rio e São Paulo em abril
de 1974. Era acusado de pertencer
ao Comitê Central do PCB.

Wilson Silva

Físico formado pela Universi-
dade de São Paulo, desapareceu
com sua mulher Ana Rosa. Era téc-
nico em programação de computa-
dores e trabalhava na empresa
Servix. Seu paradeiro é desconheci-
do desde o dia 22 de abril de 1974.

neiro. Informação confirmada no
mesmo dia por outro militar. Pro-
curamos todo mundo novamente e
a ABI mandou um pedido de in-
formação ao Comandante do 1º



Orlando Bonfim Júnior

Walter sumiu e faltou ao aniversário da mulher

Em seus 24 anos de casada, Adalcy Byrro Ribeiro passou seu primeiro aniversário longe do ma-
rido em 1974. Quando ele não apa-
receu no dia 13 de abril ela teve
certeza de que estava preso. Com
os três filhos, Marcos, Marina e
Marcelo, hoje com respectivamente
24, 20 e 17 anos, estudantes de Medi-
cina, Arquitetura e Escola Técnica,
vem conseguindo sobreviver através
de pequenos serviços e da ajuda
dos amigos. Mas a esperança de re-
ver Walter de Souza Ribeiro per-
manece. Sua família não aceita sua
condição de desaparecido.

Oficial reformado, Walter foi
condenado em seis de junho de
1966 a três anos de reclusão, incurso
nos Artigos 9º e 7º da Lei 1802/53.
Sua sentença foi reformada pelo
Superior Tribunal Militar em acór-
dão de 27 de maio de 1974. Dimi-
nuiu para um ano e oito meses,
sua pena foi prescrita. D Adalcy
faz questão de dar todos esses dados



Adalcy Birro Ribeiro

seria bem tratado. Idealista, que
era, próspero advogado e jornalista
que largou tudo para trabalhar
de graça.

Nenhum dos seis filhos sabe
responder se acredita que o pai
está vivo:

— A gente sempre tem espe-
rança, mas acho que é mais emo-
cional. Objetivamente acho que
não acreditamos mais. Se bem que
o clima de expectativa existe. A
gente, de repente, vê uma pessoa
parecida na rua ou lê os nomes pu-
blicados em jornais na época em
que o Presidente Carter esteve no
Brasil. Temos que tomar cuidado
para não cairmos numa paranóia.
Queríamos a certeza do que acon-
teceu. Que alguém telefonasse ou
mandasse uma carta contando.
Porque a impotência é total.
Quando você se dirige a todas as
autoridades pedindo somente que
uma pessoa seja encontrada e não
recebe uma resposta, sente-se to-
talmente incapaz.

— Lembro-me do boato que
correu de que estaria no Forte
Itaipu, Santos. Viram uma pessoa
da mesma idade, jornalista, com as
mesmas características físicas, to-
talmente isolada, da qual não se
aproximava nenhum soldado. Num
certo momento a gente se agarra
é a isso.

para provar que sendo o marido
oficial reformado, tendo sido con-
denado há menos de dois anos, ela
tem direito a um soldo que não é
pago:

— Sugeriram uma pensão de
viúva, mas como aceitá-la se não
tenho prova alguma de que Walter
está morto?

Ele estava trabalhando em São
Paulo mas comunicava-se constan-
temente com a família no Rio de
Janeiro. Seu último telefonema pa-
ra a mulher foi no dia 31 de março
de 1974, cerca das 21h, quando pro-
meteu ligar novamente no dia 7 de
abril:

— Como não deu notícias, ima-
ginei que apareceria no dia 13, meu
aniversário. Nada. Sabe o que é an-
gústia? Desespero? Procurei im-
ediatamente amigos, advogados, fui
até Brasília onde um deputado
amigo não conseguiu nada, estive
em visita ao General Golbery do
Couto e Silva com outras 10 famí-
lias de desaparecidos no dia 7 de
outubro de 1974, ouvi dele que nos
daria uma resposta, e nada.

Sendo o marido jornalista as-
sociado da ABI, D Adalcy apelou
para essa entidade de classe, mas
também ai nada foi conseguido:

— Durante esses quatro anos
venho tentando manter a coisa vi-
va, em contatos permanentes com a
CNBB e confesso que a Igreja sem-
pre nos deixou as portas abertas.

Os boatos, como em todos os
casos, foram inúmeros, inclusive de
que Walter estaria no Hospital Psi-
quiátrico de Juqueri, em São Paulo:

— Vamos continuar lutando e
exigindo uma resposta. Pior do que
qualquer certeza é a dúvida.

Professora primária, D Adalcy
foi obrigada a deixar a escola onde
dava aulas por um salário melhor.
Hoje, vende roupas na rua. Orgu-
lha-se dos filhos estudantes e quan-
do se refere a Marcos, no quarto ano
de Medicina, não consegue deixar
escapar:

— Seu tempo de universidade é
o mesmo de desaparecimento do
pai.



O que Jimmy vai ouvir do cardeal?

Um tema provável:
a relação dos
23 desaparecidos

clóvis rossi



Dom Paulo: das cartas à reunião

ou seja, continha apenas aqueles sobre os quais havia absoluta certeza de que tinham sido detidos pelos organismos de segurança e, posteriormente, desapareceram (leia o quadro abaixo).

Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcbispo de São Paulo, afirma e reafirma que "é um absurdo" discutir questões políticas brasileiras com um presidente estrangeiro — no caso, Jimmy Carter. Mas, toda a história do encontro que ambos terão, na manhã de sexta-feira, dia 31 de março, no Rio, indica que os 23 cidadãos brasileiros presos pelos organismos de segurança, entre 1971 e 1973, e que nunca mais foram vistos, podem figurar no cardápio da conversação entre o cardeal e o presidente.

O histórico do encontro de sexta-feira é o seguinte: depois que Carter e dom Paulo se encontraram na Universidade norte-americana de Notre-Dame, no ano passado, um grupo de justas — pertencentes ou ligados à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo — começou a preparar a lista dos presos políticos desaparecidos. Chegou-se a quase 60 nomes, mas o documento final encaminhado ao cardeal ficou reduzido a 23,

O cardeal enviou, então, no dia 29 de outubro de 1977, uma carta a Carter, na qual evitava menções políticas; limitava-se a falar da dor das famílias das vítimas e, por extensão, da sua dor, como pastor. A carta chegava à lista dos 23 desaparecidos. Nos últimos dias do ano, Carter respondeu inicialmente, ele agradece a carta do cardeal, "trazendo a minha atenção" a que "os desaparecidos. Depois, faz considerações sobre a necessidade e o valor do Estado de Direito, da restauração do *habitus corporis* e da existência de tribunais independentes. No final, manifesta empenho em avisar-se com dom Paulo.

A miscelânea. Passou-se, então, a trabalhar no encontro, que, só no início da semana passada, foi finalmente acertado: será na manhã do dia 31, no Rio. Sulvo novas modificações, entretanto, não será uma audiência isolada; Carter, na verdade, terá um encontro conjunto com um grupo de

personas: além de dom Paulo, estarão presentes o cardeal-arcbispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Faria; o embaixador Cláudio Bartelle; o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Jílio Mesquita Neto.

Detalhe: todos foram convidados para o encontro, e não se ofereceram. De qualquer forma, com a sua habitual argúcia, Faria fez questão de deixar bem clara a sua condição de convidado ao consócio norte-americano que foi o portador do convite. E a esclarecer que, para sede do encontro, ele recusou o consulado: pede campo neutro ou, então, sugere a própria OAB. A heterogeneidade das personalidades convidadas e o reduzido tempo disponível para o encontro (em princípio, apenas uma hora) indicam que não haverá uma discussão aprofundada sobre qualquer tema (Bartelle, por exemplo, gostaria de conversar sobre o papel das multinacionais e de suas relações com o Estado). Mas a presença dos dois cardeais e de Raimundo Faria faz prever que o tema direitos humanos não deixará de aflorar.

O cuidado. Em todo caso, o governo norte-americano anda bastante cauteloso ao tratar dessa questão com o Brasil, depois do que considerou uma "reação exagerada" das autoridades brasileiras em ocasiões anteriores (*overreaction* foi uma designação que já ouviu com frequência). Frequentemente, seja na Embaixada americana em Brasília, seja no Departamento de Estado em Washington). Tome-se, por exemplo, o caso dos relatórios sobre direitos humanos nos 82 países que recebem (ou recebiam) ajuda militar norte-

Foram detidos entre
1971 e 1975. Nunca
mais se soube deles

Presos? Mortos? Um mistério

É a seguinte a lista dos 23 desaparecidos que está em mãos da Casa Branca:

① — Rubens Beyerle de Pava — engenheiro civil e deputado federal por São Paulo, eleito em 1962 e cassado em 1964, 48 anos. Preso em sua residência, no Rio, dia 20 de janeiro de 1971. Foi visto por testemunhas, nos dias 22 e 23 de janeiro de 1971, no DOI-CODI do I Exército.

② — Paulo de Tarso Celestino da Silva — advogado, formado pela Universidade de Brasília, 33 anos. Preso em julho de 1971 no Rio de Janeiro e levado

para o DOI-CODI do I Exército.

③ — Isis Dias de Oliveira — estudante de ciências sociais, da USP, 36 anos. Presa dia 31 de janeiro de 1972 no Rio.

④ — Paulo Stuart Wright — deputado estadual de Santa Catarina, cassado em 1964, 44 anos, dupla cidadania (brasileira e norte-americana). Está desaparecido desde a primeira semana de setembro de 1973. Foi visto por testemunhas nas dependências do DOI-CODI do I Exército.

⑤ — Humberto Albuquerque Câmara Neto — pertencera a ex-mita UNE, tem 31 anos e está desaparecido desde 8 de outubro de 1973, dia em que foi preso no Rio, quando saiu do trabalho.

⑥ — Moncassio Monteiro Guimarães — geólogo, formado pela Universi-

dade de Brasília, foi presidente da Federação dos Estudantes da UnB, em 1968 e, no ano seguinte, diretor da UNE. Tem 30 anos e encontrava-se desaparecido desde 8 de novembro de 73, quando foi preso no Rio.

⑦ — Cárbi Alves de Castro — homem-rato aposentado, 50 anos, preso no Rio no dia 21 de novembro de 1973.

⑧ — João Batista Rêta Pereda — 30 anos, preso dia 5 de dezembro de 1973, em território argentino, foi visto nos dias 12 e 13 de janeiro de 1974 no DOI-CODI do I Exército, em companhia de Joaquim Pires Cerveira.

⑨ — Joaquim Pires Cerveira — major do Exército, reformado em 1964, 55 anos, ex-deputado da FIB. Também foi preso em Buenos Aires, nos primeiros dias de dezembro de 1973. Segundo o Alto Comissariado da ONU, em Buenos Aires, há provas de que a prisão foi feita

ATENÇÃO:

0 original deste documento (com 2 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

INFORM 266/19/AC/P8, 28 MAR 78

O que Jimmy vai ouvir do cardeal?

Um tema provável:
a relação dos
23 desaparecidos

clóvis rossi



Dom Paulo: das cartas à reunião

Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, afirma e reafirma que "é um absurdo" discutir questões políticas brasileiras com um presidente estrangeiro — no caso, Jimmy Carter. Mas, toda a história do encontro que ambos terão, na manhã de sexta-feira, dia 31 de março, no Rio, indica que os 23 cidadãos brasileiros presos pelos organismos de segurança, entre 1971 e 1975, e que nunca mais foram vistos, podem figurar no cartão da conversação entre o cardeal e o presidente.

O histórico do encontro de sexta-feira é o seguinte: depois que Carter e dom Paulo se encontraram na Universidade norte-americana de Notre Dame, no ano passado, um grupo de militares — pertencentes ou ligados à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo — começou a preparar a lista dos presos políticos desaparecidos. Chegou-se a quase 60 nomes, mas o documento final encaminhado ao cardeal ficou reduzido a 23.

ou seja, continha apenas aqueles sobre os quais havia absoluta certeza de que tinham sido detidos pelos organismos de segurança e, posteriormente, desapareceram (leia o quadro abaixo).

O cardeal enviou, então, no dia 29 de outubro de 1977, uma carta a Carter, na qual citava menções políticas; limitava-se a falar da dor das famílias das vítimas e, por extenso, da sua dor, como pastor. A carta chegava à lista dos 23 desaparecidos. Nos últimos dias do ano, Carter respondeu. Inicialmente, ele agradece a carta do cardeal, "trazendo a minha atenção" a questões das desaparecidas. Depois, faz considerações sobre a necessidade e o valor do Estado de Direito, da restauração do *habeas corpus* e da existência de tribunais independentes. No final, manifesta empunho em avistar-se com dom Paulo.

A miscelânea. Passou-se, então, a trabalhar no encontro, que, só no início da semana passada, foi finalmente acertado: será na manhã do dia 31, no Rio. Salvo novas modificações, então, não será uma audiência isolada; Carter, na verdade, terá um encontro conjunto com um grupo de

pessoas: além de dom Paulo, estarão presentes o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro; o embaixador Cláudio Bardelli; o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita Neto.

Detalhe: todos foram convidados para o encontro, e não se ofereceram. De qualquer forma, com a sua habitual argúcia, Faoro fez questão de deixar bem clara a sua condição de convidado ao consul norte-americano que foi o portador do convite. E, a esclarecer que, para sede do encontro, ele recusa o consulado: pede campo neutro ou, então, sugere a própria OAB. A heterogeneidade das personalidades convidadas e o reduzido tempo disponível para o encontro (em princípio, apenas uma hora) indicam que não haverá uma discussão aprofundada sobre qualquer tema (Bardelli, por exemplo, gostaria de conversar sobre o papel das multinacionais e de suas relações com o Estado). Mas a presença dos dois cardeais e de Raymundo Faoro faz prever que o tema direitos humanos não deixará de aflorar.

O cuidado. Em todo caso, o governo norte-americano anda bastante cauteloso ao tratar dessa questão com o Brasil, depois do que considerou uma "reação exagerada" das autoridades brasileiras em ocasiões anteriores (o *verreton* foi uma designação que já ouviu com razoável frequência, seja na Embaixada americana em Brasília, seja no Departamento de Estado em Washington). Tome-se, por exemplo, o caso dos relatórios sobre direitos humanos nos 82 países que recebem (ou recebiam) ajuda militar norte-

Presos? Mortos? Um mistério

Foram detidos entre
1971 e 1975. Nunca
mais se soube deles

É a seguinte a lista dos 23 desaparecidos que está em mãos da Casa Branca:

①—Rubens Meyroff de Faria — engenheiro civil e deputado federal por São Paulo, eleito em 1962 e cassado em 1964, 48 anos. Preso em sua residência, no Rio, dia 20 de janeiro de 1971. Foi visto por testemunhas, nos dias 22 e 23 de janeiro de 1971, no DOI-CODI do I Exército.

②—Paulo de Tarso Celestino da Silva — advogado, formado pela Universidade de Brasília, 33 anos. Preso em julho de 1971 no Rio de Janeiro e levado

para o DOI-CODI do I Exército.

③—Júlio Dias de Oliveira — estudante de ciências sociais, da USP, 36 anos. Preso dia 31 de janeiro de 1972 no Rio.

④—Paulo Stuart Wright — deputado estadual de Santa Catarina, cassado em 1964, 44 anos, dupla cidadania (brasileira e norte-americana). Essel desaparecido desde a primeira semana de setembro de 1973. Foi visto por testemunhas nas dependências do DOI-CODI do I Exército.

⑤—Humberto Albuquerque Câmara Neto — pertencente a extinta UNE, tem 31 anos e está desaparecido desde 8 de outubro de 1973, dia em que foi preso no Rio, quando ainda do trabalho.

⑥—Honestino Monteiro Guimarães — geólogo, formado pela Universi-

dade de Brasília, foi presidente da Federação dos Estudantes da UnB, em 1968 e, no ano seguinte, diretor da UNE. Tem 30 anos e encontra-se desaparecido desde 8 de novembro de 73, quando foi preso no Rio.

⑦—Cavali Alves de Castro — baneiro aposentado, 50 anos, preso no Rio no dia 21 de novembro de 1973.

⑧—João Batista Riba Pereira — 30 anos, preso dia 5 de dezembro de 1973, em território argentino. Foi visto nos dias 12 e 13 de janeiro de 1974 no DOI-CODI do I Exército, em companhia de Joaquim Pires Cervino.

⑨—Joaquim Pires Cervino — major do Exército, reformado em 1964, 55 anos, ex-deputado do PTB. Também foi preso em Buenos Aires, nos primeiros dias de dezembro de 1973. Segundo o Alto Comissariado da ONU, em Buenos Aires, foi provado de que a prisão foi feita

ATENÇÃO:

O original deste documento (com 2 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

por oficiais brasileiros. Há notícias de que, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1974, Cerveira estava no DOI-CODI do 1 Exército.

(10) — Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira — estudante de direito e funcionário do Departamento de Águas e Esgotos, 25 anos. Preso no Rio, dia 23 de fevereiro de 1974.

(11) — Eduardo Collier Filho — estudante de direito, 30 anos, preso dia 23 de fevereiro de 1974, no Rio, na rua Prado Júnior (Copacabuna), em companhia de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira.

(12) — João Mascena Filho — 58 anos, preso dia 3 de abril de 1974, em São Paulo. Já fora preso antes, entre 1970 e 1973, mas sempre liberado por falta de provas.

(13) — Luiz Ignácio Maranhão Filho — jornalista e advogado, professor da

Universidade do Rio Grande do Norte, 56 anos. Preso dia 3 de abril de 1974, em São Paulo.

(14) — Walter de Souza Ribeiro — ex-militar, 54 anos, preso dia 3 de abril de 1974, em São Paulo.

(15) — Ieda Santos Delgado — advogada, presa dia 18 de abril de 1974, em São Paulo, quando vinha visitar familiares.

(16) — David Capistrano da Costa — jornalista e ex-deputado estadual em Pernambuco, 65 anos. Preso quando viajava de Uruguiana para São Paulo, dia 19 de abril de 1974.

(17) — José Roman — corretor de imóveis, preso com Capistrano.

(18) — Wilson Silva — físico formado pela USP, 36 anos, desaparecido dia 22 de abril de 1974.

(19) — Ana Rosa Kucinski — professora-doutora do Departamento de Quími-

ca da USP, 36 anos, casada com Wilson Silva e presa no mesmo dia que ele.

(20) — Tomás Antônio da Silva Meireles Neto — sociólogo, formado pela Universidade Central de Moscou, 41 anos. Condenado pela lei de Segurança Nacional, foi libertado em dezembro de 1972 e novamente preso no dia 7 de maio de 1974, quando viajava do Rio para São Paulo.

(21) — Issami Nakamura Okamoto — estudante de química na USP, 33 anos, preso dia 14 de maio de 1974. Já cumprira condenação por crime político.

(22) — Rui Frassão Soares — estudante de engenharia da Universidade de Pernambuco, preso dia 27 de maio de 1974, na feira livre de Petrolina (PE), na presença de várias testemunhas.

(23) — José Montenegro de Lima — pertencente à Juventude do MDB, preso dia 29 de setembro de 1975, na rua.



Argentina recusou a ajuda, que era americana. Vários reagiram com um misto de veemência e prudência: a quase simbólica, mas aceitou tudo o mais que conseguiu; o Uruguai rejeitou a ajuda relativa a 1977 — e só; na Indonésia, o raído em torno da questão durou apenas algumas semanas; El Salvador, é verdade, expulsou a missão militar norte-americana, mas, também, o relatório dizia, simplesmente, que o governo fraudara os resultados eleitorais. O Brasil reagiu de forma a que o caso se estendesse no tempo, ao denunciar os acordos militares com os Estados Unidos e ao procurar, claramente, vincular a questão dos direitos humanos à pressão de Carter contra o acordo nuclear com a Alemanha.

Contribuiu para aumentar a perplexidade dos norte-americanos o fato de que alguns dos funcionários que participaram da elaboração do relatório chegaram a exultar ao verem o texto pronto. "E, estamos contribuindo com a distensão do Geisel", pensaram.

O sanduíche. Violentemente rejeitada essa colaboração não solicitada, os norte-americanos acharam melhor ir com cuidado. E Carter só tem motivos para redobrar esses cuidados, pois sua visita estará ensanduichada entre: 1) o Dia Nacional do Protesto, que os estudantes marcaram para dia 28, véspera de sua chegada, com atos internos em cada faculdade e manifestações públicas em algumas cidades; 2) a comemoração do 14º aniversário do movimento de 31 de março — exatamente o dia em que Carter estará com o cardeal —, dia que será marcado também pelo lançamento público do opúsculo "Declaração Universal dos Direitos Humanos", que completa 30 anos este ano. Trata-se de um trabalho ecumênico, que reproduz os 30 artigos da Declaração, cada um deles acompanhado de um texto alusivo, retirado do Novo ou do Velho Testamento, e de citações de documentos das diferentes religiões, igualmente relacionados. Será um lançamento nacional, em seis capitais, tendo como atração, em São Paulo, a presença do cardeal Arns, recém-chegado de seu encontro com Carter.

Será, portanto, uma semana em que a temperatura política subirá vários graus. É natural que Carter não queira contribuir, de alguma forma, para uma possível combustão que, de quebra, queimaria um pouco mais as já tensas relações Brasil-EUA.

Deve crescer no país movimento em busca dos "desaparecidos"

Da Sucursal do Rio

Uma vez por semana, centenas de mulheres se concentram na Plaza de Mayo, um dos pontos centrais de Buenos Aires para reclamar seus parentes desaparecidos em mãos dos organismos de segurança. Elas são chamadas "las Locas de la Plaza de Mayo". No Brasil não há "locas" de alguma praça, mas desde janeiro de 1970, dezenas de familiares percorrem os mais diversos caminhos na busca de seus parentes. O exemplo do ex-deputado Rubens Paiva deve ser multiplicado por cinquenta, de acordo com levantamentos do Comitê Brasileiro pela Anistia, que registra em seus arquivos os casos de pessoas que um dia deixaram de entrar em contato com seus familiares ou amigos e nunca mais foram vistas.

A maioria dessas pessoas têm um fato em comum. A última notícia que se teve dela, segundo testemunhas, foi de sua prisão por indivíduos armados, que se diziam dos órgãos de segurança. Algumas foram vistas em prisões, outras durante os interrogatórios e, em pelo menos um caso, há testemunha ocular dos métodos usados pelos interrogadores.

O governo tem, sistematicamente, se limitado a silenciar sobre as denúncias ou a dizer que tais pessoas nunca estiveram presas. A não ser no caso Rubens Paiva: houve uma investigação sumária para afirmar que, apesar de ser considerado um elemento de influência na contestação armada ao sistema, conseguiu ser sequestrado das mãos de seus captores e nunca mais foi visto. E há três anos, quando o ministro Armando Falcão, em nota oficial considerou todos os 22 integrantes da lista inicial dos desaparecidos brasileiros como "foragidos".

Mas há indícios claros. Os presos no DOI-Codi do Rio, por exemplo em janeiro de 1970, ouviram de alguns soldados a informação de que o jornalista Mario Alves Vieira de Sousa, antigo militante comunista e fundador do clandestino Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foi preso numa estação dos subúrbios da central e morreu durante um interrogatório.

Outro exemplo é o de Paulo de Tarso Celestino da Silva, que teria sido preso no Rio em 1971. A Ordem dos Advogados do Brasil teria sido informado de que ele fora transferido da Polícia do Exército para a Polícia Federal. Também o deputado Faby Fonseca, acionado pela família do coronel Walter de Souza Ribeiro, desaparecido em 1974, ouviu do general Gentil Marcondes Filho, na época chefe do Estado-Maior do 2.º Exército, que o ex-coronel estava preso e vivo. Os dois foram incluídos na lista dos 22 desaparecidos, catalogados como "foragidos" pelo ministro Armando Falcão.

Desde que a luta contra o terrorismo provocou o endurecimento dos organismos de segurança e começaram a surgir os casos de desaparecimentos, as famílias têm desenvolvido toda a espécie de gestão para localizar os

ferido para o Cisa. Dias depois, o Exército informava que ele havia sido sequestrado por elementos desconhecidos.

8 — Joaquim Mariano dos Santos — camponês, preso no Rio em 1971.

9 — Carlos Alberto Soares de Freitas — preso no dia 15 de fevereiro de 1971, no Rio. Enviou carta a família dizendo que estava preso.

10 — Eleni Teles Ferreira Guariba — professora de Teatro grego da USP, presa em junho de 1971 em São Paulo, junto com seu marido que foi solto um ano depois. Estava grávida de oito meses.

11 — Valter Ribeiro Novais — deixou de contactar a família no dia 12 de julho de 1971.

12 — Aluisio Palhano — deixou de contactar a família em 1971.

13 — Antônio Joaquim Machado — advogado. Teria sido preso com Carlos Alberto Soares de Freitas. Em investigação.

14 — Stuart Edgard Angel Jones — detido por forças do Cisa no dia 14 de maio de 1971.

15 — Paulo Roberto Ribeiro Bastos — desaparecido em 1972 no Rio. Em investigação.

16 — Sergio Landolfo Futado — desaparecido em julho de 1972.

17 — Isis Dias de Oliveira — desaparecida no Rio, no dia 28 de janeiro de 1972. Dada como foragida na nota do ministro Armando Falcão.

18 — Jorge Leal Gonçalves Pereira — detido no Rio em 20 de outubro de 1972.

19 — Luiz Eurico Tejera Lisboa — estudante, desaparecido em São Paulo em agosto de 1972.

20 — Paulo Stuart Wright — desaparecido em São Paulo em junho de 1973. Dado como foragido pelo ministro Armando Falcão.

21 — Humberto Câmara Neto — desapareceu no Rio em outubro de 1973. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

22 — Honestino Guimarães — estudante, preso no Rio em outubro de 1973. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

23 — João Batista Rita Pereda — estudante, preso em 5 de dezembro de 1973 em Buenos Aires. Dado como foragido pela nota do ministro Armando Falcão.

24 — Joaquim Pires Cerveira — Major, preso junto com João Batista Rita Pereda. Também considerado foragido pelo ministro Armando Falcão.

25 — Jane Moroni Barroso — deixou de contactar a família no Rio em 1973.

26 — Fernando Augusto de Santa Cruz — preso no Rio no dia 23 de fevereiro de 1973, em Copacabana. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

27 — Eduardo Collier Filho — preso junto com Fernando Santa Cruz. Também considerado foragido pelo ministro Armando Falcão.

28 — João Massena Melo — preso em São Paulo em março de 1974. Dado como foragido pela nota do ministro Armando Falcão.

29 — David Capistrano da Costa — ex-combatente de Guerra Civil espanhola e da resistência francesa. Desaparecido em março de 1974, quando tentava atravessar a fronteira, em Uruguaiana. Dado como foragido pela nota do ministro Armando Falcão.

30 — José Roman — Desaparecido junto com David Capistrano da Costa. Também dado como foragido pelo ministro Armando Falcão.

31 — Cajuby Alves de Castro — Deixou de contactar a família no Rio em 1974. Considerado foragido pelo ministro Armando Falcão.

32 — Walter de Souza Ribeiro — Coronel, desapareceu durante uma viagem entre Rio e São Paulo no dia 3 de abril de 1974. Dado como foragido pelo ministro Armando Falcão.

proceder e endurecimento dos órgãos de segurança e começaram a surgir os casos de desaparecimentos, as famílias têm desenvolvido toda a espécie de gestão para localizar os parentes. O Congresso Nacional, organizações humanitárias de todo o mundo, como a Cruz Vermelha, Anistia Internacional e Alto Comissariado da ONU para Refugiados, figuras como Cordeiro de Farias, e até o Congresso norte-americano, foram acionados na busca. Mas ainda que aumentassem os indícios de que os parentes tinham sido detidos pelos organismos de segurança, o objetivo básico não foi conseguido: descobrir o seu paradeiro.

Com base nesses testemunhos, os familiares dos desaparecidos continuam a busca. Uma procura que só cessará quando tiverem uma notícia concreta sobre o paradeiro de seus parentes. No local onde seus corpos estão enterrados. Agora mesmo, com a reabertura do caso Rubens Paiva e com a sentença contra a União no caso Vladimir Herzog, novas esperanças se aenderam, novas fórmulas jurídicas para obrigar as autoridades a uma investigação mais profunda sobre o assunto estão sendo estudadas.

No Congresso dos movimentos pela Anistia, que está sendo realizado em São Paulo, haverá um painel sobre os desaparecidos, com a presença de advogados e de seus familiares. Um círculo vicioso de esperanças e desesperanças que levou o pensador Alceu Amoroso Lima a classificar os familiares dos desaparecidos brasileiros, não como "Loucos de Alguma Praça", mas como "Os Esperantes", porque eles não param de esperar por uma notícia qualquer que lhes devolva, pelo menos, os corpos de seus desaparecidos.

A LISTA DO CBA

Esta é a lista das pessoas desaparecidas elaborada pela CBA do Rio que investiga, ainda, mais detalhes sobre o paradeiro de algumas delas:

- 1 — Mario Alves Vieira de Souza — jornalista, desaparecido no dia 16 de janeiro, numa estação de subúrbio no Rio.
- 2 — Antônio dos TRES Reis Oliveira — estudante, desaparecido em São Paulo no dia 10 de maio de 1970.
- 3 — Helio Luiz Navarro Magalhães — deixou de contatar a família em 3 de outubro de 1970, no Rio. Em investigação.
- 4 — José Gomes Teixeira — marítimo, preso pela Aeronáutica no Rio em 1971, e segundo o boletim de março de 1974, da Amnesty International, "morreu em circunstâncias misteriosas". Em investigação.
- 5 — Felix Escobar — lavrador de Caxias (RJ), visto por presos políticos na fortaleza de Santa Cruz em outubro de 1971.
- 6 — Paulo de Tarso Celestino Silva, preso no Rio em 1971. Considerado foragido pela nota do ministro Armando Falcão.
- 7 — Rubens Beirut Paiva — ex-deputado, preso com sua esposa no dia 20 de janeiro de 1971 e levado para o DOI-Codil, depois trans-

cão.
32 — Walter de Souza Ribeiro — Coronel, desapareceu durante uma viagem entre Rio e São Paulo no dia 3 de abril de 1974. Dado como foragido pelo ministro Armando Falcão.

33 — Luis Ignácio Maranhão Filho — Preso em São Paulo em abril de 1974. Considerado foragido na nota do ministro Armando Falcão.

34 — Ieda Santos Delgado — Desapareceu em viagem do Rio a São Paulo, em abril de 1974. Dada como foragida na nota do ministro Armando Falcão.

35 — Ana Rosa Kucinski da Silva — Quilmea da USP, presa no dia 22 de abril de 1974 na praça da República, em São Paulo. Considerada foragida pela nota do ministro Armando Falcão.

36 — Wilson Silva — marido de Ana Rosa é físico, desapareceu junto com ela. Também considerado foragido pelo ministro Armando Falcão.

37 — Thomas Antonio da Silva Meirelles, desapareceu em maio de 1974 em São Paulo. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

38 — Issami Nakamura Okamoto, desaparecido em São Paulo em maio de 1974. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

39 — Rui Frasso Soares, preso por elementos armados durante a feira de Petrolina (PE) quando vendia artesanato, no dia 27 de maio de 1974. Testemunhas disseram que ele foi levado para o quartel local e depois transferido numa viatura. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

40 — Jaime Amorim e Miranda — advogado e jornalista, desaparecido no dia 4 de fevereiro de 1974, no Rio. Dado como foragido na nota do ministro Armando Falcão.

41 — Itair José Veloso, desaparecido no Rio em maio de 1974.

42 — Armando Teixeira Frutuoso, desaparecido no Rio em julho de 1975.

43 — Orlando Bonfim Júnior — jornalista, desaparecido no Rio em julho de 1975.

44 — José Montenegro de Lima — desaparecido no Rio em julho de 1975.

45 — Marco Antônio Batista — desaparecido no Rio em fevereiro de 1975.

46 — Elza Rocha Miranda — de acordo com denúncia da comissão de Justiça e Paz de São Paulo, entregue por Dom Paulo Evaristo Arns ao presidente Jimmy Carter, desano Rio em 1975.

47 — Edgar Aquino Duarte — desaparecido no Rio em 1975.

48 — Hiram Lima Pereira — desaparecido no Rio em fevereiro de 1975.

49 — Sebastião Lopes — segundo denúncia do deputado Roberto Freire e da comissão de Justiça e Paz de Pernambuco, desapareceu em 1976.

50 — F' son Costa — de acordo com denúncia do ex-deputado Marco Antônio Coelho desapareceu em São Paulo em 1975.

51 — Manoel Jover Teles — teria desaparecido em São Paulo em dezembro de 1976, durante estouro de aparelho subversivo na Lapa. Em investigação.

52 — José Novaes — desaparecido na mesma época. Em investigação.

53 — Ramires Maranhão do Vale — teria parte de um grupo de quatro pessoas que morreram num tiroteio com forças de segurança em outubro de 1973. Em investigação.

54 — José Porfírio — ex-líder camponês e ex-deputado, teria desaparecido em 1975 numa viagem de Brasília para o interior de Goiás. Em investigação.

55 — José Maurício Grabois — teria desaparecido na região de Ximblão, durante a guerrilha. Em investigação.

56 — Ivan Mota Dias — teria desaparecido em São Paulo em 1971. Em investigação.

A ANISTIA

Muita gente e muita emoção no primeiro dia do Congresso

Mil inscritos, mais de 50 moções de apoio vindas de todo o Brasil e de diversos países, muita emoção diante dos depoimentos prestados às comissões pelos familiares de presos políticos, de exilados, banidos, mortos e desaparecidos. Assim foi o primeiro dia de trabalho do Congresso Nacional pela Anistia, que vai até domingo no Instituto Sedes Sapientiae.

Até às primeiras horas da noite de ontem, apenas duas comissões haviam encerrado os trabalhos e apresentado conclusões. As demais continuavam reunidas, discutindo e votando as propostas apresentadas.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos decidiu lançar uma campanha nacional de divulgação, começando com a distribuição de uma carta aberta à população (que será redigida pela comissão). Resolveu ainda "fazer uma denúncia ampla, detalhada e específica" de todos os casos de mortos e desaparecidos desde 1964 (até fins de 1975, eram 350 pessoas) provavelmente sob a forma de livro, e "cobrar dos responsáveis pelos mortos as explicações das circunstâncias em que ocorreram as mortes, e o que foi feito dos corpos não entregues às famílias".

Uma das formas de cobrança foi proposta por Mariluce Moura, que até hoje não conseguiu reaver o corpo nem obter atestado de óbito de seu marido, Gildo Macedo Lacerda, morto há quatro anos. Ela propõe que todas as famílias de pessoas presas ilegalmente e mortas "comecem a mover, ao mesmo tempo, ações semelhantes à proposta pela família de Vladimir Herzog contra a União, responsabilizando-a pela morte do jornalista nas dependências do DOI-CODI, em outubro de 1975".

A comissão de familiares de Mortos e Desaparecidos resolveu ainda criar, dentro dos CBAs (Comitê Brasileiro pela Anistia) de cada Estado, comissões para cuidar especificamente deste tema. Essas comissões ficarão encarregadas de executar as ações jurídicas, quando possível, e promover denúncias políticas, impressão de folhetos e cartazes (com dizeres como "Procura-se esta pessoa. Ela está desaparecida..." etc.) e realização de cultos ecumênicos.

Flávia e Flávio

Na Comissão de Familiares de Banidos e Exilados, foram analisados e debatidos dois casos específicos de prisão fora do Brasil: o de Flávia Schilling, 24 anos, presa há seis anos no Uruguai, e o de Flávio Koutzli, 35 anos, preso em maio de 75 na Argentina.

Ambos já cumpriram parte das penas a que foram condenados, sob acusação de participarem de movimentos subversivos naqueles países. Seus familiares apresentaram ontem um amplo relato sobre a situação jurídica e saúde de cada um, explicando os vários caminhos que seguiram na tentativa de conseguir a interferência das autoridades brasileiras e internacionais para o processo de expulsão dos países onde se encontram detidos.

Flávia, filha do economista Paulo Schilling, exilado, era estudante de medicina em Montevideu, quando foi presa, sob acusação de subversão. Processada, aos 18 anos, recebeu pena de 10 anos de prisão, mais cinco "por medida de segurança". Está atualmente sem qualquer assistência jurídica, e seus familiares estão preocupados com seu precário estado de saúde. Ela sofre de asma, gestrite e está sob forte tensão emocional.

A mãe de Flávio Koutzli está mais preocupada com seu estado de saúde. "Ele sofre de problemas cardíacos. Em março de 78, submeteu-se a um eletrocardiograma e foi diagnosticada hipertrofia e sobrecarga do ventrículo esquerdo, além de uma alta pressão arterial", contou Clara Koutzli. E como está na prisão de Rawson, que fica a quase 1.500 quilômetros de Buenos Aires, "só temos informações sobre a saúde de Flávio através da Cruz Vermelha". O advogado de Flávio, Ailton Soares, disse que está tentando obter a expulsão de seu cliente do país.

Hoje pela manhã, as demais comissões deverão apresentar suas conclusões e às 20 horas, no pequeno auditório do Tuca, haverá uma mesa-redonda aberta ao público sobre o tema "Democracia e Anistia."

Histórias de prisão e de torturas. Por ex-prisioneiros.

Ontem, Mariluce Moura completou 28 anos. Há cinco anos, nessa data, ela estava grávida, presa num quartel na Bahia, e dois dias antes havia recebido a notícia da morte de seu marido, Gildo Macedo Lacerda, através de uma lacônica nota oficial publicada pelos jornais.

Mariluce e Gildo foram presos no dia 22 de outubro de 1973, depois de terem sido seguidos por alguns meses. Mariluce, que é jornalista, foi inclusive várias vezes procurada na portaria do jornal onde trabalhava, por pessoas que pediam informações sobre ela. Decidiu, então, procurar o secretário da Segurança Pública da Bahia, que garantiu que nada havia contra ela. Antes de serem presos, os dois estiveram visitando os pais de Gildo, em Minas Gerais.

Ambos foram presos no mesmo dia, segundo o relato de Mariluce, porém em lugares diferentes, pela Polícia Federal. Depois de escreverem seus depoimentos, eles se encontraram numa espécie de auditório, onde havia outras pessoas presas. Gildo tinha um problema no pé, que estava bastante inchado, e depois de muita insistência de Mariluce, ele foi levado, algemado, a um pronto-socorro particular.

— Essa foi a última vez que vi Gildo. Depois, fui



Estrangeiros no Congresso: André Jacques e Lelio Basso.

que era o que ia sair no jornal do dia seguinte. Aí, me perguntaram se eu gostava de usar preto, e eu pensei que estavam me gozando. No dia primeiro, o capelão do Exército veio me trazer o jornal e a notícia da morte.

Até agora, Mariluce não conseguiu registrar sua filha, porque não há atestado de óbito, nem o corpo de Gildo foi devolvido à família. Segundo a versão oficial, ele foi morto junto com José Carlos Mata Machado, no dia em que foi levado para um encontro com outra pessoa, que os teria chamado de "traidores" e em seguida atirado. Diz a nota oficial que Gildo morreu no local, e José Carlos a caminho do hospital. O atirador, mesmo baleado pelas forças de segurança, fugiu e até agora não foi encontrado.

A primeira entrevista

Desde que foi cassado na primeira lista do governo revolucionário de Castelo Branco, em 1964, o médico e ex-deputado federal pelo PSP (Partido Social Progressista), Adão Pereira Nunes, nunca mais falou à imprensa. Ontem à tarde, ele deu uma entrevista coletiva aos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional pela Anistia, e relembrou várias passagens de sua luta pela anistia, que já dura meio século e atravessou muitos governos.

Condenado pelo Superior Tribunal Militar em setembro de 64, Adão exilou-se no Chile, "onde o meu amigo Salvador Allende me arranhou um emprego de assistente da cadeira de Ginecologia, numa universidade". Quando retornou ao Brasil, foi preso novamente no Rio de Janeiro, numa madrugada de 1971, foi encapuzado e levado a um presidio.

— É incrível, mas estamos num país onde, ao abrir a porta de nossa casa, não sabemos se é um ladrão ou um agente dos órgãos de segurança: é a insegurança total.

Adão Pereira Nunes diz que, mais do que nunca, a luta pela anistia deve continuar e atingir todas as camadas da população. E contou um diálogo que teve com seu interrogador, num dos muitos IPMs (Inquérito policial-militar) a que respondeu, acusado de "entre outros motivos, denunciar em plenário negócios ilegais realizados na época pela Fábrica Nacional de Motores, e de ter comandado uma invasão de terras devolutas por favelados de Campos, no Rio de Janeiro, e ainda de ter utilizado, durante campanhas eleitorais, cartazes com dizeres considerados subversivos".

— Nesse dia, me perguntaram o que eu achava do terrorismo. Eu respondi: acho que o terrorismo é uma doença. E, como médico, eu nunca matei ninguém por estar doente, eu sempre procurei saber as causas da doença.

Anistia? Erasmo diz que sai às ruas de metralhadora na mão.

Anistia ampla, geral e irrestrita decretada no Brasil? O coronel Erasmo Dias garante que morre antes de ver isso:

— Sairei de metralhadora na mão para combater aquelas pessoas que mataram, que são apenas criminosos terroristas. Morro antes que eles sejam soltos.

O candidato da Arena a deputado federal manifestou-se também contra a apuração das denúncias de tortura a presos políticos, ao falar ontem, em Santos, porque "nunca se pensa nas exorbitâncias desses terroristas para conosco, nem nas vidas que eles tiraram". As denúncias de tortura, segundo Erasmo, "são vazias e desprovidas de provas como as que seriam necessárias".

— Nos casos onde existem, as apurações têm sido realizadas.

Também ontem, informou-se que foi proibida nas emissoras de rádio e televisão de São Paulo a divulgação de notícias e entrevistas sobre o Congresso Nacional pela Anistia, que se realiza na Capital. No entanto, a Rádio Bandeirantes, pelo menos até ontem, continuava desconhecendo a medida, segundo determinação do ministro das Comunicações, no sentido de que só sejam aceitas proibições enviadas previamente, através de ofício ou telex, e não por telefonemas. (O aviso de ontem foi dado através de telefonemas da "agente Maria Lúcia".)

A anistia deverá ser também um dos assuntos discutidos pelos oitenta participantes — bispos, padres, religiosos e leigos — da Terceira Assembléia do Conselho Regional de Pastoral do Rio Grande do Sul, que se realiza no Seminário de Viamão (a 23 km de Porto Alegre). A informação é do bispo de Caxias do Sul e um dos mais jovens do País, dom Paulo Moretto.

— O tema provavelmente será levantado.

O estímulo

Muita gente e muita emoção no primeiro dia do Congresso

Mil inscritos, mais de 50 moções de apoio vindas de todo o Brasil e de diversos países, muita emoção diante dos depoimentos prestados às comissões pelas famílias de presos políticos, de exilados, banidos, mortos e desaparecidos. Assim foi o primeiro dia de trabalho do Congresso Nacional pela Anistia, que vai até domingo no Instituto Sedes Sapientiae.

Até às primeiras horas da noite de ontem, apenas duas comissões haviam encerrado os trabalhos e apresentado conclusões. As demais continuavam reunidas, discutindo e votando as propostas apresentadas.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos decidiu lançar uma campanha nacional de divulgação, começando com a distribuição de uma carta aberta à população (que será redigida pela comissão). Resolveu ainda "fazer uma denúncia ampla, detalhada e específica" de todos os casos de mortos e desaparecidos desde 1964 (até fins de 1975, eram 350 pessoas) provavelmente sob a forma de livro, e "cobrar dos responsáveis pelos mortos as explicações das circunstâncias em que ocorreram as mortes, e o que foi feito dos corpos não entregues às famílias".

Uma das formas de cobrança foi proposta por Mariluce Moura, que até hoje não conseguiu reaver o corpo nem obter atestado de óbito de seu marido, Gildo Macedo Lacerda, morto há quatro anos. Ela propõe que todas as famílias de pessoas presas ilegalmente e mortas "comecem a mover, ao mesmo tempo, ações semelhantes à proposta pela família de Vladimir Herzog contra a União, responsabilizando-a pela morte do jornalista nas dependências do DOI-CODI, em outubro de 1975".

A comissão de familiares de Mortos e Desaparecidos resolveu ainda criar, dentro dos CBAs (Comitê Brasileiro pela Anistia) de cada Estado, comissões para cuidar especificamente deste tema. Essas comissões ficarão encarregadas de executar as ações jurídicas, quando possível, e promover denúncias políticas, impressão de folhetos e cartazes (com dizeres como "Procura-se esta pessoa. Ela está desaparecida..." etc.) e realização de cultos ecumênicos.

Flávia e Flávio

Na Comissão de Familiares de Banidos e Exilados, foram analisados e debatidos dois casos específicos de prisão fora do Brasil: o de Flávia Schilling, 24 anos, presa há seis anos no Uruguai, e o de Flávio Koutzli, 35 anos, preso em maio de 75 na Argentina.

Ambos já cumpriram parte das penas a que foram condenados, sob acusação de participarem de movimentos subversivos naqueles países. Seus familiares apresentaram ontem um amplo relato sobre a situação jurídica e saúde de cada um, explicando os vários caminhos que seguiram na tentativa de conseguir a interferência das autoridades brasileiras e internacionais para o processo de expulsão dos países onde se encontram detidos.

Flávia, filha do economista Paulo Schilling, exilado, era estudante de medicina em Montevideu, quando foi presa, sob acusação de subversão. Processada, aos 18 anos, recebeu pena de 10 anos de prisão, mais cinco "por medida de segurança". Está atualmente sem qualquer assistência jurídica, e seus familiares estão preocupados com seu precário estado de saúde. Ela sofre de asma, gastrite e está sob forte tensão emocional.

A mãe de Flávio Koutzli está mais preocupada com seu estado de saúde. "Ele sofre de problemas cardíacos. Em março de 78, submeteu-se a um eletrocardiograma e foi diagnosticada hipertrofia e sobrecarga do ventrículo esquerdo, além de uma alta pressão arterial", contou Clara Koutzli. E como está na prisão de Rawson, que fica a quase 1.500 quilômetros de Buenos Aires, "só temos informações sobre a saúde de Flávio através da Cruz Vermelha". O advogado de Flávio, Ailton Soares, disse que está tentando obter a expulsão de seu cliente do país.

Hoje pela manhã, as demais comissões deverão apresentar suas conclusões e às 20 horas, no pequeno auditório do Tuca, haverá uma mesa-redonda aberta ao público sobre o tema "Democracia e Anistia".

Histórias de prisão e de torturas. Por ex-prisioneiros.

Ontem, Mariluce Moura completou 28 anos. Há cinco anos, nessa data, ela estava grávida, presa num quartel na Bahia, e dois dias antes havia recebido a notícia da morte de seu marido, Gildo Macedo Lacerda, através de uma lacônica nota oficial publicada pelos jornais.

Mariluce e Gildo foram presos no dia 22 de outubro de 1973, depois de terem sido seguidos por alguns meses. Mariluce, que é jornalista, foi inclusive várias vezes procurada na portaria do jornal onde trabalhava, por pessoas que pediam informações sobre ela. Decidiu, então, procurar o secretário da Segurança Pública da Bahia, que garantiu que nada havia contra ela. Antes de serem presos, os dois estiveram visitando os pais de Gildo, em Minas Gerais.

Ambos foram presos no mesmo dia, segundo o relato de Mariluce, porém em lugares diferentes, pela Polícia Federal. Depois de escreverem seus depoimentos, eles se encontraram numa espécie de auditório, onde havia outras pessoas presas. Gildo tinha um problema no pé, que estava bastante inchado, e depois de muita insistência de Mariluce, ele foi levado, algemado, a um pronto-socorro particular.

— Esse foi a última vez que vi Gildo. Depois, fui transferida para um quartel, que supunho ser da Polícia do Exército, porque um dia, enquanto estava sendo torturada com choques, espancamento — o de sempre — a minha venda caiu e pude ver que eles usavam camiseta de física e calças verdes, do uniforme do Exército. "Você quer ver o Gildo?", me perguntaram. "Ele foi fazer uma longa viagem, e achamos que ele não vai voltar mais".

No dia 31 de outubro de 1973, véspera da divulgação da nota oficial sobre a morte de Gildo — que tinha então 24 anos e era acusado de tentar reorganizar partidos e participar de movimentos subversivos (foi membro da UNE) — foi feita uma busca no quarto onde Mariluce estava presa.

— Remexeram as coisas, pegaram objetos, me mostraram um papel com a qualificação de Gildo. Eu pensei que era uma peça a ser anexada ao processo, não sabia



Estrangeiros no Congresso: André Jacques e Lelio Basso.

que era o que ia sair no jornal do dia seguinte. Ai, me perguntaram se eu gostava de usar preto, e eu pensei que estavam me gozando. No dia primeiro, o capelão do Exército veio me trazer o jornal e a notícia da morte.

Até agora, Mariluce não conseguiu registrar sua filha, porque não há atestado de óbito, nem o corpo de Gildo foi devolvido à família. Segundo a versão oficial, ele foi morto junto com José Carlos Mata Machado, no dia em que foi levado para um encontro com outra pessoa, que os teria chamado de "traidores" e em seguida atirado. Diz a nota oficial que Gildo morreu no local, e José Carlos a caminho do hospital. O atirador, mesmo baleado pelas forças de segurança, fugiu e até agora não foi encontrado.

A primeira entrevista

Desde que foi cassado na primeira lista do governo revolucionário de Castelo Branco, em 1964, o médico e ex-deputado federal pelo PSP (Partido Social Progressista), Adão Pereira Nunes, nunca mais falou à imprensa. Ontem à tarde, ele deu uma entrevista coletiva aos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional pela Anistia, e relembrou várias passagens de sua luta pela anistia, que já dura meio século e atravessou muitos governos.

Condenado pelo Superior Tribunal Militar em setembro de 64, Adão exilou-se no Chile, "onde o meu amigo Salvador Allende me arranhou um emprego de assistente da cadeira de Ginecologia, numa universidade". Quando retornou ao Brasil, foi preso novamente no Rio de Janeiro, numa madrugada de 1971, foi encapuzado e levado a um presídio.

— É incrível, mas estamos num país onde, ao abrir a porta de nossa casa, não sabemos se é um ladrão ou um agente dos órgãos de segurança: é a insegurança total.

Adão Pereira Nunes diz que, mais do que nunca, a luta pela anistia deve continuar e atingir todas as camadas da população. E contou um diálogo que teve com seu interrogador, num dos muitos IPMs (inquérito policial-militar) a que respondeu, acusado de "entre outros motivos, denunciar em plenário negócios ilegais realizados na época pela Fábrica Nacional de Motores, e de ter comandado uma invasão de terras devolutas por favelados de Campos, no Rio de Janeiro, e ainda de ter utilizado, durante campanhas eleitorais, cartazes com dizeres considerados subversivos".

— Nesse dia, me perguntaram o que eu achava do terrorismo. Eu respondi: acho que o terrorismo é uma doença. E, como médico, eu nunca matei ninguém por estar doente, eu sempre procurei saber as causas da doença.

Anistia? Erasmo diz que sai às ruas de metralhadora na mão.

Anistia ampla, geral e irrestrita decretada no Brasil? O coronel Erasmo Dias garante que morre antes de ver isso: — Sairei de metralhadora na mão para combater aquelas pessoas que mataram, que são apenas criminosos terroristas. Morro antes que eles sejam soltos.

O candidato da Arena a deputado federal manifestou-se também contra a apuração das denúncias de tortura a presos políticos, ao falar ontem, em Santos, porque "nunca se pensa nas exorbitâncias desses terroristas para conosco, nem nas vidas que eles tiraram". As denúncias de tortura, segundo Erasmo, "são vazias e desprovidas de provas como as que seriam necessárias".

— Nos casos onde existem, as apurações têm sido realizadas.

Também ontem, informou-se que foi proibida nas emissoras de rádio e televisão de São Paulo a divulgação de notícias e entrevistas sobre o Congresso Nacional pela Anistia, que se realiza na capital. No entanto, a Rádio Bandeirantes, pelo menos até ontem, continuava desconhecendo a medida, seguindo determinação do ministro das Comunicações, no sentido de que só sejam aceitas proibições enviadas previamente, através de ofício ou telex, e não por telefonemas. (O aviso de ontem foi dado através de telefonemas da "agente Maria Lúcia".)

A anistia deverá ser também um dos assuntos discutidos pelos oitenta participantes — bispos, padres, religiosos e leigos — da Terceira Assembleia do Conselho Regional de Pastoral do Rio Grande do Sul, que se realiza no Seminário de Viamão (a 23 km de Porto Alegre). A informação é do bispo de Caxias do Sul e um dos mais jovens do País, dom Paulo Moretto.

— O tema provavelmente será levantado.

O estímulo e solidariedade dos artistas

"É um ato de estímulo e solidariedade", explicou Gianfrancesco Guarnieri, a homenagem que os artistas de teatro, cantores e compositores prestaram ontem à noite no teatro da FGV, aos participantes do Congresso Nacional pela Anistia. Participaram Renato Consorte, Nilda Maria, Assunta Peres, Lélia Abramo, Eva Wilma, Carlos Zara, Regina Duarte, David José, Paulo José, grupo Olho Vivo, Beatriz Segall, Carlinhos Vergueiro, Lúlia Gonzaga Junior, Manduca, Telma Soares, Maricene Costa, Dominginhos e o grupo Maria Déa.

4-1178

4 NOV 78. J Brantia.

25



O congresso reuniu vários nomes internacionais

ANISTIA Congresso pela anistia reúne 1.200 pessoas

Cerca de 1 mil e 200 pessoas lotaram até a madrugada de ontem o auditório do teatro da Universidade Católica de São Paulo, na abertura do I Congresso Brasileiro pela Anistia. Entusiasmado e disposto, o auditório não cansou de aplaudir, durante 4 horas, os familiares de presos políticos, de banidos, cassados e desaparecidos, gritando sempre «anistia, anistia», «UNE, UNE», «abaixo a ditadura» e «povo unido jamais será vencido».

Na sessão de abertura, longa e cansativa, falaram 15 pessoas: os convidados internacionais, Léljo Basso, André Jacques, Etienne Bloch, Paul Guill Hard, Jean Bernard Webe e Louis Joinet. Representantes de familiares de presos políticos, de desaparecidos e banidos; o ex-deputado cassado Lisâneas Maciel, o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, e representantes da OAB, ABI, Comissão de Justiça e Paz, de D. Evaristo Arns, da CNBB, da SBPC, dos estudantes e dos operários.

A maioria dos presentes era estudantes. Mas, os políticos deram um ambiente de eleição ao acontecimento, distribuindo «santinhos» e cumprimentos a todos. Aplausos demorados foram dados quando se anunciou a presença de Clarize Herzog, de Eunice Piva e dos familiares de Carlos Lamarca e Carlos Mariaghela, dos companheiros do operário Manuel Fiel Filho e da irmã do ex-governador Leonel Brizola, dona Francisca Brizola. A esposa do médico David Capistrano, desaparecido, Dona Maria Augusta Capistrano, também foi muito aplaudida. Ela pediu a união de todo o povo brasileiro em torno da anistia «ampla, geral e irrestrita».

O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB, afirmou que «há necessidade de anistia ampla e imediata para esse país». O auditório o corrigiu, pedindo que não esquecesse a palavra «irrestrita». Ele, imediatamente continuou: «Anistia ampla, geral e irrestrita». Citou o nome dos deputados Mário Covas, Alencar Furtado e Lisâneas Maciel, cassados, e disse que «nós estamos em um país em que não há cidadãos, porque não há participação política. Todos somos, nesse país, proscritos politicamente porque não podemos votar. Precisamos limpar essa nação da sujeira do arbitrio, apagar a nódoa

sária é a anistia, como fundamento moral, ético e tático da limpeza, necessário ainda que lutemos por uma convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte».

Os presos políticos Célia Bandeira, de Pernambuco, com uma hemorragia sem tratamento há seis meses, e Munir Tahan Sab, de Minas Gerais, com uma bala que lhe destruiu a garganta, estão com sérios problemas de saúde, correndo mesmo risco de vida, segundo denunciaram ontem os comitês brasileiros de anistia de seus estados.

As denúncias foram feitas pela manhã, na comissão de presos políticos, ex-presos políticos e seus familiares no I Congresso Brasileiro de Anistia, em São Paulo. O CBA de Pernambuco denunciou que Célia Bandeira já desmaiou várias vezes em audiências na auditoria militar, por causa de sua doença, mas as autoridades carcerárias pernambucanas continuam se recusando a interná-la num hospital. Segundo os denunciantes, as presas políticas do Presídio Bom Pastor, em Recife, são misturadas com presos comuns, sem qualquer separação.

Outro depoimento na comissão foi do engenheiro pernambucano Cândido Pinto, que está paralisado numa cadeira de rodas e pretende entrar na justiça para responsabilizar a União pelas lesões sofridas. Ex-estudante, ex-presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, Cândido diz ter sofrido ameaças e, sem qualquer acusação formal, foi abordado pelos passageiros de uma rural, que, segundo contou, o balearam e seccionaram sua coluna vertebral.

Na comissão de familiares de banidos e exilados, dois casos específicos de prisão fora do Brasil foram analisados e debatidos nas reuniões de ontem pela manhã no Congresso Brasileiro pela Anistia em São Paulo: Flávia Schilling, 24 anos, brasileira, presa há 6 anos no Uruguai, e Flávio Koutzli, 35 anos, brasileiro, preso em maio de 75 na Argentina. Ambos já cumpriram parte da pena a eles imputadas, sob acusação de participarem de movimentos subversivos naqueles países e seus familiares apresentaram amplo relatório sobre a situação jurídica e de saúde de cada um, explicando os vários caminhos que seguiram na tentativa de conseguir a interferência das autoridades brasileiras e interna-

Alencar Furtado e Lisâneas Maciel, cassados, e disse que «nós estamos em um país em que não há cidadãos, porque não há participação política. Todos somos, nesse país, proscritos politicamente porque não podemos votar. Precisamos limpar essa nação da sujeira do arbítrio, apagar a nódoa da tirania. Se não podemos ter a Assembleia Nacional Constituinte, para limpar essa sujeira a vassoura neces-

sação de participarem de movimentos subversivos naqueles países e seus familiares apresentaram amplo relatório sobre a situação jurídica e de saúde de cada um, explicando os vários caminhos que seguiram na tentativa de conseguir a interferência das autoridades brasileiras e internacionais para o processo de expulsão daqueles dois brasileiros dos países onde estão detidos.

Sentença Herzog deflagra novos processos políticos

A exemplo de Clarice Herzog e das viúvas do operário Manoel Fiel Filho e do ex-deputado Rubens Paiva, a viúva de Gildo Macedo Lacerda, os familiares de José Carlos da Matta Machado, o irmão de Fernando Augusto Sarta Cruz e a mãe de Alexandre Vannuchi Leme vão entrar na justiça exigindo a responsabilidade da União pela morte ou desaparecimento de seus parentes.

A resolução foi tomada ontem, de manhã, durante a reunião da comissão dos parentes de mortos e desaparecidos do I Congresso Brasileiro pela Anistia, numa das salas do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, segundo o coordenador da comissão, Marcelo Santa Cruz, que deu a notícia, após a reunião. A relação dos 60 desaparecidos preparada pelo Comitê Brasileiro de Anistia — Rio de Janeiro, antes do congresso, terá de ser consideravelmente aumentada, a partir dos depoimentos feitos no congresso, mas ele não tem ainda uma ideia de números, pois as fichas preenchidas pelos parentes de desaparecidos não haviam ainda sido computadas.

Na comissão dos parentes de mortos e desaparecidos, a viúva de Gildo Macedo Lacerda, Mariluce Lacerda, contou que tomou conhecimento da morte de seu marido por uma nota publicada nos jornais no dia 1º de novembro de 1973. Os jornais, segundo ela, «noticiaram que ele e José Carlos da Matta Machado foram mortos a tiros por um indivíduo chamado Antônio, em Recife. Gildo foi preso em Salvador e até hoje não há notícia de seu corpo nem temos um atestado de óbito». Mesmo assim, Gildo Macedo Lacerda consta da lista de 160 mortos, também preparada pela CBS—RJ, como subsídio para o congresso de São Paulo.

Marcelo Santa Cruz informou que seus parentes vão processar a União, responsabilizando-a pelas lesões sofridas por seu irmão, Fernando Augusto Santa Cruz, pernambucano preso no Rio de Janeiro, desapare-

cido, junto com Eduardo Colier Filho no dia 23 de fevereiro de 1974. Mas também vão exigir a localização de seu cadáver, pois já o tem como morto. «Temos uma carta da Cruz Vermelha Internacional, informando que um coronel do Exército deu notícia da prisão e das condições de saúde de Fernando Augusto, mas exigiu que seu nome não fosse revelado. A Cruz Vermelha não revelou o nome do oficial para efeito da denúncia, mas tenho certeza que, num processo judicial, a Cruz Vermelha se sentirá liberada para esclarecer o caso, dentro de seus princípios filosóficos».

Os parentes de Fernando Augusto Santa Cruz estiveram no DOI CODI de São Paulo à procura dele. «Levamos uma sacola com objetos, numa quarta-feira, e a sacola foi recebida por uma pessoa chamada «Marechal». Essa pessoa confirmou que Fernando estava preso, mas disse que aquele não era um dia de visita e que voltássemos domingo», conta Marcelo.

Ele disse ontem ainda que o familiar voltou ao DOI CODI no domingo e foi recebido por outro policial, que se chamava «Dr. Homero» e este devolveu a sacola, dizendo que se tratara de um equívoco e que Fernando não estava preso na rua Tutóia. A mesma pessoa foi ao QG do II Exército, sendo recebida pelo major Virgílio, então relações públicas do Quartel, que argumentou que «Marechal» dissera que Fernando estava preso, talvez para roubar seus pertences. Revoltada, a pessoa comentou com o major que o Exército estava mal servido por um carcereiro que queria roubar uma calça americana e duas maçãs».

Os pais do ex-estudante de Geologia da USP, Alexandre Vannuchi Leme, José e Egle Leme, são dois dos mais antigos lutadores pela anistia. Seu filho, quartanista, desapareceu no dia 15 de março de 1973 e no dia 22 os órgãos de segurança divulgaram seu falecimento.

Congresso da Anistia quer a rejeição da Lei de Segurança

São Paulo — Reunidos ontem em São Paulo numa mesa-redonda realizada no Congresso Nacional pela Anistia, juristas brasileiros e estrangeiros decidiram desencadear uma campanha pela rejeição do projeto da nova Lei de Segurança Nacional, pela revogação da lei em vigor e pela extinção de todas as leis de exceção vigentes no país.

Os juristas pressionarão e pedirão, principalmente aos parlamentares do MDB, que não apresentem emendas ao projeto e que o rejeitem dez lamentos que a atual em bloco. Os juristas nacionais e estrangeiros foram unânimes no reconhecimento de que essa lei "não serve para a proteção do povo ou das instituições, mas tem como fim único a proteção dos atuais detentores do Poder".

INIMIGO

O Jurista Sergio Bermudez a futura Lei de Segurança Nacional "concebem toda uma legislação partindo de um princípio de constatação da existência de um inimigo interno" e que "as instituições sejam colocadas na luta contra esse inimigo procurando se conscientizar e mobilizar a nação contra ele".

O historiador Hélio Silva, que na mesa redonda representava a ABI, também criticou a postura do Governo em relação a segurança nacional, considerando que nessa questão "o Estado autoritário estabelece como necessidade vital para a nação o que na verdade é vital apenas para a sobrevivência do regime atual".

Darcy pede pelas Universidades

Além de um ato de justiça, a anistia representará um ato de restauração das condições mínimas indispensáveis para que o Brasil volte a experimentar um florescimento cultural, pela reconquista da liberdade docente nas universidades e pela reconquista da liberdade de criação dos artistas e intelectuais — declarou ontem o ex-Ministro da Educação e da Casa Civil do Governo Goulart, Sr. Darcy Ribeiro, que participou em São Paulo do Congresso Nacional pela Anistia.

Sessão tem minuto de silêncio

Com um minuto de silêncio lembrando o nono aniversário, ontem, da morte do ex-líder terrorista Carlos Marighela (que foi Deputado pelo extinto Partido Comunista Brasileiro e fundou a Aliança Libertadora Nacional — ALN), foi encerrada a primeira assembleia plenária do 1º Congresso Brasileiro pela Anistia, pela manhã.

Na sessão plenária, foi lida uma relação de 22 pessoas mortas e 4 desaparecidas, que não constavam da relação preparada, antes do Congresso, pelo Comitê Brasileiro de Anistia do Rio de Janeiro, contendo 162 nomes de pessoas mortas e 59 de pessoas desaparecidas. Os novos nomes foram fornecidos por familiares, amigos ou antigos companheiros à comissão de parentes de mortos e desaparecidos, que recebeu ainda uma carta de Ines Esteves Romeu, presa no Rio, que denunciou que 14 pessoas tidas como desaparecidas foram, na realidade, mortas. A comissão não quis, contudo, fornecer os nomes constantes da lista.

Dois casos

O relator da comissão de parentes de mortos e desaparecidos leu, na assembleia, denúncias sobre casos de pessoas mortas ou desaparecidas, que não eram ainda de conhecimento dos CBAs. Um desses casos é o de uma moça de 17 anos, chamada Nilda Carvalho Cunha, morta em novembro de 1971, em Salvador, Bahia, em condições estranhas.

Segundo o relato de seus familiares na comissão, apresentado ontem na reunião plenária, ela teria sido detida no dia 15 de agosto de 1971 e na prisão presenciara a morte, por tortura de Yara Yavelberg, companheira de Lamarca. Segundo ela mesma contaria aos seus familiares, lhe teria sido dito que ela morreria, tão logo soubesse, para que não morresse nas dependências carcerárias. Dois dias depois de sair da prisão, Nilda Carvalho Cunha morreu de uma doença que apresentara, como sintomas visíveis, a asfixia e a cegueira.

Uma cearense, chamada Nildes Alencar Lima depôs na mesma comissão, segundo seu relator, falando das evidências de torturas existentes no cadáver de Pedro Jerônimo, morto em

1976, em Fortaleza. Segundo o relato, o laudo pericial constatou a presença de muitos hematomas no corpo, devolvido à família. Além disso, segundo o relator, a cabeça não se mantinha equilibrada e quando sua esposa e sua irmã mexiam nela ouvia-se um ranger de ossos.

Novos desaparecidos

Até ontem, à tarde, a comissão dos parentes de mortos e desaparecidos não tinha ainda uma noção exata de quantos novos casos lhe foram fornecidos por familiares de pessoas "atingidas" que até então não haviam se pronunciado. Reuniram e divulgaram, contudo, uma relação de 22 nomes de mortos e quatro desaparecidos.

Além do ex-marineiro Edgard de Aquino Duarte, foram acrescentados à relação preparada pelo CBA do Rio de Janeiro os nomes de Ruy Carlos Vieira Berbet, desaparecido em dezembro de 1969; Ezequias Bezerra, em 1972, em Recife, Pernambuco (informações extra-oficiais dariam conta que teria sido atirado no rio Capibaribe) e Lucimar, uma moça de que não se tem o sobrenome e que pode ter sido morta em Belo Horizonte em 1971, quando tentava viajar para o Rio de Janeiro.

Com os 22 novos nomes de mortos surgidos até ontem no Congresso, o número conhecido pelo CBAs sobe então para 184. Além de Pedro Jerônimo e Nilda Carvalho Cunha, acrescentaram-se os nomes de Arnaldo Rocha, morto em 1972, no Rio; Ivan Aguiar e Jonas José Albuquerque, mortos numa manifestação pública, no dia 19 de abril de 1964, em Recife; Jorge Leal Gonçalves Ferreira, em 1970, em Recife; e José Edésio Brianesi, no mesmo ano e na mesma cidade do último.

Além desses foram levantados depoimentos de ex-participantes das guerrilhas do Araguaia, aumentando as listas dos mortos, com os nomes de Idálcio Aranha Filho, de 15 anos de idade, Gastone Lúcia Beltrão, Dinalva Monteiro, Andre Grabois, Ari, Alfredo, Suéli Iomiko Nakayama, José Humberto Bronca, Oswaldo Orlando Costa, Adriano Fonseca, Paulo Brancato, Walquiria, Nelson Dourado, Dinalva Conceição Teixeira e Paulo Rodrigues.

Demitidos são também lembrados

A comissão de cassados e banidos chegou à conclusão de que "o número de demitidos e afastados de autarquias, órgãos públicos e empresas estatais, desde 1964, excede em muito ao número dos cassados, banidos, refugados e exilados no exterior".

O relator da mesma comissão, ao contar a reunião, falou nas denúncias contra o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas, o Atestado de Ideologia e o INAMPs, que, segundo ele, não empregam médicos que não passem pelo crivo do SNI. A mesma comissão chegou à conclusão de que os movimentos de anistia

têm pouco contato com os demitidos e afastados depois de 1964.

A comissão de exilados informou que os refugiados políticos brasileiros na Suíça e na França têm pouca disposição de retornar ao Brasil, pois perderiam seus estatutos de refugiados e não têm qualquer segurança devido ao clima político que os espera aqui. Apesar das dificuldades de conseguir trabalhar politicamente no exterior, segundo o relator da comissão, os exilados não voltam por temerem os interrogatórios policiais na volta e também pela possibilidade de se gerar divisão de categorias de exilados.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 780/16/AC/78



DATA : 14 NOV 1978
ASSUNTO : CAMPANHA PUBLICITÁRIA EM TORNO DO DESAPARECIMENT
TO DE TERRORISTAS E SUBVERSIVOS
ORIGEM : AC/SNI - 486-23597
DIFUSÃO : CH/SNI

1. A atual campanha publicitária em torno dos desaparecidos se iniciou em 29 Out 77, quando D. PAULO EVARISTO ARNS enviou ao Presidente Norte-Americano JIMMY CARTER, uma carta em que denunciava a existência, no BRASIL, de 23 desaparecidos. Esta carta foi citada na reportagem "O que JIMMY vai ouvir do Cardeal?" da revista "ISTO É", de 29 Mar 78.

2. Com a suspensão da censura à imprensa escrita, a referida campanha tomou novo ímpeto, tendo o Jornal do Brasil, do dia 03 Set 78, publicado uma relação do Comitê Brasileiro pela Anistia, com 49 desaparecidos, onde faz alusão à possível existência no país, entre 1972 e 74, de uma "organização destinada a eliminar pessoas acusadas de atentar contra a segurança Nacional", e que tal organização agia ilegalmente.

3. Com a absolvição dia 19 e 20 Set, dos 63 acusados de tentativa de reorganização do Partido Comunista Brasileiro, as revistas "VEJA" (27 Set 78) e "ISTO É" (27 Set 78) publicaram reportagens, explorando o fato de que 8 (oito) dos acusados se encontravam desaparecidos. A revista "ISTO É" não se limitou a citar apenas os desaparecidos - como a VEJA -, romanceia sobre a história de cada um, citando casos de torturas e indicando os órgãos(DOI/CODI - OBAN - DEOPS, etc) encarregados de fa

CONFIDENCIAL

zê-las .

4. Por ocasião do terceiro aniversário da morte de VLADIMIR HERZOG, o Sindicato dos Jornalistas de SÃO PAULO fez realizar um ato público, onde todos os participantes leram uma declaração em que se comprometem a "lutar para que os crimes hoje denunciados não fiquem impunes e seus autores sejam responsabilizados". (Jornal do Brasil, de 26 Out 78).

5. Após a sentença do Juiz MÁRCIO JOSÉ DE MORAES, da 7ª Vara da Justiça Federal em SÃO PAULO, que deu ganho de causa à família de VLADIMIR HERZOG, responsabilizando a União pela prisão, torturas e morte do jornalista, no dia 25 de outubro de 1975, no DOI/CODI do II Exército, a campanha se generalizou por toda a imprensa, com reportagens destacadas e muitas vezes em tom candente, procurando indispor a opinião pública contra os órgãos de segurança e informações, explorando o sentimentalismo do povo, minimizando as ações terroristas e subversivas dos "desaparecidos", e ressaltando seus sofrimentos em mãos de seus possíveis "algozes".

6. Com a solução do "caso HERZOG" precedentes foram abertos para que familiares de outros "desaparecidos", movam ações, responsabilizando a União, pelas torturas, sevícias e possível morte dos mesmos, conforme atesta as declarações abaixo:

- D. PAULO EVARISTO ARNS - "É hora de todos os parentes de pessoas desaparecidas depois de presas, iniciarem o mesmo processo para responsabilizar o Estado por aqueles que desapareceram". (Jornal do Brasil, de 29 Out 78).

- HÉLIO FERNANDES - "Mas agora vão abrir outros processos num número incrível, todos baseados nesse processo"...

... "A União não é ninguém, não é nada, é a

CONFIDENCIAL

Continuação da INFORMAÇÃO Nº 780/16/AC/78 fls 03

penas o povo representado".

... "Nesse momento, o torturador não sabe, mas ele perdeu também todos os seus direitos". (Tribuna da Imprensa, de 30 Out 78).

- J. G. DE ARAÚJO JORGE - "Sujeitos à tortura, ao sadismo desenfreado de autoridades irresponsáveis, anormais, psicopatas, que comprometem a espécie humana"...

... "deixou impunes até hoje os criminosos que devem ser levados à barra dos tribunais".

... "terei como uma das tarefas mais importantes de minha ação na Câmara dos Deputados, requerer a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração deste e de todos os atos criminosos, mortes, desaparecimentos, que se constituem num rosário ignominioso e infundável de atentados, aos direitos humanos, em todo o período revolucionário principalmente no Governo MÉDICI". (Tribuna da Imprensa, de 30 Out 78).

7. A exemplo de CLARICE HERZOG e das viúvas do operário MANOEL FIEL FILHO e do ex-deputado RUBENS PAIVA, a viúva de GILDO MACEDO LACERDA, os familiares de JOSÉ CARLOS DA MATTA MACHADO, o irmão de FERNANDO AUGUSTO SANTA CRUZ e a mãe de ALEXANDRE VANNUCHI LEME vão entrar na justiça, exigindo a responsabilidade da União pela morte ou desaparecimento de seus parentes.

8. Esta campanha visa, além da desmoralização dos OIS, criar um clima favorável à punição dos chamados "torturados", no intuito de forçar o Governo a uma anistia ampla, irrestrita e recíproca.

--*

CONFIDENCIAL

FILM